

Helton Ricardo Ouriques
organizador

**DESIGUALDADE,
GEOCULTURA
E DESENVOLVIMENTO
NA ECONOMIA-MUNDO
CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA**

Um olhar desde as (semi)periferias



O Grupo de Pesquisas em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM) tem por finalidade estimular e promover a elaboração, o emprego e a divulgação da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) como marco analítico para o estudo da mudança social em nível mundial, regional e local.

A produção de livros, capítulos de livros, artigos, teses, dissertações e monografias testemunham que, em seus anos de existência, o GPEPSM vem contribuindo para construir e divulgar a EPSM no Brasil e para mostrar a relevância da Perspectiva Sistêmica para a compreensão do mundo contemporâneo, especialmente do Brasil e da América Latina.

Atualmente o GPEPSM está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSC e conta com uma rede de pesquisadores no Brasil (UFSC, UnB, UNESP, Unicamp, UFGD, UFSM, UFRJ) e nos EUA (University of Maryland). Os esforços de pesquisa se encontram hoje orientados para a construção de uma explicação histórico-mundial dos processos de ascensão e rebaixamento dos países/regiões na hierarquia mundial de poder e da riqueza do sistema-mundial moderno.

Realizações passadas e futuras só podem ser consideradas positivas se funcionarem como alento para a continuidade da missão: oferecer uma perspectiva crítica e fecunda para a compreensão da economia-mundo capitalista, compreensão que é a condição indispensável para qualquer projeto de mudança na direção de um mundo democrático e igualitário.

Consulte: <https://gpepsm.ufsc.br/>

**DESIGUALDADE,
GEOCULTURA
E DESENVOLVIMENTO
NA ECONOMIA-MUNDO
CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA**

Um olhar desde as (semi)periferias

Helton Ricardo Ouriques
(organizador)

**DESIGUALDADE,
GEOCULTURA
E DESENVOLVIMENTO
NA ECONOMIA-MUNDO
CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA**

Um olhar desde as (semi)periferias

Florianópolis

2021

Copyright © Helton Ricardo Ouriques (organizador), 2021

EDIÇÃO

Nelson Rolim de Moura

CONSELHO EDITORIAL

Dilvo Ristoff, Eduardo Meditsch, Jali Meirinho, Jéferson Silveira Dantas,
Nilson Cesar Fraga, Pablo Ornelas Rosa, Sergio Ferreira Mota
e Waldir José Rampinelli

REVISÃO

Gilnei Silveira

Carlos Neto

PLANEJAMENTO GRÁFICO E CAPA

Ayrton Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

O93d Ouriques, Helton Ricardo (org.).

Desigualdade, geocultura e desenvolvimento na economia-mundo capitalista contemporânea: um olhar desde as (semi)periferias / Helton Ricardo Ouriques. – 1. ed. – Florianópolis. SC : Editora Insular, 2021.

208 p.; gráfs.

E-Book: 5 Mb; PDF

ISBN 978-85-524-0190-2.

1. Desigualdade. 2. Desenvolvimento. 3. Economia-Mundo. 4. Geocultura. 5. Sistemas-Mundo. I. Título. II. Assunto. III. Organizador.

21-30281121

CDD 330.9

CDU 330.34

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Economia: Política econômica / Capital / Desenvolvimento / Subdesenvolvimento.

2. Economia: Desenvolvimento, subdesenvolvimento

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

OURIQUES, Helton Ricardo (org.). Desigualdade, geocultura e desenvolvimento na economia-mundo capitalista contemporânea: um olhar desde as (semi)periferias. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021. E-Book (PDF; 5 Mb). ISBN 978-85-524-0190-2.

EDITORA INSULAR

(48) 3232-9591

editora@insular.com.br

twitter.com/EditoraInsular

www.insular.com.br

facebook.com/EditoraInsular

INSULAR LIVROS

Rua Antonio Carlos Ferreira, 537

Bairro Agronômica

Florianópolis/SC – CEP 88025-210

(48) 3334-2729

insularlivros@gmail.com

“A civilização capitalista mundial é um mundo polarizado e polarizante. Como sobreviveu tanto tempo? [...] A civilização capitalista não tem sido somente uma civilização bem-sucedida. Acima de tudo, tem sido uma civilização sedutora. Tem conseguido seduzir até suas vítimas e oponentes.”

Immanuel Wallerstein

“O passado também tem sempre algo a dizer. A desigualdade do mundo deriva de realidades estruturais, que demoram muito para se instalar – e demoram muito para desaparecer.”

Fernand Braudel

“Por fim, parafraseando Schumpeter, antes que a humanidade sufoque (ou se refestele) na masmorra (ou no paraíso) de um império mundial pós-capitalista, ou de uma sociedade de mercado capitalista mundial, é bem possível que ela se inflame nos horrores (ou nas glórias) da escalada da violência que acompanhou a extinção da ordem mundial da Guerra Fria.”

Giovanni Arrighi

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO 1 As teorias do sistema-mundo na transição para o longo século XXI	11
<i>Carlos Eduardo Martins</i>	
CAPÍTULO 2 Desigualdades no Sistema Mundial e no Brasil	41
<i>Jales Dantas da Costa</i>	
CAPÍTULO 3 A África e a Análise dos Sistemas-Mundo	79
<i>Rosângela de Lima Vieira</i>	
CAPÍTULO 4 Geocultura liberal e a utopia do desenvolvimento no Brasil	105
<i>Fábio Pádua dos Santos</i>	
CAPÍTULO 5 Desenvolvimento no Brasil: nada além de uma ilusão	144
<i>Helton Ricardo Ouriques</i>	
CAPÍTULO 6 As três fases da China na economia-mundo capitalista: incorporação forçada e parcial (1840-1949), retraimento e integração mínima (1949-1978), integração total, voluntária e irreversível (1978-presente)	169
<i>Pedro Vieira</i>	

APRESENTAÇÃO

Com os riscos implícitos em toda simplificação, pode-se dizer que a conjuntura da economia-mundo continua sendo dominada pela expansão financeira, pelo declínio da hegemonia norte-americana e pela ascensão da China. A esses processos, iniciados na década de 1980 vieram somar-se outros, como as divisões na União Europeia que levaram ao BREXIT, a decisão do Estado Chinês em atuar mais fortemente na política mundial, a política agressiva de Donald Trump para conter a China, a onda populista de direita e, por último, mas não menos importante, uma intensificação no emprego de diversas inovações científico-técnicas (Big Data, Internet das Coisas, Inteligência Artificial, 5G, entre outras), que alguns qualificam como a 4ª Revolução Industrial ou Indústria 4.0.

Nesta mesma conjuntura (de 1980 pra cá), a América Latina passou pelo fim do período desenvolvimentista, a crise da dívida, a chamada década perdida dos anos 1980 (baixo crescimento, alta inflação, aumento da pobreza etc.) e, no fim da década de 1990, com a eleição de Hugo Chávez, o início de um período de negação do Consenso de Washington e de projetos políticos e econômicos com diferentes matizes, mas todos tentando combinar crescimento econômico, distribuição de renda, democracia e mais integração regional autônoma (ampliação do Mercosul, Unasul etc.). Nos anos 2000 esses projetos se beneficiaram do *boom* das *commodities* provocado pelo crescimento chinês de dois dígitos.

A partir de 2008, o cenário internacional mudou, afetando diretamente o experimento desenvolvimentista latino-americano e revelando a superficialidade das mudanças. No plano político, a democracia vê-se seriamente ameaçada e no econômico, as incertezas da década de 1980 estão de volta. Desse breve panorama emergem muitas perguntas:

O que esperar da atual conjuntura do sistema-mundo, que parece se caracterizar pelo conflito EUA-China nas esferas comercial, científico-tecnológica e militar? Uma nova fase de crescimento da economia-mundo ou esse conflito desembocará em um novo caos sistêmico? Se tal cenário é viável, qual o lugar da América Latina nele? Afinal, há lições que podem ser tiradas do curto ciclo político-econômico progressista vivido no Brasil e na América Latina? O que dizer da alternativa apresentada pelos proponentes do socialismo no século XXI? Como explicar a mudança de rumo tomada desde a contraofensiva direitista? Quais os seus projetos e aonde eles nos levam? Que balanço provisório podemos apresentar para a região, sub-região e países específicos nesse novo cenário regressivo? Estamos ou não diante de uma nova onda de fascistização que atinge países do centro, semiperiferia e periferia? O que resta do neodesenvolvimentismo e das propostas socialistas?

Em sua 13ª edição, o Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, realizado em 2019 em Florianópolis, abordou estas e outras questões a partir de uma perspectiva histórico-mundial. A presente coletânea contempla seis artigos, oriundos de exposições ocorridas durante o evento em questão, organizado pelo GPEPSM (Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo). Nosso grupo de pesquisa espera assim contribuir para a reflexão crítica a respeito da conjuntura recente, que assola países das periferias e semiperiferias do capitalismo histórico.

**DESIGUALDADE,
GEOCULTURA
E DESENVOLVIMENTO
NA ECONOMIA-MUNDO
CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA**

Um olhar desde as (semi)periferias



CAPÍTULO 1 | AS TEORIAS DO SISTEMA-MUNDO NA TRANSIÇÃO PARA O LONGO SÉCULO XXI

Carlos Eduardo Martins¹

Introdução

Neste artigo, buscamos contribuir para a aproximação das vertentes braudelianas e marxistas de análise dos sistemas-mundo a partir da discussão do conceito de caos sistêmico e da crise mundial de 2020. Nosso objetivo é o de estabelecer articulações que pavimentem os caminhos para o desenvolvimento de uma teoria marxista do sistema-mundo capitalista. Sustentamos que o moderno sistema mundial ingressa em um período de transição para o caos sistêmico entre 2015-2020, quando se esgota o ciclo expansivo de Kondratiev iniciado em 1994. A Covid-19 atinge uma globalização neoliberal em processo de exaustão, acelerando a vulnerabilidade dos seus principais suportes e fontes de propulsão, como o comércio internacional, os fluxos internacionais de capital, o liberalismo político e a hegemonia dos Estados Unidos. A crise que estamos presenciando, provavelmente, será mais ampla e profunda que a estabelecida em períodos de caos sistêmicos anteriores: deverá colocar em questão não apenas uma hegemonia em declínio, mas o próprio sistema mundial capitalista e as bases de sua civilização. Isso significa que a bifurcação que se estabelecerá deverá ser impulsionada não apenas pelas lutas interestatais, mas principalmente pelas intraestatais, que provavelmente assumirão protagonismo e articularão as primeiras. As lutas de classes entre capital e trabalho tenderão

1 Professor associado do IRID/UFRJ e do PEPI/UFRJ. Pesquisador de CLACSO e coordenador do LEHC/UFRJ.

a assumir a centralidade dos conflitos nacionais e internacionais, condicionando as disputas interburguesas. Períodos de caos sistêmico são épocas de brutal aceleração histórica, que duram aproximadamente trinta anos, e o atual apenas está começando.

Na seção inicial, discutimos os conceitos de caos sistêmico e as interpretações da crise para o século XXI, tal como elaboradas por Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e Beverly Silver. Posteriormente, analisamos as leituras marxistas de Samir Amin e Theotonio dos Santos sobre o sistema-mundo capitalista e sua crise, estabelecendo nossas próprias formulações, em diálogo que incorpora ainda os aportes de Christopher Chase-Dunn e de Ruy Mauro Marini. Na terceira seção, analisamos as crises da civilização capitalista e da globalização neoliberal, articulando os conceitos de revolução científico-técnica, ciclos sistêmicos, ciclos de Kondratiev com as análises geopolíticas globais e suas implicações para a América Latina, percurso que consideramos chave para avançarmos em direção à construção de uma teoria marxista do sistema-mundo capitalista. Na conclusão, destacamos os principais aportes de nosso artigo.

Seguimos neste artigo parcialmente a nomenclatura desenvolvida por Immanuel Wallerstein (2000), e usamos não apenas o conceito de sistema-mundo, mas também o de sistema mundial, para nos referirmos ao sistema-mundo que se tornou único, isto é o moderno sistema mundial, capitalista, após sua expansão sobre o globo terrestre no século XIX, ainda que importantes contradições tenham surgido no seu interior, como a emergência de Estados socialistas, e outros sistemas possam ocupar o seu lugar no futuro. Usaremos sistemas-mundo no plural para designar a pluralidade de sistemas-mundo que coexistiram de forma largamente independente, antes que o capitalismo impusesse a história como global.

As análises braudelianas dos sistemas-mundo

Alguns dos mais importantes teóricos braudelianos têm destacado a profundidade da crise que afeta o sistema-mundo contemporâneo e a alta probabilidade de ruptura e inflexão em seus padrões

estruturais e organizacionais no século XXI². Esta postulação tem se baseado em estudos de longa duração e formulações que, não obstante convergências e complementaridades, apresentam diferenças analíticas expressivas. Fazer um balanço das potencialidades e limites destas interpretações nos parece de grande relevância para avançar rumo à compreensão da crise do longo século XX e as perspectivas da transição rumo a um novo longo século. Entendemos que essa transição coloca em questão o próprio sistema-mundo capitalista e a sua adequada compreensão exigem uma maior integração do instrumental marxista às análises que o interpretam.

Immanuel Wallerstein (2000 e 2002) sustenta a tese de que o *moderno sistema mundial*, estrutura do capitalismo histórico, desaparecerá entre 2025-2050, período em que se estabelecerá o caos sistêmico e uma bifurcação de poder onde forças antagônicas lutarão para reinventar o sistema-mundo sob novas bases. O autor menciona três cenários: o restabelecimento do império-mundo por meio de neofascismos globais ou de neofeudalismos regionalizados que o fragmentam; e a afirmação de um sistema-mundo socialista, com alto nível de igualdade, liberdade, diversidade, fraternidade e democracia.

Ele fundamenta sua proposição na combinação de ciclos e desgastes seculares que determinariam a crise terminal do capitalismo histórico como sistema. O moderno sistema mundial apresentaria duas grandes oscilações cíclicas, que são as logísticas ou *trends séculaires* e as de Kondratiev. Pelas primeiras, designa o lento processo de emergência, estabelecimento, desgaste e colapso de uma hegemonia, que associa às flutuações de preços de 300 anos, defendidas por François Simiand (1932) e Fernand Braudel [1986], divididas em fases A e B, de 150 anos. Cada fase A ou B implicaria, em geral, no lento

2 Chamamos de teóricos braudelianos do sistemas-mundo os que se reuniram em torno ao Fernand Braudel Center, sob a direção de Immanuel Wallerstein, de 1976-2005, e criaram um novo paradigma de análises do sistema-mundo que, partindo da obra de Braudel, a ultrapassou largamente em diversos aspectos, acolhendo mais intensamente a influência do marxismo. Entre os mais notáveis conceitos elaborados estão os de *moderno sistema-mundo*, de Immanuel Wallerstein (1974, 1980, 1989, 2011), e de *ciclos sistêmicos, sistema sinocêntrico*, ou *hibridização de sistemas-mundo*, de Giovanni Arrighi (1996[1994] e 2007). Além desses autores, destacam-se Terence Hopkins e Beverly Silver (1995) que, junto aos primeiros, empreenderam uma ampla renovação teórica, analítica e empírica nos estudos sobre economia mundial e seus sistemas de poder.

processo de ascensão, afirmação e colapso de uma hegemonia, entendida pelo autor como uma situação econômica quase monopólica, correspondente a períodos de protagonismo bastante mais curtos, especificamente, 1625-1672, 1815-73 e 1945-67. Reivindica, então, um esquema temporal iniciado em 1450-1600, quando teria se estabelecido a transição do império-mundo feudal para o capitalismo, implicando na afirmação do moderno sistema mundial, que constitui a sua arquitetura institucional específica (Wallerstein, 1974). Este se consolida em 1600-1750, quando haveria se desenvolvido e se esgotado a hegemonia das Províncias Unidas; se expande em 1750-1900, em torno do arranque, imposição e desgaste da hegemonia britânica; e se concluiria em 1900-2050, com a emergência, apogeu e colapso da hegemonia estadunidense (Wallerstein 1980, 2000 e 2011). O declínio da hegemonia estadunidense, a partir de 1968, se articularia a uma longuíssima fase B do ciclo de Kondratiev, fora dos seus padrões de 25/30 anos. Wallerstein chega a mencionar a possibilidade da emergência de uma nova fase A, mas em 2010 considerava ainda estar vigente essa longa fase B (Wallerstein, 2010).

Essas flutuações cíclicas se articulariam com um nível avançado de desgaste estrutural do capitalismo histórico, estabelecendo um arranjo que desde 1968 engendraria não apenas o declínio do poder estadunidense, mas do próprio moderno sistema mundial. Esse desgaste seria a consequência do alto nível de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo e se expressaria: na desruralização do mundo, que restringiria a conquista de novas fronteiras para explorar vantagens locais de custos da força de trabalho, face ao esgotamento dos espaços sociais de expansão no planeta; em custos ecológicos exponenciais, que aumentariam os riscos de catástrofes ambientais ou de pandemias, típicas de esgotamento de processos civilizatórios, e gerariam pressões sociais para sua internalização pelo capital, reduzindo-lhes as taxas de lucro; na desconexão entre liberalismo e democracia, resultado da redução das camadas médias e do aumento das pressões migratórias do Sul para o Norte, provocando a aglutinação de amplas forças sociais com reivindicações redistributivas, que ultrapassariam as capacidades de cooptação do sistema; e em novas rivalidades internacionais, criando dois polos de poder em disputa,

um, que associaria Estados Unidos, Japão e China e, outro, que vincularia Rússia e Europa, pressionando negativamente o lucro e elevando os conflitos sociais no interior dos Estados.

Os movimentos antissistêmicos assumiriam uma forma difusa, se expressando mais na confrontação do espírito de Porto Alegre contra o espírito de Davos, do que na conexão de processos revolucionários com Estados e disputas geopolíticas mundiais. O êxito da transição para um novo sistema mais igualitário dependeria de os movimentos sociais imporem suas reivindicações de elevação dos salários, aumento dos gastos públicos, proteção ambiental, e democratização para além dos limites do liberalismo, criando ainda um governo mundial para estabelecer novas regras e regulações sobre a economia-mundo.

Em *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial* (1999), Giovanni Arrighi e Beverly Silver analisam comparativamente as transições para o caos sistêmico estabelecidas em crises de hegemonias anteriores para construir instrumentos analíticos de interpretação da atual. Partem do conceito de ciclos sistêmicos, desenvolvido por Arrighi em seu clássico *O longo século XX* [1994], e já esboçado em seu *Geometria do imperialismo* (1978). Diferentemente de Immanuel Wallerstein, que restringe a hegemonia ao período do breve domínio produtivo, comercial e financeiro quase absoluto de um Estado sobre os seus rivais, Arrighi entende a hegemonia como um processo muito mais amplo e complexo. Esta envolve a combinação entre a liderança política e moral de um Estado no sistema mundial, lastreada, em última instância, no seu protagonismo econômico. A hegemonia constitui-se em um arranjo histórico, dinâmico, multifacetado, de dimensões heterogêneas, que inclui o institucional, o ideológico e o militar, em âmbito político; o produtivo, comercial e financeiro, em âmbito econômico; e a liderança da burguesia e suas frações mais dinâmicas sobre as classes e o poder estatal, em âmbito social. Durante o exercício da hegemonia, desenvolvem-se contradições entre as suas múltiplas dimensões, que levam a pontos de inflexão e sua divisão em duas fases: a fase A, de expansão, e a fase B, de crise. Na fase B, a força produtiva, comercial e militar do Estado hegemônico tende a se deteriorar frente às potências emergentes, mas este ainda se apoia

em seu poder financeiro para manter sua liderança política internacional. A passagem da crise para o caos sistêmico seria marcada pelo colapso da sua liderança financeira e política, pela ruptura do consenso internacional em favor de tendências centrífugas e pelo desenvolvimento de uma bifurcação de poder por aproximadamente trinta anos, que se desdobra em guerras para reorganizar o sistema mundial. Todavia, Giovanni Arrighi e Beverly Silver não se limitam à proposição de um modelo geral e abstrato de transição sistêmica, mas o vinculam à construção de uma teoria histórica das transições. Polemizam com Immanuel Wallerstein, reivindicando um modelo endógeno, que internaliza as mudanças, pois nele as propriedades do sistema não apenas atuam de forma coercitiva sobre os atores, mas também são modificadas no processo de afirmação deles. O esforço teórico deve ser enriquecido e ampliado pela combinação permanente entre os padrões cíclicos de repetição e os processos históricos individualizados e singulares, oriundos tanto do movimento estrutural e irreversível da flecha do tempo quanto das indeterminações inerentes às interações dinâmicas, que envolvem dimensões contingenciais (Arrighi, 1996 [1994]) e (Arrighi e Silver, 1999).

Arrighi aponta a tendência ao aumento de escalas e à redução do número dos atores que disputam o poder no moderno sistema mundial, indicando ainda a oscilação pendular entre regimes corporativos e cosmopolitas. Descreve quatro ciclos de hegemonia (ibérico-genovês, holandês, britânico e estadunidense), movidos, respectivamente, por cidades-Estado, proto-Estados nacionais, Estados nacionais e Estados continentais, e mede suas extensões a partir do intervalo entre as crises sinalizadoras de hegemonias sucessivas, que marcam o início do declínio e o surgimento de novas configurações de poder. As periodicidades cíclicas vão se encurtando em razão da aceleração da interação entre as partes do sistema, o que resultaria na redução temporal das hegemonias subseqüentes, estipulando-se a estadunidense em aproximadamente cem anos, correspondendo ao intervalo entre a crise sinalizadora britânica, em 1870, e a norte-americana, em 1970 (Arrighi, 1996 [1994]). Arrighi e Silver afirmam que na transição vigente se desenvolve uma bifurcação *sui generis*, pois, enquanto o poder econômico se transfere ao Leste Asiático,

principalmente à China, o poder militar permanece concentrado nos Estados Unidos, estabelecendo uma exceção frente às formas prevalentes nos períodos de transição pretéritos.

Em *O Longo Século XX*, Arrighi previu três resultados possíveis para a bifurcação sistêmica: a conversão do poder estadunidense em um poder imperial que extrai valor a partir da cobrança de custos de proteção ao mundo; o surgimento de um novo padrão, centrado no Leste Asiático, baseado na desconexão das empresas do capitalismo monopolista braudeliano; e a aceleração entrópica do caos sistêmico. Todavia, essa formulação é aprofundada e reelaborada em trabalhos posteriores para incluir fenômenos como a estagnação do Japão e a imensa projeção da China na economia mundial. Em *Adam Smith em Pequim* (2007), a China aparece como o grande poder estatal que desafia o protagonismo estadunidense no sistema mundial, substituindo o capitalismo de redes descentralizado, com abrangência no Leste asiático e ancorado no Japão. O desafio chinês é o de apresentar-se como articulador de novas relações entre Oriente e Ocidente, que substituam o *clash das civilizações*, imposto pelo colonialismo e o imperialismo ocidentais contra as Américas, a África, a Ásia e a Oceania. Sua missão seria a de organizar um novo espírito de Bandung e o projeto de um Sul Global que invertesse a fórmula, enunciada por Andre Gunder Frank, do desenvolvimento do subdesenvolvimento das periferias em favor dos centros, para a do subdesenvolvimento destes em favor do desenvolvimento daquelas. Para a isso, a China deveria ser capaz de oferecer uma alternativa ecológica para o desenvolvimento da humanidade, substituindo o modelo predatório e devastador ocidental que teria buscado imitar em sua trajetória de ascensão.

Giovanni Arrighi e Beverly Silver assinalam que, diferentemente das transições anteriores, quando a competição interestatal e intercapitalista moldou os conflitos sociais, nesta os conflitos entre capital e trabalho e entre imperialismo e soberania nacional tendem a assumir o protagonismo articulando os níveis intraestatal e internacional. Arrighi vê o início da crise sinalizadora da hegemonia estadunidense na combinação entre as lutas de classes no interior dos Estados Unidos e as lutas anticolonialistas e anti-imperialistas na periferia. Foram as pressões da classe trabalhadora no âmbito

do regime fordista-keynesiano, liderado pelo complexo industrial-militar, articuladas às lutas pela revolução socialista e pela soberania no Vietnã, que impuseram a derrota econômica e militar à coalizão burguesa dominante nos Estados Unidos na segunda metade dos anos 1960, levando as frações mais dinâmicas do seu grande capital a reinventarem o padrão de acumulação e as formas de organizar sua hegemonia internamente e no mundo (Arrighi, 2007). Os autores veem na ofensiva dos movimentos sociais no mundo, que tende a se radicalizar durante o caos sistêmico, a possibilidade de viabilização de uma transição relativamente pacífica, limitando o risco da guerra e da catástrofe (Arrighi I e Silver, 1999).

A reinvenção da hegemonia por meio da globalização neoliberal foi o resultado da incapacidade das políticas de expansão do crédito e do padrão empresarial corporativo de integração vertical de conterem as pressões de trabalhadores e estudantes por aumento de salários, ampliação dos gastos sociais e democratização, bem como do fracasso das políticas de intervenção militar para dissuadirem os conflitos entre o Sul e o Norte. Elas implicaram na fuga de capitais, no aumento da inflação, na depreciação do dólar, na ruptura de sua paridade com o ouro, na desvalorização do capital financeiro e no fortalecimento das rivalidades interestatais e geopolíticas. À derrota no Vietnã, somaram-se a Revolução Iraniana, a Revolução Sandinista, a atuação da OPEP na elevação dos preços do petróleo e os projetos de modernização na América Latina, Leste Europeu e Leste Asiático, financiados com taxas de juros negativas. Provedor de liquidez para o sistema mundial por meio dos saldos da balança de transações correntes, que lhe davam lastro para as transferências unilaterais para suas políticas de hegemonia, os Estados Unidos veem seu regime internacional entrar em crise diante da perda de competitividade de seu setor industrial, dos seus déficits comerciais crescentes e da impossibilidade de auferir rendas através de um império formal, como fazia a Grã-Bretanha. Frente a este cenário, secundarizam sua política industrial, priorizam a alta finança e passam a captar a liquidez internacional por meio de uma política de sobrevalorização do dólar e de endividamento público, tornando-se o epicentro da geração de capital fictício, com que sedimentam a fase B de sua hegemonia.

Arrighi menciona os vínculos históricos da China e de seu antigo sistema sinocêntrico com uma ordem pacífica, o que resultou na construção de quinhentos anos de paz. Aponta como seu determinante o fato desse sistema, equilibrado em alto nível de centralização e baixa competição interestatal, ter estabelecido uma orientação endógena, que promoveu um modelo de acumulação sem despossessão, impulsionou a reforma agrária, a ocupação do campo e obras de infraestrutura para garantir a soberania territorial. A China do longo século XXI se vê diante de uma grande questão: imitar o modelo estadunidense, reproduzindo o padrão de riqueza oligárquica e desigual do capitalismo histórico, mas subordinando-se politicamente a um império de exploração norte-americano, ou articular a criação de um padrão de riqueza democrática. A alternativa da riqueza democrática se consubstanciaria na reemergência, em novas formas, do velho sistema sinocêntrico, que, hibridizado com o ideário socialista e dimensões do moderno sistema mundial, poderia criar uma alternativa sistêmica original, descolando o mercado do andar superior braudeliano e vinculando-o muito mais à competição que ao monopólio privado³. Tal possibilidade encontraria suas bases na articulação entre as forças que dirigem o Partido Comunista Chinês, na forte regulação e controle do Estado chinês sobre o mercado e a acumulação capitalista, na formação de uma gigantesca e predominante classe trabalhadora urbana que se soma a uma grande massa camponesa e, ainda, nas lutas anti-imperialistas contra o poder estadunidense, o que pressionaria na direção de uma grande concertação horizontal mundial. As crescentes desigualdades no âmbito dos Estados Unidos e dos países europeus fortaleceriam a base de massas anti-imperialistas e debilitariam a alternativa de transição para um poder mundial imperial. As contradições e vulnerabilidades reveladas na invasão do Iraque e do Afeganistão aprofundariam o desgaste

3 Arrighi hesita em chamar esta alternativa de socialista, preferindo defini-la como não capitalista para associá-la à zona do mercado braudeliano. Em *Adam Smith em Pequim* aponta: “O resultado do imenso esforço de modernização da China continua indeterminado e, pelo que sabemos, socialismo e capitalismo, entendidos com base na experiência passada, podem não ser as noções mais úteis para acompanhar e compreender como uma situação evolui” (ARRIGHI, 2007, p. 39). Posição similar tem Andre Gunder Frank, em *ReOrient* (1998), vendo na recentralização asiática em curso o reestabelecimento de sistemas de acumulação de capital sob domínio estatal; ou Samir Amin (2013), que usa o conceito de capitalismo de Estado para reivindicar um processo de transição que poderá resultar no socialismo.

do imperialismo norte-americano, isolando-o cada vez mais mundialmente, em razão das evidências sinalizarem que, embora tenha liderança militar incontestada, o poder estadunidense seria bastante insuficiente para garantir os custos de proteção do mundo que pretende controlar (Arrighi, 2007).

Em conflito com seu modelo geral de transições sistêmicas e suas previsões anteriores de uma hegemonia de cem anos – que tomada a partir de sua consolidação em 1945/50 nos levaria até 2015/20, se descontados os trinta anos de caos sistêmico –, Arrighi afirma em *Adam Smith em Pequim* que desde a intervenção no Iraque a hegemonia norte-americana haveria se extinguido, transformando-se em pura dominação. O autor menciona que os ganhos de senhoriação dos Estados Unidos com o dólar tendem a se debilitar em razão de seu alto endividamento, do seu declínio produtivo, dos limites de sua capacidade para oferecer proteção e do fortalecimento econômico de concorrentes. Alerta, entretanto, indicando o caso britânico, que a libra esterlina seguiu como moeda internacional, mesmo décadas depois do fim da sua hegemonia. A morte precoce de Giovanni Arrighi impediu que ele continuasse suas agudas reflexões sobre a transição em curso.

As interpretações marxistas

Entre os autores que mais reivindicaram a aproximação do marxismo às análises do sistema-mundo estão Samir Amin e Theotonio dos Santos, todavia, suas diferenças são substanciais.

Samir Amin nega que tenha existido um sistema mundial capitalista desde o século XVI, atribuindo o seu surgimento a partir de 1800 com a afirmação da revolução industrial, a difusão do trabalho assalariado no Reino Unido e a liderança deste Estado nas relações internacionais. Embora reconheça inflexões, o autor se recusa a aceitar os ciclos longos, em nome da autonomia e da indeterminação das lutas sociais, atribuindo as oscilações a fatores históricos contingenciais. Para ele, a formulação teórica dos ciclos exigiria a contrapartida empírica de sua repetição monótona na realidade social. Amin descarta os instrumentos conceituais de longa duração braudelianos

em sua interpretação da história do capitalismo e com isso restringe muito a potência de sua análise teórica. Propõe ainda uma polêmica dupla lei na acumulação de capital: a que atua em escala internacional, apoiando-se no sistema interestatal, e se baseia na restrição à circulação da força de trabalho, impulsionando a polarização mundial; e a que atua em escala nacional e pode estabelecer controles para equilibrar a circulação entre capital e força de trabalho, expressando a dinâmica pura do modo de produção capitalista, limitando a polarização, como durante o pacto keynesiano (Amin, 1997).

Para o autor, o capitalismo contemporâneo teria entrado em uma fase senil, baseado em cinco monopólios: da tecnologia, dos fluxos financeiros, dos recursos naturais, das comunicações e dos meios de destruição. Tais monopólios redefiniriam o capitalismo, que passaria a ser dirigido pelo imperialismo coletivo de uma tríade, Estados Unidos, União Europeia e Japão, com centralidade no primeiro. Amin aponta como rasgos de senilidade do capitalismo o parasitismo do novo imperialismo, que não promoveria mais o desenvolvimento da periferia, e as contradições impostas pela revolução científico-tecnológica sobre a acumulação de capital (Amin, 2007)⁴.

Theotonio dos Santos reivindica a teoria da dependência como a primeira etapa de elaboração de uma teoria do sistema mundial (Dos Santos, 2000 e 2016). Ele aproxima-se, com ambiguidades da tese de Immanuel Wallerstein sobre a existência de um sistema mundial capitalista desde o século XVI. Se, desde 2000, reivindica a proposição de um *moderno sistema mundial*, o autor não abandona a tese exposta em *Imperialismo y Dependencia* (1978) de que até o século XIX prevalece um regime de transição ao modo de produção capitalista, posição similar a que desenvolve sobre o socialismo, visto como uma formação intermediária e não como parte do modo de produção comunista (Dos Santos, 2000). Dos Santos reivindica o conceito de revolução científico-técnica e de ciclos de Kondratiev,

4 As observações sobre a revolução científico-técnica na obra de Samir Amin são muito pontuais e sumárias. O autor limita-se a mencionar como impacto negativo sobre a acumulação de capital a redução de quantidade de trabalho por produção material, sem aprofundar a análise (AMIN, 2003, p. 157). Muito mais destaque e estruturação em seus trabalhos possuem a referência aos cinco monopólios e ao imperialismo coletivo da tríade para caracterizar a senilidade do capitalismo contemporâneo (MARTINS, 2019).

aceitando ainda o de ciclos sistêmicos formulados por Giovanni Arrighi. Para o autor, a revolução científico-técnica, conceito que incorpora de Radovan Richta (1971 [1969]), representa uma nova estrutura de forças produtivas, que abre uma era revolucionária e coloca o capitalismo na defensiva. A revolução científico-técnica teria se iniciado no pós-guerra, em setores mais avançados da economia mundial, e alcançado uma segunda etapa a partir dos anos 1970 com o paradigma microeletrônico, impulsionando o processo de automação com a substituição crescente do trabalho físico pela aplicação da tecnologia e da ciência à produção. Embora proponha o caminho fecundo das conexões analíticas entre a revolução científico-técnica, os ciclos sistêmicos e os Kondratievs, o autor não as estabelece. Analisa o neoliberalismo como uma ideologia da fase B do Kondratiev, estabelecida entre 1967-93, e sua continuidade sobre a fase A do Kondratiev, que emerge em 1994, um resultado do terrorismo ideológico que exerceu sobre a socialdemocracia, e não um efeito das distorções produzidas pelos ciclos sistêmicos ou pelo avanço da revolução científico-técnica, movimentos de duração mais longa e que condicionam os menores (Dos santos, 1993, 2000 e 2004)⁵.

5 Em *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável* (1993), sob influência da Eco-92, no Brasil, Theotonio dos Santos afirma que “Reagan, Thatcher e Bush deverão desaparecer do mapa mundial com seu autoritarismo, seu sectarismo, seus particularismos e sua estreiteza. O mundo necessita de uma nova liderança mais aberta, mais global e mais planetária (...) A forma imperialista da economia mundial ainda presente na lei do desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial capitalista entra em grave e definitiva crise. Nos próximos decênios, essa forma econômica terá que ceder, pelo menos em parte, o seu lugar a uma nova visão global da gestão planetária baseada na coexistência de regimes econômicos, sociais, políticos e sobretudo culturais diversos e até antagônicos” (DOS SANTOS 1993, p. 13-39). Em *A teoria da dependência: balanço e perspectivas* (2000), assinala que “um retorno ao crescimento econômico que ocorre desde então nos Estados Unidos – 1994 (CEM) – e mais recentemente na Europa criou um contexto político internacional mais favorável, uma rearticulação das forças interessadas em resolver os grandes problemas da miséria, analfabetismo, condições de vida extremamente desfavoráveis das grandes maiorias populacionais do mundo” (DOS SANTOS, 2000, p 111). Em *Do Terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo* (2004), aponta que “A debilidade da social-democracia europeia e do liberalismo norte-americano associada às mais variadas formas de populismo de centro-esquerda na América Latina, na África e em parte na Ásia não tem que ver necessariamente com a profundidade da onda sociopolítica que as recolocou no poder na segunda metade dos anos 90. Como veremos, a imposição do pensamento único teve o caráter de um terrorismo ideológico colossal (...) A chamada “onda rosa” foi vítima desta situação ideológica e os governos que gerou ficaram limitados em suas políticas econômicas tentando conciliar uma política econômica neoliberal (a única científica, isto é, aceitação do pensamento único) e uma política social propositalmente socialista” (DOS SANTOS, 2004 p. 204-205).

Todavia, o autor constata a expansão do capital financeiro, afirma que as vacilações da socialdemocracia abrem o espaço para uma ofensiva fascista, e indica que a crise de hegemonia dos Estados Unidos, que aponta desde os anos 1970 em *Imperialismo y dependencia* (1978), daria lugar à emergência de potências continentais, a principal delas, a China. Sua expectativa, contudo, era a de que a força de uma nova fase A do Kondratiev viabilizasse uma transição sistêmica mais ou menos ordenada através da construção de um período de hegemonia compartilhada entre os Estados Unidos em declínio e os poderes emergentes, garantindo um processo de gestão global que impusesse ajustes de poder relativo e limitasse os riscos de que os conflitos evoluíssem para o caos, abrindo o caminho para a construção de um mundo pós-hegemônico e uma sociedade planetária com forte caráter democrático e crescente orientação socialista⁶.

Em nosso livro *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America* (2020)⁷, nos propusemos a avançar no caminho aberto por Theotonio dos Santos de construção das bases de uma teoria marxista do sistema mundial capitalista. Entendemos o marxismo como um campo teórico dialético e holístico, capaz de integrar em uma perspectiva própria formulações afins. Partimos do conceito de moderno sistema mundial de Immanuel Wallerstein que consideramos oferecer os elementos fundamentais da arquitetura da superestrutura política do modo de produção capitalista. Foi a partir do controle estratégico do Estado que os capitais usuário e comercial

6 Em *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado* (2016), Theotonio dos Santos aponta: “Nessa fase de transição, irão se abrir as portas para experimentos políticos cada vez mais criativos, até que se inicie uma nova fase negativa dos ciclos longos, a qual levará o capitalismo mundial e seu domínio imperialista a uma crise de longa duração, de enorme gravidade. Esperamos que, dessa vez, os saltos para soluções econômicas e sociais superiores, pós-capitalistas ou abertamente socialistas, sejam suficientemente fortes para inaugurar um novo sistema mundial, consolidado em uma civilização planetária plural, igualitária e democrática. Esperamos, também, que esse novo sistema detenha os efeitos brutais de longo prazo que unificarão a crise estrutural do capitalismo a uma nova conjuntura depressiva (esta, sim, de longo prazo, ao se combinar com uma fase (B) do ciclo de Kondratiev, caracterizada por uma depressão de longo prazo (...)) Podemos esperar que os próximos dez anos serão de avanço social e econômico com maior ou menor avanço político, dependendo da consciência das forças sociais emergentes e da capacidade de suas lideranças políticas de expressar e sintetizar suas necessidades e aspirações” (DOS SANTOS, 2016, p. 486).

7 A versão em Inglês, publicada pela editora Brill, atualiza e amplia a original publicada em Português, em 2011, pela editora Boitempo, reafirmando suas teses fundamentais.

criaram uma economia-mundo capitalista e iniciaram a construção de seu modo de produção. Nesse período, a imposição de um modo de acumulação capitalista se fez subordinado às formas de produção pré-capitalista, sem a criação correlata de relações de produção capitalistas⁸. Apenas com a difusão da revolução industrial e do trabalho assalariado nos séculos XIX e XX, as formas econômicas pré-capitalistas foram amplamente substituídas. Isso ocorreu, todavia, lentamente, muito depois de 1800, data em que se fixou Samir Amin, havendo os Estados Unidos somente abolido formalmente a escravidão durante a Guerra da Secessão, quando inicia sua trajetória de ascensão para a hegemonia, e os ciclos de Kondratiev, com forte base tecnológica industrial, apenas incorporado a economia mundial ao seu ritmo após 1870.

Consideramos, como Marx, na *Introdução à Crítica à Economia Política*, que em cada tipo de sociedade existe uma forma de produção que é superior e modifica as demais, constituindo-se em seu centro de gravidade (Marx, [1859] 2008). No capitalismo, este papel coube à indústria, correspondendo à sua ascensão e apogeu a convergência entre os modos de acumulação e de produção capitalistas. Entretanto, quando a indústria vai sendo superada pela revolução científico-técnica, a divergência reaparece sob novas formas concretas. A revolução científico-técnica apenas se torna uma realidade dominante na economia mundial, a partir dos anos 1970, com a emergência do paradigma microeletrônico, quando se inicia o decréscimo relativo de força industrial nos países centrais. O valor da força de trabalho passa a se articular ao crescimento exponencial da educação e do conhecimento, que ameaça a taxa de mais-valia, o que leva, de um lado, ao deslocamento progressivo da circulação de capital do setor produtivo para a geração de capital fictício por meio da dívida pública, da sobrevalorização cambial, de ativos financeiros e de imóveis e, de outro, à realocização dos processos produtivos

8 Consideramos o modo de acumulação a dimensão central de um modo de produção, que pode, entretanto, entrar em contradição com as suas relações de produção e forças produtivas. Os casos típicos são durante a afirmação de um novo modo de produção, quando estas são embrionárias e não se encontram desenvolvidas ou difundidas, ou durante a decadência e fase terminal, quando se encontram obsoletas e este deve se apoiar parcialmente em novas. Sobre o tema, veja-se Marx ([1859] 2008) e Chase-Dunn e Thomas D. Hall (1997).

para as periferias e semiperiferias em busca de uma força de trabalho mais barata e de qualificação similar. Essa dupla tendência ampliou a desigualdade nos países centrais e levou autores, como Ruy Mauro Marini, a defender que a superexploração dos trabalhadores estaria se estendendo aos países centrais, pela qual se paga pela força de trabalho um preço abaixo do seu valor, estabelecido pelas condições médias de produtividade, intensidade e destreza, cada vez mais determinadas pelos monopólios transnacionais em detrimento das burguesias estritamente nacionais⁹.

A financeirização se liga assim a dois movimentos de longa duração: o da emergência da revolução científico-técnica, que impulsiona o declínio das tendências seculares do capitalismo, cujo epicentro são os seus centros mais avançados, e a fase B do ciclo sistêmico estadunidense. O neoliberalismo tornou-se a resposta da burguesia monopólica dos países imperialistas para conter as pressões salariais e a expansão do gasto social, oriundas de décadas de pleno emprego e da transição do fordismo para um novo paradigma de forças produtivas, intensivo em informação e conhecimento, que aproximou estudantes e trabalhadores manuais nas manifestações de 1968. As lutas de classe nos Estados Unidos e no Noroeste da Europa, como assinalaram Giovanni Arrighi e Beverly Silver, passam a ser decisivas para estabelecer o giro neoliberal que cimentará o declínio do protagonismo estadunidense e do eixo atlantista na economia mundial, articulando-se ainda à resistência vietcong para impor uma forte derrota ao imperialismo.

A estratégia de financeirização apresenta limites, pois o sistema-mundo capitalista se baseia na produção generalizada de mercadorias e na competição empresarial e estatal. Foi provisoriamente exitosa durante a fase B do Kondratiev, que se estabeleceu entre 1973-1993, mas, com o surgimento da fase A de um novo ciclo, o dinamismo da economia mundial deslocou-se de forma acelerada para a China, passando os Estados Unidos e o Noroeste da Europa a crescerem abaixo

9 Entre 1980-2016, os 50% mais pobres dos Estados Unidos e Canadá captaram 2% do crescimento econômico nestes países e tiveram um aumento da renda de apenas 5%, e os da Europa elevaram em 26% suas rendas, captando apenas 13% da ampliação da renda total nessa região (WORLD INEQUALITY LAB, 2018, p. 46). Sobre os debates em relação ao conceito de superexploração e sua extensão aos países centrais, veja-se nosso artigo *A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo* (2018).

da média da economia mundial. O ciclo de Kondratiev que emergiu em 1994 não teve a força para alterar o giro neoliberal, como imaginou Theotonio dos Santos, que corresponde a movimentos estruturais muitos mais profundos. A nossa hipótese é que esta fase A está se encerrando entre 2015-2020 e abre um novo período de caos sistêmico, que coincide com a mensuração inicial de Arrighi, cujo ponto de inflexão é o colapso do consenso neoliberal, do qual a crise ambiental em curso, que se manifesta na pandemia da Covid-19, foi a detonante¹⁰.

Os *trends seculaires* de Braudel e os ciclos logísticos de Wallerstein, com suas oscilações rígidas de 150 anos e mensuração a partir da oscilação de preços, não possuem evidência empírica nem elaboração teórica suficiente para justificá-los. Tampouco tem razão Samir Amin ao descartar o conceito de ciclos quando estes não atenderem a uma rígida repetição. Os ciclos referem-se a oscilações significativas que se repetem em um todo complexo, onde atuam outras tendências de longa duração que influenciam o seu ritmo. Possuem também fatores de aceleração, como a difusão tecnológica e o aumento exponencial da capacidade de organização dos trabalhadores com o desenvolvimento das escalas produtivas, no caso dos ciclos sistêmicos, que atuam para reduzir a sua extensão, como detectaram Arrighi e Silver. Os ciclos de Kondratiev devem ser medidos por indicadores internacionais e articular fenômenos econômicos com pontos de inflexão políticos de impacto mundial. Diante da dificuldade de mensurá-lo através da taxa de lucro mundial, devemos tomar em consideração as oscilações do crescimento do PIB *per capita* mundial, as variações e a composição da taxa de lucro do país hegemônico¹¹.

10 Não estamos de acordo com a tese sustentada por Giovanni Arrighi, em *Adam Smith em Pequim*, de que a hegemonia estadunidense haveria se encerrado com a intervenção militar no Iraque, transformando-se desde então em dominação. Embora tenha reivindicado a *Doutrina da ação preventiva* e a aplicado de maneira seletiva contra países da periferia, que nomeou de 'eixo do mal', George Bush Filho não rompeu com os fundamentos do multilateralismo neoliberal estabelecido desde os anos 1980. Foi sucedido por Barack Obama que buscou ampliar o consenso liberal, mediante a articulação do Acordo Trans-Pacífico, do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, do Acordo de Paris, do acordo nuclear com o Irã, e das tratativas para o fim do embargo a Cuba.

11 Podemos afirmar, a partir das oscilações do PIB *per capita*, a presença dos ciclos de Kondratiev na economia mundial desde o século XIX e, notadamente, a partir de 1870, quando a industrialização no Noroeste da Europa, Estados Unidos e Japão articula um salto na escala da divisão internacional do trabalho. Diferentemente do que supõem Immanuel Wallerstein (2000)

O atual ciclo de Kondratiev se iniciou em 1994, a partir do arranque da taxa de lucro nos Estados Unidos e da elevação das taxas de crescimento econômico *per capita* mundiais, associando-se a um conjunto de fenômenos que impuseram a hegemonia da globalização neoliberal, como o fim da URSS e do socialismo no Leste Europeu, a Guerra do Golfo, a imposição do Consenso de Washington nas periferias e a assinatura e entrada em vigor do NAFTA. A fase de expansão apresentou três crises, a saber, 1998-2001, 2008-2009 e, agora, a partir de 2019. O seu esgotamento se associa ao desgaste da globalização neoliberal, que se manifesta pela perda de força de seus principais suportes, como o comércio exterior, os fluxos internacionais de capitais, o liberalismo político, o crescimento econômico e a capacidade de endividamento do Estado e das corporações privadas, assim como pela progressão exponencial da crise ambiental. A emergência de um imperialismo unilateral, desde o governo Trump, sua articulação internacional das forças neofascistas emergentes, e o efeito da pandemia da Covid-19 sobre uma globalização neoliberal debilitada a colocam em colapso, do qual terá muitas dificuldades de se reerguer.

O caos sistêmico deverá colocar em questão não apenas a hegemonia dos Estados Unidos, mas o próprio sistema capitalista. Neofascismo e socialismo disputarão a reorganização do sistema mundial com um neoliberalismo debilitado que buscará retomar sua ofensiva. Diferentemente do que apostava Theotonio dos Santos, os caminhos para uma civilização planetária dificilmente se estabelecerão pelo consenso em torno da hegemonia compartilhada dos Estados Unidos com as forças emergentes da economia mundial, em processo de ajuste permanente, conduzido pelas forças que dirigiram o Kondratiev que se encerra. Defendemos, com Giovanni Arrighi e Beverly Silver, que as lutas sociais e políticas terão um papel chave na definição do processo de reorganização sistêmica que se estabelecerá.

e Andre Gunder Frank (1998), que afirmam ser possível estender os ciclos de Kondratiev para períodos pretéritos, a estabilização ou lentidão do crescimento *per capita* até o século XVIII não respalda essa proposição, ainda que grandes transformações em termos de expansão do produto e ocupação geoespacial tenham sido geradas. Em nosso *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America* (2020), buscamos periodizar as fases do Kondratiev desde o século XX a partir dos dados de Angus Maddison.

Ao contrário de Immanuel Wallerstein, consideramos que o processo de substituição do moderno sistema mundial por outro envolverá projetos globais que partirão da articulação de lutas de classe com disputas interestatais e geopolíticas. Tende a se criar uma bifurcação entre, de um lado, a China e a sua liderança com a Rússia no impulsionamento dos projetos do Sul Global e eurasiático e, de outro lado, o imperialismo estadunidense e sua liderança na articulação de um projeto global neofascista. Um projeto de poder envolve as grandes massas continentais e os mercados internos dos *hinterlands*, e o outro, as potências marítimas baseando-se nos monopólios privados e na apropriação oligárquica do valor. Como aponta Arrighi, as raízes da bifurcação aparecem durante o início da crise sinalizadora de hegemonia e remetem, no caso dos Estados Unidos, à sua derrota no Vietnã, que foi muito mais política do que militar. Tal precedente histórico e analítico coloca a unidade das lutas de classe dos povos do Sul e dos países centrais como chave para derrotar a máquina imperialista e transitar para um sistema mundial socialista, tomando a defesa da paz como um valor central. Consideramos que dificilmente o mercado braudelianiano poderá ser uma alternativa em si, inscrevendo-se muito mais como parte da construção de um sistema mundial socialista, cuja emergência se ocorrer o será de forma necessariamente hibridizada, da maneira similar ao *moderno sistema mundial* que promoveu o capitalismo histórico.

Crise da globalização neoliberal e o caos sistêmico

A pandemia da Covid-19 atinge uma globalização neoliberal em processo de exaustão, sintetizando um conjunto de crises, e colocando em fase terminal a hegemonia estadunidense. Podemos destacar três grandes crises: a) a crise ambiental, b) a crise da globalização neoliberal e c) o fim da fase expansiva do Kondratiev.

A crise ambiental expressa o descompasso entre as forças propulsoras do capitalismo histórico no século XXI e as necessidades de desenvolvimento de uma nova etapa da revolução científico-técnica, direcionada para a construção de um paradigma biotecnológico,

baseado na geração de bens públicos, como preservação e regeneração ambiental, saúde, educação, cultura e ciência. A predominância da riqueza oligárquica, do superlucro e a transformação de homens e natureza em mercadoria, em escalas nunca antes vistas, elevam as taxas de desflorestamento, a emissão de carbono, o aquecimento global, a ampliação da circulação de pessoas e de mercadorias em detrimento dos sistemas de preservação da vida, que são secundarizados pela recusa do capital em incorporar os limites ambientais e a elevação do valor da força de trabalho exigidos pela nova etapa das forças produtivas¹². A vulnerabilidade dos Estados Unidos e dos países europeus em relação aos efeitos da pandemia demonstra o alto custo da desigualdade e da prevalência dos interesses privados sobre os públicos na gestão do novo paradigma emergente baseado em forças produtivas com alto grau de socialização.

A crise da globalização neoliberal se vincula às contradições entre a estratégia de financeirização, com epicentro nos Estados Unidos, e a produção de valor para sustentá-la. A expansão da massa de ativos financeiros em proporção superior à geração de riqueza material debilita a economia real e põe em tensão os arranjos macroeconômicos que a viabilizam. O esgotamento do Kondratiev expansivo acentua essas contradições. Se a China atuou entre 1994-2013 articulando a dinâmica de sua economia às exportações para o mercado interno estadunidense, utilizando parte do seu saldo comercial para comprar títulos da dívida pública norte-americana e auxiliar no financiamento do déficit na conta corrente dos Estados Unidos, desde 2008-2013, com a inflexão no seu crescimento econômico, reorientou sua dinâmica para o mercado interno, os projetos eurasiático da Rota da Seda e do BRICS, congelando o seu estoque de títulos da dívida pública norte-americana, cujo crescimento foi avassalador entre 2000-2013. Iniciou-se assim o declínio da colaboração entre China e Estados Unidos, pela qual a primeira podia manter altas taxas de crescimento, sustentar o parasitismo estadunidense e impulsionar

12 Sobre a incapacidade de o capital assumir os custos de reprodução ambientais e da força de trabalho, veja-se *Crises of world hegemony and the speeding up of a social history* (2020) de Beverly Silver e Corey Payne, traduzido para o Português e publicado neste número de *Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*.

a difusão do Kondratiev expansivo para as periferias, em particular à América Latina e à África, mediante a compra de matérias-primas, a ampliação de investimentos e a ajuda internacional que fundamentou o *boom* das *commodities*. O crescimento acelerado baseado em exportações elevou significativamente a desigualdade na China, ainda que se combinasse com a acentuada redução da pobreza. Sua interrupção abre o risco de uma profunda crise social e pressiona a liderança política chinesa a reorientar suas prioridades para os gastos sociais, o bem-estar e a contenção e redução da desigualdade.

A eleição de Donald Trump expressou a reação interna à vulnerabilidade crescente da estratégia de financeirização dos Estados Unidos. Todavia, Trump não pretende negar a sobrevalorização do dólar, mas usar a força do Estado norte-americano para reverter a deslocalização das cadeias produtivas estadunidenses, impor sanções e ameaçar a empresas e Estados concorrentes, tornando a China e a Rússia os seus alvos preferenciais. Essa cisão revela as fraturas nas classes dominantes nos Estados Unidos entre uma fração internacionalista e dominante que concentra e centraliza o capital em detrimento dos segmentos empresariais de base nacional e dos trabalhadores, afetados pelo forte crescimento da desigualdade¹³. A crise de 2007-09 e a queda no crescimento que se seguiu puseram a nu a desigualdade, elevaram a pobreza, e estabeleceram a perda de hegemonia do centrismo liberal que dirigiu a globalização neoliberal, abrindo o espaço para a ofensiva de extrema-direita e neofascista.

A aguda depressão gerada a partir da Covid-19 evidencia a vulnerabilidade da estratégia de financeirização dos Estados Unidos na economia mundial, ao tempo em que acelera os conflitos sociais e políticos no mundo. A queda drástica do PIB, das taxas de lucro, do comércio internacional, a elevação do desemprego e a atuação dos movimentos sociais pressionam para a forte elevação dos níveis de intervenção estatal, em particular nos países mais afetados. A demanda de ampliação dos gastos sociais nos Estados Unidos e na União Europeia se choca com os altos níveis de endividamento

13 Entre 1997-2016, o setor manufatureiro reduziu sua participação no PIB estadunidense de 16,1% para 11,2% e o setor financeiro a ampliou de 18,8% a 20,8% (COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS, 2020, p. 375).

governamental, das corporações privadas, as exigências de sustentação de seus ativos fictícios e as restrições do grande capital para ampliação da tributação. O nível moderado de endividamento público na China e de suas empresas estatais, assim como o papel central que ocupa o Estado no padrão de desenvolvimento chinês, a habilita para uma performance muito superior em um novo contexto de longa recessão, onde as taxas de lucro serão baixas¹⁴. Por outro lado, a espiral de conflitos sociais no mundo tende a colocar em questão o protagonismo do dólar. O padrão dólar-flexível, pelo qual os Estados Unidos passaram a disputar e absorver grande parte do capital circulante no mundo, se baseou em um conjunto de pressupostos que passam a ser desafiados: o baixo nível de endividamento do governo estadunidense; sua alta capacidade de se endividar a curto, médio e longo prazo; a força do seu mercado de capitais; e a difusão das políticas neoliberais e deflacionistas que criaram vulnerabilidade no balanço de pagamentos dos países, desregulamentaram suas contas de capital, exigiram alto volume de reservas depositadas no FED e restringiram a intervenção do Estado e os gastos sociais como indutores do crescimento econômico. Diferentemente da crise de 2007-2009, quando, entre junho de 2008 e dezembro de 2012, ingressaram US\$ 2.587 trilhões sob a forma de compra de títulos da dívida pública, respondendo por 37% da sua expansão no período (Council of Economic Advisers, 2020, p. 425), o peso da intervenção provavelmente recairá sobre o governo estadunidense, que corre ainda o risco de sofrer retiradas de reservas no período que se abre¹⁵. O mercado de capitais estadunidense deverá debilitar-se pelo avanço chinês sobre a fronteira tecnológica, que dificilmente poderá ser impedido pela escalada de sanções em razão da deterioração da performance

14 Na China, o endividamento empresarial concentra-se nas *joint-ventures*, onde é forte a presença do capital estrangeiro estadunidense e a influência do Estado, o que abre o espaço para o aumento da participação do Estado no setor produtivo. Sobre o tema, ver China Institute (2018) e Ling, Karen Jinprong; Lu, Xiaoyan; Zhang, Jusheng; e Zheng, Ying (2020).

15 Diferentemente do que afirma Giovanni Arrighi, a libra esterlina não exerceu por muito tempo o papel de moeda protagonista a partir do fim a hegemonia britânica. O padrão ouro-libra sofreu um primeiro colapso em 1914, sendo restabelecido pela ascensão hegemônica dos Estados Unidos até sofrer o colapso definitivo em 1931. Consideramos altamente provável que as pressões sociais que deverão se desenvolver com o avanço do caos sistêmico coloquem em questão o protagonismo do dólar.

econômica das empresas norte-americanas. As tentativas de bloqueio comercial e financeiro da China provavelmente se reverterão a médio prazo contra os seus impulsionadores, de forma análoga ao bloqueio continental europeu imposto por Napoleão contra o Reino Unido. A China deverá continuar a avançar no domínio das tecnologias de comunicação, das tecnologias verdes e em saúde, assim como das tecnologias espacial, militar e da ciência básica, aprofundando a contradição entre o interesse empresarial imediato das corporações transnacionais estadunidenses e o do Estado norte-americano, que busca restringir suas transações.

É bastante provável que estejamos diante de um novo salto nos níveis de intervenção do Estado sobre a economia que, desde 1880, vem se elevando em cada novo padrão regulatório que se estabelece. Caso entremos na fase B do Kondratiev, provavelmente os gastos estatais no mundo deverão se fixar em outro patamar, podendo saltar dos 37% nos Estados Unidos e 47% nos países da zona do Euro para algo em torno de 50 a 70% nas próximas décadas¹⁶. Três forças políticas deverão disputar essa expansão dos gastos:

- a) O neoliberalismo universalista, que busca organizar um consenso em torno da hegemonia do atlantismo, dirigida pelos Estados Unidos, com apoio da União Europeia, incorporando políticas sociais e ambientais compensatórias. Tal alternativa se orientará para sustentar a financeirização e o protagonismo do dólar, mas será desafiada pela emergência da China, pela pressão dos movimentos sociais contra a desigualdade, pelos movimentos nacionais-populares nas periferias e pela deterioração ecológica que debilitarão o consenso neoliberal e sua democracia formal limitada;
- b) O neofascismo, cujo epicentro é a extrema-direita norte-americana, pretenderá restabelecer a centralidade dos gastos militares na acumulação de capital, em função do esgotamento crescente das bases da financeirização. Tal projeto se move para uma política territorialista de império e para a guerra como fundamento de uma economia mundial

16 Veja-se Angus Madison para uma série histórica da expansão dos gastos estatais ao longo do século XX, e a base de dados da OECD (2020) para sua atualização no século XXI.

- de dominação exploradora, desapropriação e despojo. Tende a retomar em novo patamar a Doutrina do Destino Manifesto, que impulsionou a política de anexação dos Estados Unidos na América Latina, Caribe e nas ilhas asiáticas entre 1846-1933. Sua aposta na repatriação das cadeias produtivas nos centros imperialistas ocidentais só poderá se realizar sob forte repressão sobre os trabalhadores para que obtenham as taxas de lucro que alcançam fora. Tal alternativa encontrará fortes limitações para se impor em razão do declínio da liderança militar estadunidense, do aumento exponencial dos custos de proteção do mundo, da crescente desigualdade e do caráter cada vez mais multicultural e multiétnico das classes trabalhadoras nos países centrais; e
- c) O socialismo, cujo desafio será o de impulsionar e coordenar três frentes de luta no sistema-mundo. Nos países centrais, onde buscará estabelecer um estado de bem-estar social avançado, centrado numa democracia participativa, que priorize a geração de bens públicos associados à nova etapa da revolução científico-técnica – como saúde, educação, cultura e preservação e regeneração ambiental – e erradique as opressões de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual. Tal redirecionamento do Estado implicaria forte controle do mercado, subordinando-o a objetivos sociais. Nos países periféricos, onde as lutas pelo desenvolvimento, pela democracia e pela soberania assumiriam forte caráter anti-imperialista e anticapitalista, rompendo com a dependência para promovê-lo em articulação com o eixo geopolítico do Sul Global. Na China e Rússia, pilares de um novo eixo geopolítico mundial, onde será necessário consolidar o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento limpo, capaz de reverter assimetrias estruturais, e um internacionalismo que possa bloquear a atuação do imperialismo ocidental e lançar as bases de um novo consenso mundial. Esse internacionalismo deverá estabelecer uma capacidade militar dissuasória e um consenso fundado na articulação entre as lutas anti-imperialistas,

pela democracia participativa e por um novo padrão de desenvolvimento. Todavia, para isso terá que superar um conjunto de limitações, como a cultura imperialista nos países centrais, a centralização estatal da política nos países socialistas e nos governos anti-imperialistas dos países semiperiféricos e periféricos.

O período de caos sistêmico em que estamos ingressando deverá colocar em questão as bases da democracia liberal estadunidense, fortemente vinculada ao racismo em função de seus laços com o imperialismo e com o colonialismo interno, manifestos nos vínculos históricos com a escravidão e as leis de *Jim Crow*, no uso da força de trabalho dos latinos e imigrantes em condições de precarização, ou na intervenção militar, guerras híbridas e articulação de golpes de Estado em áreas geopolíticas estratégicas. Seu êxito depende do funcionamento da ideologia da prosperidade de uma maioria branca caucasiana e das expectativas de ascensão social que proporciona para os trabalhadores, setores médios e às minorias étnicas. Tal ideologia deverá ser ameaçada pela recessão estrutural, pelo crescimento da diversidade étnica frente à população caucasiana nos Estados Unidos e pelo avanço da superexploração do trabalho.

É possível que nos próximos anos se produza na China uma inflexão que reorganize o seu poder político, da mesma forma que a ascensão estadunidense provocou o *New Deal*, que repactuou as relações com os trabalhadores. Ela deverá ser impulsionada pela atuação de sua gigantesca classe trabalhadora contra os altos níveis de desigualdade alcançados no período de aproximação dos Estados Unidos e em favor da socialização do poder político. Esta pressão enfrentará, todavia, as resistências da burocracia partidária, que pretende manter seu monopólio político, e da grande burguesia local, que busca expandir seu poder relativo frente ao Estado. O resultado dessas lutas reorganizará a relação entre estes segmentos e será decisivo para definir as trajetórias da China no sistema mundial, articulando-se com as disputas geopolíticas mundiais. Quanto mais estas se aprofundarem, maior deverá a ser a força dos trabalhadores

e de outros povos junto à burocracia partidária chinesa na construção de um bloco histórico oposto ao imperialismo estadunidense e ocidental, face à necessidade de contar para isso com ampla base popular e internacional. O eventual êxito da China, nos próximos anos, na construção de uma alternativa monetária ao dólar poderá ampliar a margem estrutural de flexibilização e socialização do poder político, ao reduzir a necessidade de controle centralizado do câmbio e os riscos sobre o balanço de pagamentos.

Na América Latina, o desmonte dos fundamentos do neoliberalismo na economia mundial, em razão do declínio nos fluxos internacionais de capitais e da reversão do *boom* das *commodities*, coloca este padrão de acumulação em profunda crise social e política, o que explica sua aproximação ao neofascismo e ao imperialismo unilateral estadunidense. A polarização expressa à direita – nos golpes de Estado no Paraguai (2012), no Brasil (2016), na Bolívia (2019), no cerco e tentativas de intervenção na Venezuela e na eleição de Jair Bolsonaro – ou à esquerda – na emergência de movimentos de massa contra as políticas neoliberais no Chile e Equador, na eleição de Andrés Manuel Lopez Obrador, de Alberto Fernandez, de Luis Arce, no plebiscito pela Constituinte exclusiva que porá fim à Constituição pinochetista, na queda drástica de popularidade de Sebastian Piñera, Ivan Duque, ou em menor medida de Jair Bolsonaro – revela a profunda dissensão em curso em função do esvaziamento do centrismo e do abandono por parte do capitalismo dependente das tarefas mínimas vinculadas ao desenvolvimento econômico e social. A região deverá se dividir em dois blocos: um, centrado no imperialismo estadunidense, nas burguesias internas, no subimperialismo servil às políticas externas norte-americanas a que se candidatam as extremas-direitas brasileira e colombiana, na superexploração dos trabalhadores e do meio ambiente, e outro, baseado na defesa da soberania, do desenvolvimento e da democracia e na emancipação dos movimentos populares, que tende a se articular à construção de uma força geopolítica articulada à China e à Rússia e ao estabelecimento de economias de transição para o socialismo. Entra em declínio acelerado o poder hegemônico regional, que reduziu os conflitos geopolíticos ao impor a dependência, em favor de um ambiente em disputa que envolve Estados, classes e blocos

históricos de poder. Esse contexto se torna propício a revoluções, contrarrevoluções, aumentando ainda o risco de guerras.

Conclusão

Neste artigo buscamos analisar as tendências que se abrem no moderno sistema mundial a partir da Covid-19. Utilizamos os instrumentos conceituais de longa duração integrando análises prospectivas e retrospectivas mediante a combinação de tendências seculares e cíclicas. Defendemos a construção de uma teoria marxista do sistema-mundo capitalista a partir da integração dialética entre os conceitos de moderno sistema mundial de Immanuel Wallerstein, de ciclos sistêmicos e hibridização de sistemas-mundo de Giovanni Arrighi, de revolução científico-técnica e de ciclos de Kondratiev, reivindicados por Theotonio dos Santos, de superexploração do trabalho por Ruy Mauro Marini e de modo de acumulação por Christopher Chase-Dunn. O conceito de modo de acumulação ilumina os vínculos e as contradições entre o capitalismo e as forças produtivas em que se sustenta historicamente, e o de revolução científico-técnica demarca o tempo estrutural de sua crise, que abre um período de lutas sociais e políticas em torno de sua preservação e transição para outras formas de existência. A extensão da superexploração da força de trabalho das periferias aos centros ocidentais indica o declínio da mais-valia relativa. A articulação entre as longas durações representadas pela revolução científico-técnica, o ciclo sistêmico estadunidense e o ciclo de Kondratiev, iniciado em 1994, ilumina uma individualidade histórica única em movimento. E o conceito de hibridização de sistemas-mundo sob direção socialista torna-se um instrumento indispensável na construção de um mundo pós-hegemônico e pós-capitalista, onde a riqueza esteja vinculada à unidade dialética entre a diversidade, a igualdade e a solidariedade.

Os resultados a que chegamos são, portanto, inevitavelmente heurísticos e provisórios. Saem da zona de conforto da interpretação do passado e assumem o risco de projetar tendências e antecipar cenários. Sustentamos que a pandemia da Covid-19 marca a transição para

o caos sistêmico e aponta a contradição entre o modo de produção capitalista e a necessidade de desenvolvimento de um novo paradigma biotecnológico. O estabelecimento em 2015-2020 da fase recessiva do ciclo Kondratiev, iniciado em 1994, coloca a hegemonia estadunidense e o neoliberalismo em crise terminal, abrindo uma disputa sobre a reorganização do sistema mundial, que deverá articular conflitos geopolíticos e lutas de classes. De um lado, o imperialismo estadunidense e as potências ocidentais, articulados com as burguesias periféricas, oscilando entre projetos neofascistas e neoliberais; de outro, a China e as potências continentais, como a Rússia, os governos e movimentos nacionais-populares da periferia e semiperiferia e os movimentos sociais dos países centrais buscando o difícil caminho de construir identidades entre o socialismo de mercado, o capitalismo de Estado, o anti-imperialismo, os projetos emancipatórios dos movimentos sociais e uma democracia em transição do liberalismo ao socialismo, em busca da formação de um bloco histórico global¹⁷.

Todavia, a vida concreta é repleta de interações dinâmicas e imprevisibilidades e é neste cenário complexo que estas tendências poderão atuar nas próximas décadas.

Referências bibliográficas

AMIN, Samir. **Los desafíos de la mundialización**. México D. F.: Sigloveintiuno editores, 1997.

AMIN, Samir. **Mas allá del capitalismo senil**. Madrid: El viejo topo, 2003.

AMIN, Samir. **Por la V Internacional**. Madrid: El viejo topo, 2000.

AMIN, Samir. **China 2013**. Monthly Review. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2013/03/01/china-2013/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

AMIN, Samir. **La revolución de octubre cien años después**. Madrid: El viejo topo, 2017.

ARRIGHI, Giovanni. **La geometria del imperialismo**. México D.F.: Sigloveintiuno editores, 1978.

17 Segundo Samir Amin (2007 e 2017), este desafio e tarefa estariam na base da construção de uma V Internacional capaz de lançar um projeto socialista global.

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996 [1994].
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008 [2007].
- ARRIGHI, G. e SILVER, B. **Chaos and governance in the modern world system**. Minneapolis & London: University of Minnesota Press, 1999.
- ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; e SELDEN, M. **The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspective**. London & New York: Routledge, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: as estruturas do cotidiano**. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1979] **Civilização material, economia e capitalismo: o jogo das trocas**. Volume 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1979].
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: as estruturas do cotidiano**. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1979].
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: o jogo das trocas**. Volume 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1979].
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo**. Volume 3. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1986].
- CHASE-DUNN, C. e HALL, T. **Rise and demise: comparing world-systems**. Colorado: Westview Press, 1997.
- CHINA INSTITUTE. **State-owned enterprises in China economy today**. Alberta University: Edmonton, 2018.
- DOS SANTOS, Theotonio. **A economia mundial: integração & desenvolvimento sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- DOS SANTOS, Theotonio. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DOS SANTOS, Theotonio. **Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo**. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.
- DOS SANTOS, Theotonio. **Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado**. Rio de Janeiro: EDUERJ & CLACSO, 2016.
- FRANK, Andre Gunder. **ReOrient**. Berkeley: University of California Press, 1998.
- HOPKINS, T. e WALLERSTEIN, I. **The age of transition: trajectory of world-system 1945-2025**. Londres: Zed Books, 1996.

LING, K.J.; LU, X.; ZHANG, J.; e ZHENG, Y. State-owned enterprises in China: a review of 40 years of research and practice. **China Journal of accounting research**, v. 19, issue 1, p. 31-55, 2020.

MADDISON. Angus. **La economía mundial 1820-1992: análisis y estadísticas**. Paris: OECD, 1997.

MADDISON. Angus. **The World Economy: a Millennial Perspective**. Paris: OECD, 2001.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México D.F.: Era, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. Procesos y tendencias de la globalización capitalista (p. 49-68). In: MARINI R.M. e MILLAN, M. (Org.). **La teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas**. México: UNAM, tomo 4, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**. Salvador, n. 84, p. 463-480, 2018.

MARTINS, Carlos Eduardo. Samir Amin and the challenges of socialist transformation in senil capitalism. **Globalizations**, v. 6, n. 7, p. 80-984, 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America**. Brill: Leiden & Boston, 2020. OECD. *OECDSTATS*. Disponível em: <https://stats.oecd.org/Index.aspx?queryid=82342>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RICHTA, Radovan. **La civilización en la encrucijada**. México D.F.: Sigloveintiuno editores, 1971 [1969].

SILVER, Beverly. **Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo. 1995.

SILVER, B. e PAYNE, C. Crises of world hegemony and the speeding up of a social history. In: DUTKIEWICZ, P.; CASIER, T.; e SCHOLTE, J.A. **Hegemony and world order: reimagining power in global politics**. New York: Routledge, p. 17-31, 2020.

SIMIAND, François. **Les fluctuations économiques à longue période et la crise mondiale**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1932.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system**. Capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world system II: Mercantilism and the Consolidation of the European World- Economy, 1600-1750**. New York: Academic Press, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System III**: the second era of great expansion of the capitalist world-economy 1730-1840. New York: Academic Press, 1989.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. The world we are entering 2000-2050. *In*: WALLERSTEIN, I. e CLESSE, A. **The world we are entering 2000-2050**. Luxemburg Institute for European and International Studies, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Structural Crisis**. London: New Left Review, p. 62, mar.-apr., 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System IV**: Centrist Liberalism Triumphant: 1789-1914, 2011.

CAPÍTULO 2 | DESIGUALDADES NO SISTEMA MUNDIAL E NO BRASIL

*Jales Dantas da Costa*¹

Introdução

Fernand Braudel certa vez escreveu que as sociedades evoluídas consentem diversas hierarquias (religiosa, política, militar, do dinheiro), mas que não impedem alguns de seus agentes ultrapassar o “rés-do-chão” e outros poucos privilegiados manter-se, não sem luta, no “alto da pirâmide” da hierarquia social. Ao olhar para as sociedades, o que primeiro lhe chamou a atenção foi a desigualdade intrínseca que distancia o topo da base, mais ou menos gritante conforme as sociedades e suas épocas.

O que se vê imediatamente, no alto da pirâmide, é um punhado de *privilegiados*. Tudo converge normalmente para essa sociedade minúscula: cabe a eles o poder, a riqueza, uma grande parte dos excedentes da produção; cabe a eles governar, administrar, dirigir, tomar decisões, assegurar o processo do investimento, portanto da produção; a circulação de bens e de serviços, os fluxos monetários convergem para eles. Abaixo deles, escalo-na-se a multidão dos agentes da economia, dos trabalhadores

¹ Professor no Departamento de Economia e no Programa de Pós-Graduação (na área de Economia Política) da Universidade de Brasília. Doutor em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da UnB. Graduado e Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo.

de qualquer categoria, *a massa dos governados*. E, abaixo de todos, um *enorme detrito social: o universo dos que não têm trabalho* (Braudel, 1998a, p. 415, grifos meu).

Braudel admitiu a desigualdade como uma “*lei contínua*” e argumentou que “as sociedades atuais [1979], sejam quais forem seus sistemas políticos, não são muito mais igualitárias do que as de outrora” (idem, p. 415). Reconheceu a possibilidade de mobilidade social em épocas diversas, tanto nas fases recessivas quanto nas de bonanças. Mas o que parece mais ter lhe surpreendido foi constatar que os privilegiados eram sempre uma minúscula proporção do total da população.

O espantoso é que os privilegiados sejam *sempre* tão pouco numerosos. Uma vez que a promoção social existe, uma vez que essa minúscula sociedade depende dos excedentes que o trabalho dos não-privilegiados põe à sua disposição, se estes excedentes aumentam, a pequena população do topo deveria crescer. Ora, *hoje* [em algum dia de fins dos anos 1970] como ontem, é raro isso acontecer (Braudel, 1998a, p. 415, grifo no original)

Questionou como uma sociedade minúscula “consegue se manter, mesmo em meio a revoluções? Por que, na luta que às vezes o Estado trava contra os privilegiados, estes nunca perdem por inteiro ou definitivamente?” (1998a, p. 421). E em seguida afirmou que “a reconstituição e a reprodução das elites se processam por movimentos e deslocamentos habitualmente tão lentos e tão frouxos que escapam à medição e até à observação precisa” (idem). Para este historiador, o problema da reprodução das elites não apresentava soluções fáceis, justamente por considerar que há uma “lei insidiosa do número exíguo”, irritante por não discernirmos bem as suas razões, sejam lá quais forem. De minha parte, o que mais surpreende é ter em conta que os miseráveis e pobres em muitas sociedades, tanto no passado como no presente, chegavam e chegam a ser maioria entre suas populações, bem maior do que o exíguo número de seus privilegiados e muitas vezes até maior do que o de seus trabalhadores em geral.

O que dizer da produção e reprodução das “massas dos governados” e do “enorme detrito social”? Será um problema que apresenta soluções mais fáceis? Há uma lei insidiosa do número grande tão ou mais irritante do que aquela lei do número exíguo? Ou serão duas leis da mesma moeda?

Falando dos desprestigiados, argumentou que as malhas lhes comprimem, são apertadas e reforçadas de todos os lados pela ordem estabelecida pelo Estado, pelas bases da sociedade, pelos reflexos culturais e estruturais da economia e mais o “peso da evolução múltipla do conjunto”.

A massa da sociedade subjacente é mantida na rede da ordem estabelecida. Se se mexe demais, as malhas são apertadas e reforçadas, ou então se inventam outras maneiras de esticar a rede. *O Estado está lá para salvar a desigualdade, ponto capital da ordem social.* Lá estão a cultura e quem a representa, quase sempre para pregar a resignação, a submissão, a sensatez, a obrigação de dar a César o que é de César. O melhor ainda é que a massa “orgânica” da sociedade evolua por si só dentro de limites que não comprometam o equilíbrio geral. Não é proibido ir de um degrau inferior da hierarquia para o degrau baixo imediatamente superior. A mobilidade social não funciona apenas na fase mais elevada da ascensão (Braudel, 1998a, p. 440-441, grifos meu).

Escrevendo sobre a mobilidade nos últimos degraus da hierarquia inferior, admitiu ser possível por algumas vezes “sair do inferno”, mas nunca só e não “sem aceitar imediatamente uma estreita dependência de homem para homem. É preciso ir para as margens da organização social, seja ela qual for, ou fabricar uma nova, com leis próprias, no interior de alguma contrassociedade” (idem, p. 457). Bandidos organizados de falsos salineiros, de contrabandistas, moedeiros falsos, salteadores, piratas, assim como o exército e a vasta criadagem, foram quase os únicos a fugir do inferno durante o século XVI na Europa. A maioria europeia, no entanto, pareceu-lhe encontrar-se acima do “nível zero”, quer dizer, ao abrigo da escravatura,

que até o século XVIII e mesmo depois esteve presente na China, na Índia, na imensidão islâmica, na Rússia, na Itália meridional, na Espanha, em Portugal e no Novo Mundo. Também considerou que nessa mesma Europa, mesmo com todo o seu privilégio, havia então “vastíssimas regiões” onde imperava a servidão que tanto custou a desaparecer. E admitiu a existência de uma “velhíssima maldição” no Ocidente, a presença do subproletariado, de gente sem trabalho, de perpétuos desempregados.

Tal como sugere o título deste artigo, explicitamos e analisamos os processos de produção e reprodução das múltiplas desigualdades no sistema-mundo moderno em geral e no Brasil em particular. Para tanto, apreciamos inicialmente o marco teórico elaborado por autores expoentes da tradição das análises dos sistemas-mundo, como Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Também evidenciamos empiricamente com Arrighi e Roberto Patrício Korzeniewicz certas desigualdades conjunturais e mais recentes entre as zonas da economia-mundo moderna (central, semiperiférica e periférica), bem como entre suas populações adultas (a referência aqui são os *Global Wealth Reports* de 2010, 2015 e 2019 do banco *Credit Suisse*). Destacamos então a importância relativa de cada zona, se permaneceu ou não mais ou menos estável ao longo dos últimos setenta anos, bem como a excepcionalidade da mobilidade dos Estados na estratificação da economia-mundo. Posteriormente, a questão foi saber se o Brasil, enquanto periferia e depois semiperiferia, produz e reproduz internamente padrão similar de desigualdades evidenciado no âmbito do sistema-mundo. Para tanto, primeiro revisitamos alguns autores consagrados da literatura brasileira, como Manoel Bomfim, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Florestan Fernandes. Depois, evidenciamos empiricamente com Márcio Pochmann e outros pesquisadores certas desigualdades estruturais, conjunturais e, sobretudo, mais recentes no âmbito do território nacional, entre os estados da federação brasileira e suas gentes. É certo que as explicações para as desigualdades em âmbito nacional vão além de suas fronteiras. A aposta para compreender a produção e reprodução das múltiplas desigualdades sistêmicas e no Brasil está na própria dinâmica do sistema-mundo.

Produção e reprodução das desigualdades no moderno sistema mundial

Em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, Braudel argumenta que as desigualdades existem e persistem porque as diversas zonas da economia-mundo se voltam, por vontade ou não, para a zona central. Isso só é possível devido às múltiplas ligações existentes entre todos os mercados abarcados por esse imenso espaço. As ligações entre cadeias de mercados locais e regionais vão sendo organizadas por uma cidade dominante ao longo dos séculos. Periodicamente, as economias locais são integradas, reordenadas racionalmente em benefício de uma zona e de uma cidade dominante, e isto por um período de um ou dois séculos, até que um novo organizador surja. “É como se a *centralização* e a *concentração* dos recursos e das riquezas se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da *acumulação*” (1998b, p. 26).

É no centro restrito de uma economia-mundo que encontramos tudo o que há de mais avançado e diversificado. No “anel seguinte”, o das regiões secundárias, nota-se a presença de alguns ou até muitos desses avanços e diversificações. Quanto às periferias, são sempre regiões preferidas pelo arcaísmo, pobreza, atraso e exploração fácil por parte dos outros. “E, obrigatoriamente, as qualidades e características da sociedade, da economia, da técnica, da cultura, da ordem política, mudam conforme nos deslocamos de uma zona para a outra” (idem, p. 29). E mais, admite-se que modelos aplicados a determinados espaços nacionais também reproduzem esse “esquema geral”, então proposto por Immanuel Wallerstein em *O Moderno Sistema-Mundial*.

Existe uma divisão geográfica do trabalho para além de uma divisão ocupacional do trabalho. Não há distribuição uniforme das diversas tarefas na economia-mundo. E por que não? Wallerstein (1999a) responde que as considerações de cunho ecológico cumprem aí um papel menor. Sua explicação consiste basicamente na forma como se deu a organização social do trabalho, cujo resultado sintético foi a exploração de alguns grupos sobre outros, onde uns receberam uma maior parte do excedente. As forças

de mercado, ao invés de atenuar a má distribuição geográfica das qualificações ocupacionais desiguais, reforçaram essa situação, agravando-a. E, na ausência de um mecanismo político central na economia-mundo, torna-se difícil reverter a má distribuição dos benefícios. Braudel também recorda que a organização social do trabalho na escala do mundo não se deu com base num acordo democrático e revisível entre parceiros iguais. Seu estabelecimento foi progressivo, por meio de uma cadeia de subordinações que se determinaram umas às outras. As trocas desiguais são tanto causa como consequência das desigualdades, derivam de velhas realidades estruturais que demoram muito para se instalar e também muito para desaparecer.

As relações de força entre nações derivam de estados de coisas por vezes muito antigos. Para uma economia, uma sociedade, uma civilização, ou mesmo um conjunto político, um passado de dependência, uma vez vivido, revela-se difícil de ser rompido (Braudel, 1998b, p. 39).

São mesmo as desigualdades de toda ordem nas diferentes zonas da economia-mundo que asseguram o seu funcionamento. No entanto, é preciso dizer que nem todas as economias foram totalmente integradas, reordenadas, pois existem espaços, mesmo na atualidade, em que a economia-mundo se confunde com a economia mundial, em que determinadas economias locais ainda não foram integradas em favor de um ou mais organizadores. São as “zonas neutras”, situadas fora das margens do mercado, que permanecem “quase fora das trocas e das misturas”. São zonas que vivem à margem da história triunfante, “zonas de silêncio” em que a história mundial não repercutiu, e que acabam por semear o mapa do mundo com inúmeras “manchas brancas onde não há escuta”.²

2 No primeiro tomo da referida obra, *Civilização Material, Economia e Capitalismo: as estruturas do cotidiano*, Braudel apresenta um estudo aprofundado destas “zonas neutras” para o período dos séculos XV ao XVIII.

A esse respeito, Braudel acredita que

ainda hoje [fins dos anos 1970], tal como no século XVIII, há um amplo rés-do-chão que, no dizer dos economistas, representa 30% a 40% das atividades nos países industrializados do mundo atual. Esse volume, calculado recentemente e que surpreende por sua importância, representa a soma, fora dos mercados e dos controles do Estado, da fraude, da troca de bens e serviços, do “trabalho clandestino”, das atividades do lar (Braudel, 1998b, p. 585).

Essa “zona de opacidade” foi e ainda parece ser difícil de observar, de mensurar. A falta de melhor termo Braudel denominou esta infraeconomia de “civilização material”. Será somente acima desta “civilização ou vida material”, nos espaços semeados pelas manchas escuras onde há escuta, que encontraremos todas as realidades da “história triunfante”. São as realidades transparentes da “economia de mercado” e as realidades obscuras do domínio do “verdadeiro capitalismo”. A economia de mercado representa “os mecanismos da produção e da troca ligados às atividades rurais, às lojas, às oficinas, aos estabelecimentos, às bolsas, aos bancos, às feiras e, naturalmente, aos mercados”. Já no caso do verdadeiro capitalismo, e somente aí, há uma “relativa liberdade de movimentos”, podendo “voltar-se alternadamente ou ao mesmo tempo para os lucros do comércio ou para os da manufatura, até da renda fundiária, do empréstimo do Estado ou da usura” (Braudel, 1997, p. 11-12 e 514).

Com o advento da modernidade, a primazia econômica passou cada vez mais a orientar e perturbar as ordens da política, da sociedade e da cultura. A ordem econômica “exagera as desigualdades, encerra na pobreza ou na riqueza os coparticipantes da economia-mundo, atribui-lhes um papel e, ao que parece, por muito tempo” (Braudel, 1998b, p. 35). Isso não significa que não houve e que não há mudanças, mas sim que as mudanças foram lentas. Mudar ao longo dos séculos de uma zona para a outra, da região periférica à central, é passar sequencialmente da escravatura à servidão e ao assalariado. Braudel argumenta que o que é possível existir no seio de uma economia-mundo não o é na periferia, isto porque é no centro

que está à abundância dos homens, das transações, enquanto na periferia este número é reduzido e as transações não obedecem à mesma velocidade e volume. De uma ponta a outra do território “há regressão econômica, regressão histórica”.

A tese de Wallerstein aponta que “o modelo da economia-mundo, no seu testemunho social, estabelece que há coexistência dos “modos de produção”, do escravagismo ao capitalismo, que este só pode viver cercado pelos outros, em detrimento dos outros (...) [que] o desenvolvimento é a outra face do subdesenvolvimento” (Braudel, 1998b, p. 53 e 58). Os modos sociais de exploração se revezam, se complementam, o que é o mesmo que dizer que os modos de produção mais avançados dependem dos menos avançados e vice-versa. E essa dependência mútua nunca ou quase nunca é pacífica. Ao contrário, vem necessariamente acompanhada de intensos conflitos sociais, uma vez que em toda sociedade há forças conflitantes, há múltiplas hierarquias, com suas oposições, compromissos, alianças e confusões.

Lado a lado, há classes, castas (entenda-se grupos fechados em si mesmos), “ordens”, geralmente favorecidas pelo Estado. Cedo, aqui e ali, acende-se a luta de classes, e só se atenua para voltar a se acender. Pois não há sociedades sem a presença de forças em conflito. Também não há sociedades sem hierarquia, isto é, grosso modo, sem redução das massas que as compõem ao trabalho e à obediência. Escravatura, servidão, assalariado, são soluções historicamente socialmente diferentes de um problema universal que permanece fundamentalmente o mesmo (Braudel, 1998b, p. 51).

O problema fundamental é como acabar com a exploração do homem pelo homem. É certo que as hierarquias têm o que ver com isso, e não é só a sociedade e a economia que são hierarquizadas, também o espaço da política (assim como da cultura) aparece dividido em três zonas: há os Estados do centro, cujo poder lhes pertence e o objetivo é sempre preservá-lo ou ocupar uma posição mais central, o que é feito através da constante vigilância dos acontecimentos mais próximos e mesmo mais distantes. “O objetivo é construir e manter periferias e semiperiferias em que as tensões nem sempre se anulem,

de maneira que não seja ameaçado o poder central” (idem, p. 35); existem as áreas intermediárias, semiperiferias, onde seu grande negócio é chegar ao centro, seja “procurando copiar o modelo e apropriar-se das receitas do sucesso” ou “criando e mobilizando os rendimentos e os recursos exigidos pela condução das guerras e pelo luxo da ostentação” (ibidem, p. 42); e, por fim, as áreas periféricas, que têm por determinação descolonizar-se, apropriar-se de suas riquezas e ampliar poder.

Wallerstein postula que no centro das economias-mundo os Estados não poderiam deixar de ser fortes, capazes mesmo de aumentar as cargas fiscais em caso de necessidade, de garantir o crédito e liberdades mercantis, de disciplinar o povo das cidades, também de se impor no exterior, serem fortes frente a outros Estados e a outras unidades políticas locais (por vezes pelo uso da violência), bem como a qualquer grupo social particular no seio de seu próprio Estado. Admite que “el Estado no es un árbitro neutral”, e que os grupos sociais exercem pressões distintas sobre o Estado, que é controlado por alguns grupos em determinados momentos. Mas pondera que “el Estado es más que un simple vector de fuerzas dadas, aunque sólo sea porque muchas de estas fuerzas están situadas en más de un Estado, o se definen en términos que tienen poca correlación con los límites del Estado” (1999a, p. 500).

Los Estados fuertes sirven a los intereses de algunos grupos y dañan a los de algunos otros. No obstante, desde el punto de vista del sistema mundial como un todo, si ha de haber una multitud de entidades políticas (esto es, si el sistema no es un imperio-mundo), entonces no pueden darse el caso de que todas estas entidades sean igualmente fuertes. Porque si lo fueran estarían en condiciones de bloquear el funcionamiento efectivo de entidades económicas transnacionales cuyo centro estuviera en otro Estado. Se seguiría de esto entonces que la división mundial del trabajo se vería impedida, la economía-mundo declinaría, y eventualmente el sistema mundial se haría pedazos.

Tampoco puede darse el caso de que ningún aparato de Estado sea fuerte. Porque, en tal caso, los estratos capitalistas carecerían

de mecanismo alguno para proteger sus intereses, garantizar sus derechos de propiedad, asegurar diversos monopolios, distribuir las pérdidas entre el conjunto de la población etc. (Wallerstein, 1999a, p. 499).

Braudel (1998b, p. 43) acrescenta que os Estados, mesmo os mais fortes, são também mais ou menos dependentes de certo capitalismo. O poder é na verdade por eles partilhado. O poder do Estado é político e é econômico a um só tempo. Ao ‘mergulhar’ no próprio movimento da economia-mundo acaba por servir aos outros, ao dinheiro e a si mesmo. Mas, se no centro os Estados não de ser fortes, o mesmo não acontece em suas periferias, onde “os governos respiram mal no vasto mundo”. Tudo muda quanto mais nos afastamos da região central, quanto mais nos aproximamos de suas margens. Do ponto de vista político, a periferia é a área mais frágil, “... é aí que se situam colônias, que são populações escravas despojadas do direito de se governarem” (Wallerstein, 1999a, p. 499). Aí as estruturas do Estado não de ser débeis. Na verdade, Wallerstein não admite o conceito de ‘Estados periféricos’, precisamente por acreditar que estes são fracos ou inexistentes, que ao longo de suas histórias oscilaram entre uma situação colonial (sem a presença estatal) para uma condição neocolonial (com precária autonomia). Mas admite que algumas poucas dessas colônias/neocolônias podem até tornar-se Estados semiperiféricos, com aparatos estatais mais complexos e exercendo outro papel no seio da economia-mundo³. Acredita (Wallerstein, 1999b) ser esta zona semiperiférica a que permite a maior mobilidade no seio da moderna economia-mundo – sendo tal mobilidade apenas entre os Estados considerados individualmente e não no seu conjunto, que em princípio permaneceu mais ou menos estável ao longo de sua história.

3 A semiperiféria (Braudel a chama de “zona viva, menos desenvolvida”) aparece na análise dos sistemas-mundo como fundamental para a legitimidade e estabilidade do sistema, precisamente por, no plano político, desviar em parte as potenciais pressões políticas de grupos periféricos sobre grupos centrais.

Ao longo do tempo, os *loci* das atividades econômicas vão mudando... Daí a razão por que algumas áreas “progridem” e outras “regredem”. Mas o fato de Estados específicos mudarem sua posição na economia mundial, da semiperiferia para o núcleo orgânico, digamos, ou vice-versa, não muda, em si mesmo, a natureza do sistema. Essas mudanças serão registradas por Estados individualmente, como “desenvolvimento” ou “regressão”. O fator-chave a observar é que, no interior da economia capitalista mundial, *por definição*, os Estados não podem todos “se desenvolver” simultaneamente, já que o sistema funciona graças à existência de regiões desiguais de núcleo orgânico e de periferia (Wallerstein, 1979⁴, p. 60-61 apud Arrighi, 1997, p. 141, grifo no original).

Tal perspectiva diverge tanto das expectativas da teoria da modernização quanto da teoria da dependência. Enquanto a primeira advoga que as posições intermediárias dos Estados são temporárias porque são transicionais, a segunda defende que o motivo está no fato de serem residuais. Assim, apesar de partirem de premissas opostas, ambas concordam quanto à instabilidade das posições intermediárias dos Estados⁵.

A partir desta conceituação original de Wallerstein sobre a estabilidade da semiperiferia e demais zonas da economia-mundo, Arrighi procurou investigar empiricamente se a importância relativa de cada zona permaneceu (ou não) mais ou menos estável, não ao longo de toda a sua história, mas entre os anos de 1938 e 1983. Sua pesquisa cobriu a capacidade de movimentação de uma ampla gama de Estados selecionados (93 ao todo) nos diferentes estratos da economia-mundo durante esses 45 anos. O resultado dessa pesquisa apontou para uma *permanência do tamanho dos estratos* (ou seja, praticamente o mesmo número de pessoas vivendo nas mesmas zonas durante

4 WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy*. New York: Cambridge University Press, 1979.

5 Para aprofundar esta discussão consultar o “andar intermediário” (precisamente os artigos “A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica”, “A ilusão desenvolvimentista: uma reconceituação da semiperiferia”), na segunda parte do livro *A ilusão do desenvolvimento*, de Giovanni Arrighi.

o período selecionado), mas com *um aumento das recompensas* (renda *per capita*) *entre os seus extremos, do núcleo orgânico em relação à periferia, mantendo a semiperiferia recompensa similar ao que tinha tanto em relação ao centro quanto à periferia*. Evidenciou ainda que *a mobilidade dos Estados é, de fato, uma excepcionalidade*.

(...) enquanto o tamanho da periferia em relação ao tamanho do núcleo orgânico é, no começo da década de 80, mais ou menos o que era na década de 40, a distância entre as recompensas modais das duas zonas se ampliou consideravelmente.

Se agora voltarmos nosso foco para a zona semiperiférica, nos deparamos com o fato de que as tendências polarizadoras da economia mundial não conseguiram, a longo prazo, afetar, de maneira significativa, o tamanho e a posição da zona semiperiférica.

(...) os Estados semiperiféricos podem explorar seletivamente as tendências à periferização da economia mundial, de modo a evitar o rebaixamento de sua combinação de atividades de periferia e de núcleo orgânico, embora não o suficiente para atingir o status de núcleo orgânico. (...) Os Estados da camada superior acham relativamente fácil lá permanecer; os Estados na camada inferior acham extremamente difícil mover-se para cima; Os Estados na camada média geralmente têm capacidade de resistir à periferização, mas não a capacidade de se mover para a camada superior. A mobilidade para cima ou para baixo de Estados, individualmente, portanto, não está excluída, mas é considerada excepcional (Arrighi, 1997, p. 169-171).

A pesquisa revelou ainda, e de forma inequívoca, que a tendência geral desse período (1938 a 1983) foi que “a grande maioria da população mundial se distancia cada vez mais dos padrões de riqueza do Ocidente”. A regra para os Estados e regiões de média e baixa renda, aplicada a todos os regimes políticos, incluindo os do “regime comunista” da URSS, do Leste da Europa e da China, tem sido “a ampliação das diferenças entre regiões e Estados ricos e pobres e a manutenção da situação de riqueza nas regiões e Estados ricos e da situação de pobreza

nos Estados e regiões pobres, sem praticamente nenhuma alteração entre os dois grupos” (Arrighi, 1997, p. 266 e 276).

A explicação de Arrighi para a evidência empírica de que a riqueza dos Estados do núcleo orgânico não foi generalizada para as demais zonas da economia-mundo e suas populações (mas não para uma pequena fração das classes ou grupos residentes, sobretudo, na semiperiferia⁶) consiste fundamentalmente no argumento de que a riqueza dos Estados do núcleo orgânico se baseia em *processos relacionais de exploração e processos de exclusão*. Tais processos pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial, precisamente porque governantes e cidadãos dos Estados situados nos degraus mais baixos da hierarquia de riqueza da economia mundial são continuamente tanto induzidos (processos de exploração) a participar na divisão mundial do trabalho em troca de recompensas marginais quanto excluídos (processos de exclusão) do desfrute dos recursos escassos ou sujeitos a saturamento, deixando assim a maior parte dos benefícios aos governantes e cidadãos dos Estados situados nos degraus superiores da hierarquia de riqueza da economia mundial.

Partindo dessa perspectiva crítica, Roberto Patricio reavaliou em artigo mais recente⁷ a base empírica da desigualdade global diante das transformações da economia-mundo entre os anos 1990 a meados dos anos 2000, num claro esforço de dar continuidade ao trabalho de Arrighi. Suas conclusões sobre as tendências da desigualdade mundial nesse período mais recente mostram que a trajetória mais recente de desenvolvimento da economia-mundo também não modificou substancialmente a hierarquia geral da riqueza.

6 A tal respeito, o próprio Arrighi assinala que “o fato de os Estados semiperiféricos enquanto grupo não conseguirem alcançar os padrões nacionais de riqueza estabelecidos pelos Estados do núcleo orgânico não significa que classes ou grupos específicos no interior da semiperiferia não desfrutem de padrões de riqueza análogos àqueles de seus sucedâneos no núcleo orgânico. Pelo contrário, frações das classes alta e média da semiperiferia sul-europeia e latino-americana têm tradicionalmente desfrutado padrões de riqueza que se comparam bastante favoravelmente às de suas sucedâneas nos Estados do núcleo orgânico. Essas frações são menos numerosas em relação à população total do que no núcleo orgânico, mas são igualmente ricas. O outro lado da moeda foi uma pobreza maciça para as classes mais baixas da semiperiferia que se assemelha ou mesmo excede àquela de suas sucedâneas, na periferia” (1997, p. 234).

7 Refiro-me ao artigo “Desigualdades mundiais de renda: em direção a uma perspectiva crítica”, publicado no livro *O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo*.

(...) a posição geral relativa das nações “ocidentais” mais ricas do mundo não mudou drasticamente entre o começo dos anos 1990 e meados dos anos 2000 (...) para muitas nações, os anos 90 e a década seguinte trouxeram convergências insignificantes ou insuficientes com o núcleo orgânico (...) a maioria das nações periféricas e semiperiféricas tiveram pouco êxito em alcançar a média do produto nacional bruto *per capita* do núcleo orgânico nos anos 1990 e 2000, assim como havia ocorrido nos 50 anos precedentes, conforme explica Arrighi (Korzeniewicz, 2012, p. 139-141 e 143).

Outro alerta para o crescimento contínuo da desigualdade de riqueza desde a década de 1970 veio de Thomas Piketty. Em *O Capital no Século XXI* ele evidencia que a relação capital/renda no mundo (valor do capital privado em porcentagem da renda mundial) vem se expandindo desde os anos 1950. E, pior, suas previsões para as próximas décadas são desanimadoras. Considerando os estragos que as forças da globalização financeira ainda são capazes de produzir, é possível que venhamos presenciar uma concentração de capital ainda maior do que as já observadas no passado. Isso poderá vir a ocorrer caso fracasse nossa capacidade de “regular o capital no século XXI”, ou seja, caso não sejamos capazes de impor um imposto progressivo sobre a renda, sobre o capital, bem como revermos a questão da dívida pública.

Diante da grave crise econômica desatada em 2007, alguns otimistas acreditaram que as desigualdades iriam diminuir num futuro próximo. Mas não é isso o que assistimos nos últimos anos, como demonstram os *Global Wealth Reports* de 2010, 2015 e 2019 do banco Credit Suisse. Em síntese, a “pirâmide da riqueza global” mostra que em 2010 quase 70% da população adulta mundial (68,4% ou 3.038 milhões de adultos) detinha apenas 4,2% da riqueza total ou US\$ 8,2 trilhões (inclui aí todos os que possuíam menos de 10 mil dólares líquidos), enquanto a ínfima minoria privilegiada (0,5% da população mundial adulta ou 24,2 milhões de adultos) desfrutava de 35,6% da riqueza total ou US\$ 69,2 trilhões (inclui aí todos os que possuíam mais de 1 milhão de dólares

líquidos). Considerando os que detinham mais de 100 mil dólares líquidos, representando 8% da população mundial adulta mais rica (358,2 milhões), o resultado apresentado é que esse grupo possuía em 2010 nada menos do que 79,3% da riqueza global, equivalente a US\$ 154,2 trilhões. Já os outros 92% de adultos no mundo (4.083 milhões) que então possuíam riqueza inferior a 100 mil dólares líquidos, sobravam-lhes 20,7% de toda a riqueza, equivalente a US\$ 40,3 trilhões.

Passados cinco anos, esse retrato extremado da desigualdade de riqueza econômica piorou. Em 2015, 71% da população de adultos no mundo (3.386 milhões) detinham míseros 3% da riqueza total ou US\$ 7,4 trilhões (os que possuíam menos de 10 mil dólares líquidos), enquanto a minoria abastada (0,7% ou 34 milhões de adultos) desfrutava de surpreendentes 45,2% da riqueza global ou US\$ 112,9 trilhões (os que possuíam mais de 1 milhão de dólares líquidos). Considerando os que detinham mais de 100 mil dólares líquidos (8,1% ou 383 milhões de adultos), o resultado é que esse grupo detinha em 2015 ainda mais do que detivera em 2010, isto é, inacreditáveis 84,6% da riqueza global ou o equivalente a US\$ 211,4 trilhões. Já os outros 91,9% da população de adultos (4.389 milhões) que possuíam riqueza inferior a US\$ 100 mil dólares líquidos, dividiam míseros 15,5% de toda riqueza sobranete, equivalente a US\$ 38,7 trilhões.

Passados outros quatro anos, esse retrato extremado da desigualdade econômica pouco se modificou ou mesmo piorou em alguns aspectos em relação aos últimos anos. Em síntese, ainda que os mais privilegiados tenham admitido certo crescimento em seu seio, o dado é que o 1% passou a abocanhar em média ainda mais do que outrora, assim como os 10% mais ricos. Boa parte do crescimento da nova riqueza líquida foi por eles apropriada. Em 2019, 56,6% da população de adultos no mundo (2.883 milhões) detinham 1,8% da riqueza global ou US\$ 6,3 trilhões (os que possuíam menos de US\$ 10 mil líquidos). A média por adulto é praticamente a mesma em relação a 2015, de US\$ 2,18 mil, mas inferior aos US\$ 2,7 mil com que cada adulto ficava em 2010. Já a minoria abastada (0,9% ou 47 milhões de adultos) desfrutou de 43,9% da riqueza

global ou US\$ 158,3 trilhões (os que possuíam mais de 1 milhão de dólares líquidos). Importa registrar aqui que essa minoria, embora um pouco maior (de 24 para 34 e depois 47 milhões entre os anos de 2010, 2015 e 2019), passou a se apropriar na média de riqueza superior, de US\$ 2,860 milhões em 2010 para US\$ 3,320 milhões em 2015 e US\$ 3,368 milhões em 2019. Considerando os que detinham mais de US\$ 100 mil líquidos (9,8% ou 499 milhões de adultos), o resultado é a maior concentração de riqueza nesse grupo em termos de montante por adulto, já que em 2010 ficavam em média com US\$ 430 mil por adulto, em 2015, com US\$ 552 mil, e em 2019, com US\$ 598 mil. No conjunto, esse grupo detinha em 2019 percentualmente um pouco menos do que detinha em 2015 em termos de riqueza global, 82,8% (em contraposição aos 84,6% em 2015), mas num montante bastante superior, equivalente a US\$ 298,5 trilhões (em contraposição aos US\$ 211,4 trilhões de 2015). Tanto em termos absolutos quanto percentuais, houve maior crescimento e representatividade desse grupo, como sublinha o último relatório, passando de 358,2 milhões (8%) de adultos em 2010, para 383 milhões (8,1%) e 499 milhões (9,8%) de adultos entre os anos de 2015 e 2019, respectivamente. Já os outros 90,2% da população de adultos (4.544 milhões) que possuíam riqueza inferior a US\$ 100 mil líquidos dividiam ainda míseros 17,3% de toda riqueza, equivalente a US\$ 62 trilhões. Isso representa na média um aporte superior aos anos anteriores, isto é, de US\$ 9,8 mil por adulto em 2010, para US\$ 8,8 mil em 2015 e US\$ 13,6 mil em 2019. Em comparação a 2010, ingressaram nesse grupo mais de meio bilhão de adultos, e mais de 300 milhões de adultos em relação a 2015, o que é também significativo, mesmo considerando que em termos percentuais tenha ocorrido pequeno decréscimo, de 92% do total de adultos em 2010 e 2015, para 90,2% em 2019.

Uma vez apresentadas teórica e empiricamente certas desigualdades no sistema mundial, em seu sistema interestatal e entre pessoas adultas, no longo e curto prazos, nos cabe agora voltar nossas atenções mais detidamente para um dos países historicamente mais desiguais do globo, o Brasil.

Produção e reprodução das desigualdades no Brasil

O Brasil permaneceu e padeceu durante mais de quatro séculos como periferia da moderna economia-mundo. Nesse longo período foi praticamente impossível para os escravos (índios e negros) ultrapassarem o “rés-do-chão”, dado que os índios (os poucos sobreviventes do genocídio⁸) por muito padeceram com a submissão de um novo modo de viver, com a perda de terras, da aculturação sofrida, trabalhos forçados etc., e os negros pelo trabalho escravo (só abolido em 1888) e todos os males decorrentes de suas relações “no mundo dos brancos” (Ribeiro, 2000, 2010; Fernandes, 2007; Oliveira, 2006). E mesmo os trabalhadores não escravos não tiveram grandes chances de mobilidade social durante todo o período colonial, uma vez que a monetização da economia nacional e o próprio assalariamento se deram tardiamente. Do mais, sabemos que durante todo esse período o Brasil participou da divisão internacional do trabalho em troca de recompensas marginais (Prado Júnior, 1998; Furtado, 2000). Os processos de exploração e exclusão cumpriram devidamente o seu papel de prostrar o país de suas maiores riquezas, de manter castas e classes de privilegiados por aqui, e, sobretudo, fora daqui, e uma massa interna de pobres e miseráveis apartados de uma vida materialmente e culturalmente digna, bem como de participar da atividade política nacional.

Em *Histórica econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior bem argumentou que o sentido de nossa colonização foi antes de tudo mercantil, expressando-se inicialmente na extração da madeira, pau-brasil, posteriormente num empreendimento produtivo de exploração da cana-de-açúcar, e mais tarde na extração de metais preciosos, ouro

8 Em relação ao seu contingente populacional quando da Conquista, as estimativas variam entre cerca de 2,5 a 10 milhões de autóctones, dispersos ao longo de vastos espaços, frações do que posteriormente corresponderia ao imenso território brasileiro. No transcurso de algumas décadas, “um genocídio os reduziu a pouco mais de 340 mil indígenas – apelido decorrente da suposição de ter-se chegado às Índias pelo Ocidente. Os sobreviventes concentraram-se, sobretudo, na Amazônia – cerca de 180 mil. Os parques, esqueléticos mesmo, remanescentes no restante do país formam, em geral, pequenos grupos, na maior parte completamente aculturados, inseridos no mais baixo estrato social, vivendo sob pobreza extrema. Uma catástrofe epidemiológica que se ombréia com todas as grandes pestes europeias e asiáticas” (OLIVEIRA, 2006, p. 206).

e diamantes, seguido pelas plantações de algodão e café, tudo voltado para o comércio europeu. As atividades produtivas movidas pelos escravos indígenas e negros juntamente com o comércio mantiveram e reforçaram a concentração fundiária. A posse da terra fora inicialmente definida pelas capitanias e depois pelas sesmarias de província real portuguesa. A concentração de terras logo se tornou uma das bases fundamentais da estrutura econômica, social e política da colônia, prolongando-se por séculos. A outra base foi o comércio de escravos negros africanos, tanto pela necessidade de mão de obra como pelas oportunidades oferecidas por esse grande negócio.

Em *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado destacou o fato da colônia açucareira ser “excepcionalmente rica”, mas sua renda “fortemente concentrada” nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana, e, sobretudo, com os não residentes da colônia. Já ao final da segunda metade do século XVII, quando despencaram os preços e as exportações brasileiras de açúcar pela metade e a rentabilidade da colônia brasileira baixou substancialmente, ficou claro o estado de prostração e pobreza em que se encontravam tanto a colônia brasileira como a metrópole portuguesa, bem como a urgência de irradiar e se desenvolver a economia do ouro. A mineração do ouro no Brasil passou a ser o centro das atenções de Portugal e a maior parte do cenário econômico do país durante quase um século, de princípios do século XVIII até o seu último quartel. Ainda mais do que no passado, a política de restrições econômicas e opressão administrativa da metrópole para com a colônia tomou considerável impulso nesse ínterim, abafando a maior parte de nossas possibilidades de desenvolvimento.

As transformações provocadas pela mineração no Brasil tiveram vários resultados, não só no país. Para Portugal, além de representar uma enorme emigração de sua população para Minas Gerais⁹, lhe coube servir de mero entreposto. O ouro lhe proporcionou apenas uma aparência de riqueza, repetindo a experiência espanhola no século anterior. Já para a Inglaterra, principal beneficiária

9 Segundo Furtado, foram muitos os aventureiros portugueses que emigraram ao Brasil. Não menos do que 300 mil durante o século XVIII, um contingente maior de população do que a Espanha teria levado para todas as suas colônias da América.

e que se assenhorou de fato da maior parte do quinto, o ciclo do ouro brasileiro lhe trouxe forte estímulo ao seu desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, assim como lhe permitiu uma concentração de reservas que fizeram do seu sistema bancário nada menos do que o principal centro financeiro da Europa. Para o Brasil, o ouro permitiu financiar uma grande expansão demográfica, que lhe trouxe alterações fundamentais na estrutura de sua população, na qual os escravos passaram a constituir a minoria e os europeus a maioria. Igrejas foram construídas e decoradas no original estilo barroco da região. Os melhores artesãos da época foram atraídos para Minas Gerais. Os ricos vestiam a última moda europeia e de lá também encomendavam os móveis os mais luxuosos. Ouro Preto esbanjou uma riqueza súbita, mas os mineiros desprezaram o cultivo da terra e a região padeceu inclusive epidemias de fome (entre os idos de 1700 e 1713) em plena prosperidade. Em fins do século XVIII, a colônia encontrava-se, uma vez mais, prostrada e empobrecida. Minas viveu uma onda de decadência e ruína. Passada a fase de bonança, o empobrecimento e o despovoamento foi o legado para as zonas onde a atividade mineira realizara a fortuna alheia. Caio Prado criticou o fato de nada ter se acumulado na fase mais próspera para fazer frente a possíveis eventualidades. Para ele, as atenções à mineração do ouro foram tamanhas ao ponto que as demais atividades entraram em decadência. “A contrapartida da fulgurante ascensão das minas foi a decadência da agricultura. (...) a primeira metade do séc. XVIII é um período sombrio para a agricultura brasileira” (Prado Júnior, 1998, p. 79).

Quatro décadas antes dos apontamentos de Caio Prado sobre o *sentido da colonização tropical e brasileira*, Manoel Bomfim, em seu autêntico e corajoso estudo sobre o “parasitismo das metrópoles” no Brasil e na América Latina, já dizia que

quem quiser estudar nas coisas a razão da não fixação da riqueza nas nações sul-americanas, e principalmente no Brasil, há de encontrar nestas condições do comércio uma das causas mais potentes. Esses intermediários são os drenos por onde se escoam

para lá toda a riqueza produzida. É por isso que as nações da América Latina, depois de três séculos de produção, depois de terem visto sair de seu solo riquezas fantásticas – todo o açúcar, café, ouro e diamantes do Brasil, todo o ouro e toda a prata da América espanhola –, depois de terem produzido tanta riqueza, se achavam tão pobres no dia da independência como se dezenas de gerações de milhões de índios e negros não houvessem morrido a trabalhar, sobre um solo fertilíssimo, semeado de minas preciosíssimas. Como fruto destes 300 anos de trabalho, restavam: engenhocas, casebres, igrejas, santos, monjolos e almanjarras, bois minúsculos, de mais chifres do que carnes, cavalos anões e ossudos, carneiros sem preço, estradas intransitáveis... (Bomfim, 2005, p. 156).

No Brasil, não obstante a Independência e a instauração da República, acompanhadas de certa riqueza e bem-estar material para deleite de uma minoria da população local, para boa parte de seus habitantes, além de continuarem completamente excluídos da vida política do país, seguiam vivendo em condições paupérrimas, a exemplo da insuficiência alimentar que esteve presente desde o princípio da colonização brasileira, mas que no século XVII tornou-se quase sempre a regra nos núcleos de povoamento mais densos, dado o papel secundário que a agricultura de subsistência ocupava no sistema econômico do país. E agravou-se ainda mais no século XVIII, quando os centros urbanos adquiriram importância maior. E apesar das medidas legislativas tomadas, tais como a obrigação do plantio de alimentos, o problema persistiu dado atenções voltadas para a produção do açúcar, cujo retorno era sempre muito maior. Assim, a população colonial, com exceção das classes mais abastadas, viveu num crônico estado de subnutrição, sobretudo a população urbana. Surpreendentemente *A fome*¹⁰ persistiu entre os de baixo por muito tempo, e só em fins do século XX irradiamos as premissas históricas

10 Título de texto de autoria de Florestan Fernandes, publicado na *Folha de S.Paulo* em 15/11/1993, posteriormente reproduzido no livro *Florestan Fernandes: a força do argumento*, 1998, p. 224-225.

de autêntico combate à fome no Brasil¹¹, tanto pela conturbação dos oprimidos como pela generalização da cidadania e do inconformismo no seio da sociedade civil.

Foi somente no decorrer da primeira metade do século XX que o Brasil passou ao *status* de semiperiferia, sobretudo pelas transformações que a economia-mundo passou com a Grande Depressão desatada em 1929 e as subseqüentes mudanças em suas fisionomias política, econômica e social. O país promoveu o desenvolvimento de suas forças produtivas, em particular de sua atividade industrial¹², fortaleceu o seu mercado interno, constituiu suas classes sociais fundamentais, elaborou um projeto nacional, expandiu a capacidade de regulação de seu Estado, se urbanizou aceleradamente, realizou políticas sociais etc. Entre 1930 e 1980, a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 7% (sua indústria cresceu a uma média de 9% a.a.). Em fins dos anos 1970, o país se singularizava na América do Sul pelo desenvolvimento e diversificação de sua indústria, praticamente sem paralelo na região, pelo dinamismo de seu mercado interno e expressividade de suas exportações, bem como pelo papel ativo de seu Estado desenvolvimentista. Mas, não obstante a quebra do “modelo primário exportador tradicional” e a passagem a um “novo modelo de desenvolvimento” de industrialização por substituição de importações (Tavares, 1972), que possibilitou maior diversificação da produção interna e retenção das riquezas criadas, somado ao caráter ascendente de mobilização social¹³, fato é que as desigualdades de patrimônio e renda seguiram elevadíssimas. Poucas décadas não

11 Josué de Castro junto com estudantes rebeldes já havia manifestado inconformismos diante da fome que então assumia um caráter agudo e pandêmico no Brasil dos anos 1940. Mas essas mobilizações não adensaram o suficiente e desvaneceram depressa, deixando mais revolta contra a miséria e alguns estudos pioneiros, além de esperanças frustradas.

12 No Brasil, a economia agroexportadora fundada no café e atrelada aos interesses ingleses e dos Estados Unidos entrou em colapso a partir de 1930. Nessa década, a produção industrial cresceu em média 7,2% ao ano, ao passo que a produção agrícola o fez num ritmo mais modesto, 2,8% (SOUZA, 2007, p. 15). A indústria passou a ter um peso cada vez maior na produção da riqueza nacional. A industrialização contou tanto com a implementação da indústria de base como com a dinamização do mercado interno. Foi durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) que as primeiras empresas estatais foram fundadas, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce (1942).

13 Um exemplo é a instituição progressiva de toda uma legislação trabalhista, responsável pela ampliação do poder de compra ao menos de boa parte dos trabalhadores urbanos, fixando efetivamente o salário mínimo nas grandes cidades e indústrias.

puderam reverter uma situação estrutural de longuíssima duração, quer dizer, não houve alteração substantiva no que diz respeito às desigualdades materiais, nas distâncias que separavam os ricos dos pobres no país. Ademais, o golpe de Estado desatado em 1964 pôs fim ao avanço de maior participação popular na vida política, e durante duas décadas elevou ao limite a iniquidade social, não obstante o crescimento robusto produzido pelos trabalhadores.

É certo que o país como um todo ampliou a sua participação relativa na economia mundial (renda nacional/renda mundial) pelo crescente impulso ao desenvolvimento de suas forças produtivas, por meio da combinação do projeto de industrialização com forte expansão estatal e ampla internacionalização do mercado interno. Márcio Pochmann calcula que “em 1900 (...) a renda nacional era equivalente a 0,7% da renda do mundo. Oitenta anos depois (1980), a participação da renda brasileira na renda mundial havia sido multiplicada por 5 vezes, fazendo com que fosse responsável por 3,5% da economia mundial” (2001, p. 37). Mas, comparando a trajetória do Brasil com o núcleo orgânico (e não com a economia mundial), Arrighi (1997, p. 265-266) identificou que a característica mais notável do país foi a “sua horizontalidade absoluta e quase ininterrupta”. Entre 1938 e 1970, o PNB *per capita* do Brasil em relação ao PNB *per capita* do núcleo orgânico permanecera estacionado em cerca de 12%. O “milagre” brasileiro durante os anos 1970 o elevou para o patamar dos 17,5%. Mas, em 1988, já havia recuado para o mesmo patamar de 12%, e feito o “milagre” parecer miragem. Pior ainda são os resultados da pesquisa realizada por Roberto Patrício Korzeniewicz (2012). Seus registros apontam que o Produto Nacional Bruto *per capita* (PNBPC) do Brasil se distanciou ainda mais do PNBPC núcleo orgânico entre 1990 e 2007, de 11,9% para 9,7%¹⁴.

Analisando a evolução decenal da variação do PIB no século XX, Pochmann (2009, p.68) notou que “o Brasil jamais havia tido a experiência de passar consecutivamente por duas décadas econômicas perdidas [as décadas de 1980 e 1990] (...), desde 1980 o país

14 A trajetória completa da pesquisa registra que o PNBPC do Brasil em relação ao PNBPC do núcleo orgânico foi de 13,5% em 1973, 17,6% em 1985, 11,9% em 1990, 12,5% em 2000, 14,2% em 2005, 13% em 2006 e 9,7% em 2007 (KORZENIEWICZ, 2012, p. 167).

ingressou na mais grave crise desde 1890, responsável pela situação de regressão de sua participação na economia mundial. No ano de 1999, a renda nacional foi equivalente a apenas 2,8% da renda mundial, retroagindo aos anos 80” (2001, p. 37). Essa ausência de crescimento sustentado ao longo das duas últimas décadas do século XX e a adoção do receituário neoliberal nas políticas públicas foram responsáveis, em sua avaliação, por conduzir o país “à mais grave crise do emprego de sua história” (2009, p. 59). Ele já havia destacado que nesse “novo modelo econômico”, desfavorável à geração de novos empregos, não havia possibilidades efetivas de retomada do crescimento econômico sustentado. Isso porque tal modelo, baseado na reinserção externa, fora erigido num cenário de câmbio, juros e abertura comercial desfavorável, e mais, veio desacompanhado de políticas industrial ativa, comercial defensiva e social compensatória. Os sinais da deflação social já lhe eram nítidos àquela altura, e ficaram ainda mais depois de uma série de pesquisas, as quais organizou e que resultaram nas publicações de um conjunto de *Atlas da exclusão social*.

A pergunta básica do *Atlas da exclusão social no Brasil* foi saber qual o grau da desigualdade social entre diferentes regiões brasileiras. Tomaram para tanto a *exclusão/inclusão social* como um *mix* de três indicadores sociais com ponderações distintas¹⁵. A *geografia nacional da exclusão social* constatou que 21% da população brasileira, os residentes de 42% dos 5.507 municípios no país, viviam em fins dos anos noventa em localidades associadas à situação de exclusão social. Somente 26% da população, os residentes em 200 municípios (3,6% do total), viviam em áreas que apresentam padrão de vida adequado.

15 Eis os três indicadores e suas ponderações: *padrão de vida digno* (51%) (envolve a porcentagem de “chefes de famílias pobres” no município; a quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa; uma proxy do índice de desigualdade de renda, calculado pela razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de dez salários mínimos sobre o número de chefes de família que ganham abaixo disso); *conhecimento* (17%) (anos de estudo do chefe de família e alfabetização da população acima de cinco anos de idade); *risco juvenil* (32%) (participação de jovens entre 0 a 19 anos na população; e taxa de homicídios por 100 mil habitantes). Ver “Indicador síntese da exclusão social no Brasil” em POCHMANN, Márcio & AMORIN, Ricardo, *Atlas da exclusão social no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13-20.

No mapa síntese da geografia nacional da exclusão social (...) sobressai a constatação de que, ao longo do território do quinto maior país do mundo, há alguns “acampamentos” de inclusão social em meio a uma “selva” de exclusão, que se estende por praticamente todo o espaço brasileiro. (...) Além disso, a exclusão parece ser especialmente clara (...) [no] Norte e o Nordeste. (...) Aí também são registrados alguns “acampamentos” de inclusão social, todavia em menor quantidade. Nessas áreas, a “selva da exclusão” configura-se intensa e generalizada, expressando o que se poderia identificar como a manifestação de uma “velha” exclusão social. (...) As lacunas deixadas pela falta de reformas agrária, tributária e sociais tornaram o capitalismo brasileiro uma máquina de produção e reprodução de desigualdades. (...) Paralelamente, deslocados da “selva” que exclui, os moradores dos “acampamentos” de inclusão social [mais presentes nas regiões Centro-Sul, mas evidentemente minoritárias quando comparada com a “selva” presente nessas mesmas regiões] reproduzem padrões de vida somente comparáveis aos dos países mais ricos. (...) Entretanto, *o Brasil de hoje, com o seu caleidoscópio da exclusão social, sinaliza cada vez mais a possibilidade de a “selva” engolir os “acampamentos” de inclusão.* (...) *Muito mais do que sinais de progresso, os registros de alguns “acampamentos” de inclusão social são cada vez mais frágeis refúgios de uma sociedade que tem esgarçado o seu “tecido” social* (Pochmann & Amorin, 2003, p. 21-22, grifos meu).

Aproximando passado e presente, os autores do *Atlas* afirmavam que “século após outro, décadas e mais décadas e o problema da exclusão social no Brasil continua presente, a despeito de sua gravidade e das consequências para grande parcela da população brasileira” (idem, p. 9). Reconheceram que o país mudou muito ao longo do século XX, mas as desigualdades sociais persistiram. E esta inalterabilidade da exclusão social no país ao longo de nossa história foi objeto de estudo detalhado e apresentado num segundo *Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial*. A questão de então era saber se o Brasil estaria caminhando para ser menos excluído ou, pelo contrário, a exclusão social vinha ganhando

novos contornos, tornando-se mais complexa e mais profunda. Após conhecer o caleidoscópio de 2000, voltaram o olhar para trás, mirando as fotografias das situações sociais entre os anos 1960-1980-2000. Concluíram que “de modo geral, há piora na situação da exclusão social no Brasil nas duas últimas décadas do século XX” (Pochmann, Campos *et al.*, 2004, p. 11). Os trabalhadores viram minguar a sua participação na renda nacional ao longo dos anos 1960-1980-2000, de 55% para 50% e 37%. O índice do poder de compra do salário mínimo despencou em quase 70% no período, ao passo que os mais ricos ficaram ainda mais ricos. A relação da apropriação da renda nacional entre o topo da pirâmide e sua base (10% + ricos/40% + pobres), foi de 13,5 para 20,3 e para 21,2 ao longo desse período.

Em *Os ricos no Brasil*, Pochmann e outros apresentaram dados relevantes sobre a riqueza dos de cima, e não apenas no presente, mas ao longo de boa parte de nossa história. A conclusão é surpreendentemente perturbadora quanto à permanência secular de elevadíssimo grau de desigualdade, de apropriação contínua de enorme fatia da renda nacional e detenção de extraordinário patrimônio nas mãos de pouquíssimas famílias quando comparadas ao conjunto das famílias residentes no país.

Como é possível um país com mais de 177 milhões de habitantes possuir apenas cinco mil famílias portadoras de um estoque de riqueza equivalente a 2/5 de todo o fluxo de renda gerado pelo país no período de um ano (e um volume patrimonial equivalente a 42% de todo o PIB Brasileiro)? E isso não se trata de algo recente. A evolução histórica nacional é recorrente de situações exemplares de manutenção da concentração e centralização da riqueza em mãos de muito poucos. (...) No Brasil, o estoque de riqueza e os fluxos de renda decorrentes têm registrado metamorfoses inegáveis desde o período colonial até os dias de hoje, sem que, todavia, deixassem de estar concentrados em apenas um segmento extremamente restrito da população. (...) Embora o país tenha passado pela fase colonial entre 1500 e 1822, pela fase monárquica entre 1822 e 1889 e, por fim, pela fase republicana (pós-1889), não parece haver registros de modificação substancial no perfil distributivo. (...) a estabilidade das classes superiores no Brasil

é surpreendente, ignorando inclusive transformações profundas na base econômica nacional. Conforme o Censo de 1872, por exemplo, o Brasil possuía 10,1 milhões de habitantes reunidos em cerca de 1,3 milhão de famílias, sendo, porém, somente 23,4 mil o total de famílias ricas, proprietárias da maior parte dos escravos, dos grandes latifúndios e negócios comerciais e financeiros. Ou seja, apenas 1,8% do total das famílias no Brasil respondiam por aproximadamente 2/3 do estoque de riqueza e de todo o fluxo de renda do país. Meio século depois, o Censo de 1920 permitiu identificar a presença de somente 64,2 mil famílias consideradas ricas, apropriando-se de 66,1% do total das propriedades rurais do país. De um total de quase 31 milhões de habitantes em aproximadamente 5,1 milhões de famílias, somente 1,3% delas eram pertencentes às classes superiores, revelando uma absurda concentração da riqueza total e do fluxo de renda do país. Em pleno século XXI (...) este quadro de concentração da renda e da riqueza pouco se alterou. Na realidade, a apropriação da maior parcela do estoque total de riqueza e do fluxo de renda correspondente permanece extremamente concentrada: no ano 2000, apenas 2,4% das famílias residentes no país pertenciam às classes superiores. Ao se considerar apenas o ínfimo estrato social composto pelas 5 mil famílias “muito ricas” do país (...) chega-se à escandalosa constatação de que este grupo (0,001% das famílias) se apropria do equivalente a 3% da renda total nacional, representando o seu patrimônio algo em torno de 40% do PIB brasileiro (Pochmann *et al.*, 2004, p. 11, 26-29).

E o que dizer da reprodução das desigualdades e exclusões sociais durante o novo milênio sob os governos progressistas de Lula e Dilma? Pochmann e outros pesquisadores chegaram a lançar certas luzes sobre a mobilidade social brasileira durante princípios do século XXI. Encontraram recente ascensão social na base da pirâmide, mas nenhuma *Nova classe média*¹⁶, tal como alguns vinham

16 Ver POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012. Ver também *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

defendendo anteriormente. Avaliou (em 2012) que os riscos de chegarmos em 2020 em condições de inclusão social pior do que as encontradas em meados dos anos 2000 eram menores no início da segunda década deste século XXI. Menores porque a renda do trabalho ganhara peso relativo diante da renda da propriedade no conjunto da renda nacional¹⁷, isso por conta do retorno do crescimento econômico¹⁸, após quase duas décadas de regressão neoliberal, e do fortalecimento do mercado de trabalho, sobretudo do setor de serviços¹⁹. Menores porque junto com o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho houve expansão do gasto público social²⁰ e das políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, a exemplo do aumento do salário mínimo e da massificação da transferência de renda. E menores pela queda da taxa de desemprego,

17 Segundo Pochmann, “entre 1995 e 2004 (...) a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, ao passo que a renda da propriedade cresceu 12,3%. (...) Entre 2004 e 2010, o peso dos salários subiu 10,3% e o da renda da propriedade decresceu 12,8%. Com isso, a repartição da renda nacional entre rendas do trabalho e da propriedade de 2010 voltou a ser praticamente igual àquela observado em 1995, início da estabilização monetária” (2012, p. 9-10).

18 O Brasil registrou baixo dinamismo entre 1980 e 1999, com expansão média anual do produto de 2,1%, um pouco acima da evolução demográfica, mas abaixo do comportamento da economia mundial, das nações periféricas e do centro do capitalismo mundial. A trajetória de crescimento do PIB ao longo dos governos Lula foi em média de 3,5% ao ano durante o seu primeiro mandato (2003-2006), e de 4,6% ao ano durante o segundo mandato (2007-2010). No governo Dilma, a economia cresceu 2,7% em 2011, 0,9% em 2012. Quanto à evolução da composição setorial do PIB, Pochmann sublinha que “neste início do século XXI (...) somente o setor terciário tem registrado aumento na sua posição relativa em relação ao PIB. Entre 1980 e 2008, o setor terciário aumentou seu peso relativo em 30,6%, respondendo atualmente por dois terços de toda a produção nacional, enquanto os setores primários e secundários perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente, de suas participações relativas no PIB” (idem, p. 16-17).

19 “O fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. (...) Dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente, em média 2 milhões encontram-se nessa faixa de até 1,5 salário mínimo mensal” (ibidem, p. 10 e 22).

20 Em Comunicado sobre os *15 anos de gasto social federal*, o IPEA mensurou a trajetória do volume de recursos aplicados pelo governo federal nas políticas sociais. Em síntese, o Comunicado registra que no Brasil o “conjunto dos gastos sociais federais aumentou de 11,24% para 15,80% do PIB nos anos de 1995 a 2009”, demonstrando que a prioridade macroeconômica desse gasto se elevou em 4,56% do PIB nesse período (IPEA, 2011, p. 26). Já em 2013, Pochmann calcula que “o gasto social agregado (nas esferas federal, estadual e municipal – e não exclusivamente da esfera federal) se aproxima de 23% do PIB, quase 10 pontos percentuais a mais do verificado em 1985 (13,3%). Ou seja, de cada quatro reais gastos no país, um vincula-se diretamente à economia social. Se for contabilizado também o seu efeito multiplicador (elasticidade 0,8) *pode-se estimar que quase a metade de toda a produção de riqueza nacional se encontra relacionada direta e indiretamente à dinâmica da economia social*” (2013, p. 151, grifo nosso).

a maior formalização dos empregos²¹ e porque enormes massas humanas foram resgatadas das condições de miséria e pobreza²².

As duas últimas décadas do século passado foram difíceis, com sinais de regressão econômica e social do país. No ano de 2000, a economia brasileira era a 13ª do mundo, o desemprego aberto atingia quase 11 milhões de pessoas e o rendimento do trabalho respondia por somente 39% da renda nacional. Vinte anos antes, em 1980, o Brasil encontrava-se entre as oito maiores economias do mundo, com menos de 2 milhões de desempregados e o rendimento do trabalho representava a metade da renda nacional. O Brasil recuperou o dinamismo econômico e o rendimento das famílias cresceu generalizadamente nos anos 2000. Mas, vale notar, isso também ocorreu nos anos 1970 – e de forma mais intensa –, sem ter resultado na diminuição simultânea da pobreza e da desigualdade de renda do trabalho. (...) A despeito da ampliação da cobertura e dos valores pagos aos aposentados e pensionistas, da incorporação de mais de 12 milhões de famílias no programa Bolsa Família e da inclusão bancária e creditícia de milhões de brasileiros, o endividamento público caiu de mais de 55% do PIB, em 2002, para cerca de 40% do PIB, em 2010. Simultaneamente, a pobreza caiu mais de 30% desde 2003 e o Brasil conseguiu voltar a permitir a ascensão social para milhões de brasileiros, após mais de duas décadas de congelamento das oportunidades educacionais, de renda e de ocupação (Pochmann, 2013, p. 145 e 154).

Esse otimismo também apareceu em outros dois volumes do *Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois*, em que constam informações censitárias mais atualizadas, provenientes do IBGE

21 Enquanto a taxa de ocupação (população ocupada/população em idade ativa 10 anos ou mais) subiu de 51,7 para 53,7 entre os anos de 1999 a 2012, a taxa de informalidade da ocupação (trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência + assalariados sem carteira assinada/ trabalhadores por conta própria + assalariados com e sem carteira assinada + assalariados estatutários civis e militares) caiu de 51,7 para 39,3 no mesmo período (POCHMANN *et al.*, 2015, p. 120-121).

22 O número de indivíduos em situação de miséria passou de 25,5 para 10,9 milhões entre os anos de 2001 e 2012. Já os em situação de pobreza, de 59 para 30,4 milhões no mesmo período.

e do Ministério da Saúde. Em síntese, afirmam que a experiência brasileira da primeira década do novo milênio, mais precisamente a partir de 2004, evidencia fundamentalmente dois fenômenos: “1. A realidade social brasileira melhorou e o país diminuiu o grau de exclusão social vivido pela população; 2. Apesar dos avanços importantes, a desigualdade regional continua marcante e problematiza avanços futuros” (Pochmann *et al.*, 2015, p. 28). Comparativamente ao Censo de 2000 do IBGE, os dados do Censo de 2010 apresentam resultados sociais positivos, mas com desafios estruturais que ainda parecem quase intransponíveis.

Com resultados positivos das ações de Estado e maior legitimidade da luta social, o Brasil reduziu significativamente o desemprego, a pobreza e a desigualdade. Entretanto, a economia nacional segue inserida entre os 15 países mais desiguais do mundo, com pobreza absoluta acima do aceitável e distante do pleno emprego de sua mão de obra. Mesmo que tardio, o Brasil sinaliza a possibilidade de tratar da exclusão social em melhores condições, pois sustenta um dos maiores e mais importantes regimes democráticos do planeta, tem potencial de ampliar o movimento de acumulação de capital e subordiná-lo aos desígnios do conjunto da sociedade. Tudo isso reduz a distância que separa o país do menor grau de exclusão dos chamados países desenvolvidos. Mesmo assim, mantém estrutura e dinâmica social compatível ao que o desenvolvimento capitalista estabelece como característica intrínseca da produção e reprodução da exclusão social (Pochmann *et al.*, 2014, p. 16-17).

Em sua análise das *Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI*, Pochmann argumentava (em 2013), ainda com um tom otimista quanto ao nosso futuro, que os governos Lula-Dilma “indicam o quanto a superação do subdesenvolvimento brasileiro não ocorre de forma natural e espontânea pelas livres forças de mercado” (2013, p. 153), e que a primeira década do século XXI entrará para a história brasileira como um ponto de inversão em nossa trajetória socioeconômica, revertendo seus sinais de regressão

e realizando inédita performance alcançada pelo país. No entanto, e infelizmente como hoje se vê, o fim da segunda década do século XXI entrará para a história brasileira como um ponto de inversão em sua trajetória socioeconômica, só que aprofundando os seus sinais de regressão, como evidenciaremos.

O esvaziamento do papel do Estado de bem-estar social e a regressão socioeconômica no país se expressaram distintamente no território nacional, especialmente no desempenho econômico dos municípios desde 2014. Somente nos anos mais graves da recessão nacional (2015-16), cuja queda acumulada do PIB foi superior a 7%, identificou-se que 50,1% dos municípios no país (28% do PIB nacional e 29,8% da população) tiveram desempenho positivo nas suas economias locais. Dessa parcela com elevação da produção no território nacional, constata-se ainda que 15,2% dos municípios (16,8% do PIB nacional e 14,3% da população) apresentaram crescimento econômico acima de 6% ao ano. Por outro lado, 49,9% da totalidade dos municípios, representando 72% do PIB nacional e 70,2% do total dos brasileiros, conviveram com a gravidade da recessão econômica entre os anos de 2015 e 2016. Diante disso, compreende-se como o Brasil passou a consolidar o quadro geral de fragmentação da economia no território nacional. O reaparecimento de enclaves econômicos localmente determinados, que se movem indiferentemente ao que ocorre no conjunto da nação, aponta para a formação do cenário de “ilhas regionais de expansão rodeadas pela regressão de outras” (Pochmann, 2020, p. 147).

Passado pouco mais de meio século desde o desatar do golpe de 1964, um novo golpe de Estado foi dado no Brasil em 2016. E uma vez consagrado, o novo mandatário ilegítimo promoveu entre abril de 2016 e dezembro de 2018, sob o programa “Uma ponte para o futuro”, verdadeiro desmonte do Estado brasileiro e uma luta ferrenha contra a classe trabalhadora e os sem trabalho. Encabeçou propostas de desnacionalizações e privatizações do patrimônio público nacional; aprofundou drasticamente o ajuste fiscal com a aprovação

da Emenda Constitucional 95 do teto dos gastos por 20 anos; aprovou a reforma trabalhista; enviou ao Congresso uma proposta de reforma da previdência que inviabiliza qualquer vida digna na velhice para a enorme maioria de seus assegurados, sem que tenha conseguido aprová-la; e praticou uma política externa que submete o país a uma condição menor na geoeconomia e geopolítica mundial. Já o atual governo segue aprofundando esses sinais. Marcado por uma política econômica ultraliberal, foi capaz de aprovar uma reforma da previdência para a classe trabalhadora e os de baixo ainda mais perversa que a proposta anterior. Com ela, se pretendeu economizar a cifra de um trilhão de reais para fins de tapar um suposto déficit da previdência e afrouxar o “fardo” carregado pelas grandes empresas. Ademais, não há qualquer sinalização de retomada da atividade econômica após anos de crises. Pelo contrário, o horizonte atual é vivermos a maior depressão econômica já registrada na história do país. A participação dos trabalhadores no conjunto da renda nacional minguou e tende a piorar no curto prazo. Tampouco se avizinham soluções para os milhões de desempregados e subempregados. O que tem sobrado é a inserção na relação de prestação de serviços enquanto principal ocupação. É certo que perdemos não só empregos que antes existiam, como também abandonamos a perspectiva de criar novos postos na sociedade do descarte em que a subutilização do trabalho²³ atinge um a cada quatro brasileiros. Além disso, a sanha por excluir os pobres e miseráveis do orçamento público e o verdadeiro desmonte do Estado de bem-estar social então em construção aprofunda as desigualdades e o esgarçamento do tecido social.

(...) a elevação na desigualdade de renda (...) se apresenta explosiva após 2014, com aumento no índice de Gini²⁴. Nesse período

23 Era apenas um pouco mais de um sétimo da força de trabalho no ano de 2014. Com isso, o Brasil que representava 5,3% do total de trabalhadores subutilizados no mundo, em 2014, passou a responder por 9% em 2019, segundo a Organização Internacional do Trabalho (POCHMANN, 2020, p. 148).

24 “Tal como no início dos anos de 1960, quando o índice Gini da desigualdade de renda era 0,499, superado por golpe de Estado que por 21 anos elevou ao limite a iniquidade social, o Brasil só voltou a repetir o Gini de 0,499 em 2014, na antevéspera do golpe de Estado de 2016, que passou a apontar crescente desigualdade social” (POCHMANN, 2020, p. 136-137).

em referência, a economia decresceu 0,8% como média anual e o PIB *per capita* acompanhou a queda média de 1,5% ao ano. Em sequência, a taxa de pobreza cresceu ao ritmo de 10,4% como média anual, enquanto a taxa de desemprego aumentou 20,1% ao ano, na média dos anos de 2015 a 2019. Para esse período de tempo, o emprego formal decaiu 1,6% como média ao ano (...) a massa empobrecida na sociedade de serviços em formação adiciona-se às herdadas tanto do antigo agrarismo como dá até há pouco industrial, submetida ao descarte contínuo decorrente do abandono dos direitos sociais e trabalhistas do assalariamento formal e desmonte do Estado de bem-estar social. Para todas elas, contudo, ampliam-se as práticas pretéritas aprimoradas da violência estatal na gestão da pobreza brasileira em disputa pela ação das igrejas e das milícias e crime organizado (Pochmann, 2020, p. 151).

Hoje no Brasil não estamos distantes da máxima de que os poderes do executivo, legislativo e judiciário não são mais do que comitês para gerir os assuntos de interesse da burguesia (externa e interna). O privilegiamento do Estado para cumprir seus novos compromissos com a dinâmica de sua dívida pública, os (des)usos do fundo público brasileiro e a (contra)reformas fez desmoronar rapidamente os ganhos de curto prazo conquistados anteriormente. As ações do Estado brasileiro no pós-golpe não dão mostras de que estão aí para tratar da exclusão social em melhores condições do que antes. Ao contrário, estão aí para salvar e aprofundar a persistente desigualdade em um dos países mais desiguais do mundo.

Considerações finais

Inequivocamente, o Brasil reproduz e de forma exacerbada a tendência geral e de longo prazo do sistema mundial de manter e mesmo ampliar as distâncias entre ricos e pobres. A grande maioria da população do país, tal como a imensa maioria da população mundial, também se distancia dos padrões de riqueza e renda usufruídos pelas

minorias mais privilegiadas do núcleo orgânico e dos “acampamentos” de inclusão social no território brasileiro. E, tal como a excepcionalidade da mobilidade (para cima ou para baixo) na estratificação entre os Estados nacionais, também foi e é excepcional a mobilidade entre as classes e agentes no seio da população brasileira. A explicação para essa “lei de ferro” das desigualdades entre nações e gentes no âmbito do moderno sistema mundial e no Brasil, de ontem e de hoje, está na própria dinâmica desse sistema hierarquizado, nos processos de exploração e exclusão, de centralização e concentração de recursos e de riquezas, nas divisões ocupacionais e geográficas do trabalho, nas ligações entre cadeias de mercados locais, regionais e inter-regionais, nas forças de mercado e suas trocas desiguais, na distribuição distinta de poder entre os Estados do sistema interestatal, bem como na ausência de um mecanismo político central na economia-mundo. Também pelos reflexos culturais que pregam resignação, submissão e sensatez de dar “a César o que é de César”, enfim de todo “peso da evolução múltipla do conjunto”, de um complexo de velhas realidades estruturais há muito estabelecidas, difícilimas de desaparecer.

O Brasil é um exemplo típico de país que em suas fronteiras produz e reproduz continuamente desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais. Talvez a sua peculiaridade diante de outras poucas nações que também ascenderam da periferia à semiperiferia é que nem mesmo a sua ascensão na estratificação da economia-mundo foi acompanhada da redução substantiva da superexploração da força de trabalho e de múltiplas outras exclusões. Enquanto periferia, o país participou da divisão internacional do trabalho em troca de recompensas marginais e não erigiu mais do que um Estado débil na escala do sistema interestatal de poder. Internamente, o “rés-do-chão” praticamente não pode “sair do inferno” durante todo o período colonial e monárquico, e os que conseguiram fazê-lo certamente não puderam se desprender de uma estreita dependência de homem para homem, tampouco participar da atividade política nacional. O mesmo não se pode dizer de suas castas e classes de privilegiados, pois é aí e somente aí que vamos encontrar riqueza e bem-estar que de algum modo se emparelha com suas correspondentes do velho continente, sobretudo durante o período imperial.

Enquanto semiperiferia, o país reteve uma maior parte de seus excedentes e quintuplicou a sua participação relativa na economia mundial durante as oito primeiras décadas do século XX, dado a substituição do “modelo primário exportador tradicional” pelo “novo modelo de desenvolvimento” de industrialização por substituição de importações. Complexificou o seu aparato estatal e exerceu um papel mais significativo no seio do sistema interestatal de poder. Mas a sua trajetória em termos de renda *per capita* das últimas sete décadas vis-à-vis a do núcleo orgânico foi de estabilidade, quando não de retrocesso. E internamente o país continuou com absurda concentração de riqueza e de renda, já que não houve nos últimos decênios alteração substantiva nas desigualdades materiais (além das desigualdades de outras ordens) que separam os ricos dos pobres no país, exacerbadas pela adoção do receituário neoliberal. O *Atlas da exclusão social no Brasil* identificou que de modo geral houve piora na situação da exclusão social no Brasil nas duas últimas décadas do século XX. A *geografia nacional da exclusão social* para o ano 2000 constatou a presença de alguns “acampamentos” de inclusão social em meio a uma “selva” de exclusão, estendida por praticamente todo o espaço brasileiro, mais concentrada nas regiões Norte e Nordeste do país.

A minoria abastada no Brasil foi capaz de reproduzir continuamente os padrões de vida comparáveis aos dos países mais ricos, e de fato conseguiu manter os seus privilégios em meio a nossa inacabada revolução burguesa. Diferentemente das revoluções burguesas típicas (caso das revoluções francesa e americana) ou atípicas (caso das revoluções alemã e japonesa), realizadas por sociedades capitalistas avançadas, nossa revolução burguesa ficou incompleta, uma vez que por aqui as revoluções agrária, urbana, demográfica, nacional e democrática não cumpriram os seus papéis históricos. Tampouco avançamos pela via da revolução socialista (caso das revoluções russa, chinesa e cubana). No Brasil ainda há espaços para avançar nas revoluções dentro e fora da ordem.

É certo que o Estado brasileiro governado por Lula e Dilma não travou uma luta aberta contra os privilegiados, tal como outras experiências do passado (como a revolução cubana e a via chilena ao socialismo). Na melhor das hipóteses, houve um breque

ou pequena redução na reprodução das desigualdades no país. Não obstante a vigorosa geração de empregos e o processo de crescente inclusão social das massas empobrecidas no orçamento do governo federal, efetivamente não houve redução das desigualdades materiais a ponto de nos retirar das piores posições entre as nações mais desiguais do mundo. A redução do exército de reserva e a continuidade do resgate de enormes massas humanas das condições de miséria e pobreza foi obstada pelos ricos e poderosos em tempos de crise econômica. A inclusão social ainda podia ser admitida (e até mesmo desejada) quando da ascensão do ciclo econômico. Mas a fase descendente desatou profunda reação negativa por parte do andar superior e de segmentos médios cooptados. Atualmente, a geração de emprego se encontra cada vez mais distante, e a imagem de uma grande classe média não chega a ser nem mesmo miragem, nem mito. O desafio para os de baixo está hoje ainda mais difícil, uma vez que o “Brasil acima de tudo” (e mesmo com “Deus acima de todos”) não sinaliza a possibilidade de tratar das desigualdades e exclusão social em melhores condições do que vinha fazendo. Ao contrário, o vigoroso movimento fascista fomenta assustadoramente a barbárie. Uma vez mais, ficou difícil “sair do inferno”, ainda mais diante da enorme crise humanitária no país e da absoluta incapacidade do governo federal em lidar minimamente com a nova Covid-19 (já temos quase 500 mil mortos!). A democracia foi golpeada e estamos de volta com o crescimento explosivo das desigualdades, o avanço da miséria e da pobreza e esgarçamento acelerado do tecido social. Urge trabalhar simultaneamente na construção permanente das revoluções dentro e fora da ordem no país.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo.** São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Jales Dantas. **Brasil e Chile: riquezas e pobreza.** 2014. 363 f. Tese de (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COSTA, Jales Dantas. A conjuntura atual do sistema mundial e o Brasil. *In*: MENEZES, R.G., BRUSSI, A., COSTA, J.D. **Repensando o trabalho, as desigualdades e as hierarquias: o sistema-mundo no século XXI.** Brasília: UnB, 2020, p. 449-477.

COSTA, Jales Dantas. **Brasil: da “Nova República” à autocracia dissimulada.** Mimeo.

CREDIT SUISSE. **Global Wealth Report 2010, 2015 e 2019.** Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso entre: 18 jul. 2016 e 27 jul. 2020.

FERNANDES, Florestan. **A força do argumento.** São Carlos: UFSCar, 1998.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

IBGE. **Indicadores Conjunturais.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores.php>. Acesso em: 27 jul. 2016.

IPEA. **Comunicado da Presidência do Brasil: 15 anos de gasto social federal notas sobre o período de 1995 a 2009.** nº 98. 08/07/2011.

KORZENIEWICZ, Roberto Patricio. Desigualdades mundiais de renda: em direção a uma perspectiva crítica. *In*: VIEIRA, P. Antônio, VIEIRA, R. Lima & FILOMENO, F. Amin. (Org.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 137-168.

OLIVEIRA, Francisco. Brasil. *In*: SADER, Emir, JINKINGS, Ivana, NOBILE, Rodrigo e MARTINS, Carlos Eduardo (Coords.). **America Latino: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

- PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.
- POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- POCHMANN, Márcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2013. *In*: SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 145-156.
- POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- POCHMANN, Márcio. Estado de bem-estar social no Brasil: a construção interrompida? *In*: **Brasil: Estado social contra a barbarie** / Jorge Abrahão de Castro, Marcio Pochmann (Orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 135-156.
- POCHMANN, Márcio & AMORIN, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.
- POCHMANN, Márcio *et al.* (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- POCHMANN, Márcio *et al.* (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.
- POCHMANN, Márcio *et al.* (Org.). **Atlas da exclusão social: a exclusão no mundo**. São Paulo: Cortez, 2005.
- POCHMANN, Márcio *et al.* (Org.). **Atlas da exclusão social: agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.
- POCHMANN, Márcio *et al.* (Org.). **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- POCHMANN, Márcio *et al.* (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois**. São Paulo: Cortez, 2014.
- POCHMANN, Márcio *et al.* (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica da exclusão social na primeira década do século XX**. São Paulo: Cortez, 2015.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. **Falando dos índios**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UnB, 2010.

SOUZA, Nilson Araújo. **Economia Brasileira Contemporânea:** de Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2007.

TAVARES, Maria da Conceição. Transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina. *In:* TAVARES, M. Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El Moderno Sistema Mundial:** La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. 9. ed. México: Siglo Vientiuno, 1999a.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El Moderno Sistema Mundial:** El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea 1600-1750. 4. ed. México: Siglo Vientiuno, 1999b.

CAPÍTULO 3 | A ÁFRICA E A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO

Rosângela de Lima Vieira¹

Prólogo

A pesquisa da qual decorre o presente artigo foi iniciada em 2019. Contudo, até o finalizarmos, uma nova conjuntura histórica de impôs à realidade planetária: a pandemia do novo Coronavírus. O cotidiano em isolamento social passou a nos ditar novas estratégias de sobrevivência. No entanto, outra conjuntura se entrecruzou àquela: as manifestações antirracistas, em decorrência do assassinato de George Floyd por policiais. Inicialmente, eclodiram nos EUA, depois por outras regiões do mundo. A consciência do racismo estrutural ganhou ruas, a mídia, e personagens ilustres das artes e esportes. “Vidas Negras importam” passou a ser o *slogan* politicamente correto, mas sobretudo demonstrou que não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. Nessa nova conjuntura entrecruzada, este artigo foi finalizado. Ora, a conscientização do racismo, como estrutura histórica de longa duração por parte significativa da sociedade do moderno sistema-mundo, foi mundialmente explicitada, e certamente influenciou o estudo aqui desenvolvido.

1 Doutora em História pela Unesp-Assis, pós-doutorado em Economia pela UFSC. Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Mestrado Profissional em Sociologia. Faculdade de Filosofia e Ciências / Unesp – campus de Marília.

Viver na África e a visão sistêmica

Meu interesse pela História da África tem uma cronologia longa e intermitente. O tema perpassou minha experiência didática e de pesquisa no que tange à História do Brasil colonial, com destaque para questões relativas à escravidão e à abolição. Contudo, nos últimos anos, a África em si mesma tem tido uma importância gigantesca, sobretudo por minha perspectiva global da Análise dos Sistemas-Mundo (ASM). Daí meu empenho em identificar inserções do continente africano no sistema-mundo moderno, tendo como referências principais as obras de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi.

Já no início da pesquisa deparei-me com o fato de que os três autores fundamentais para a ASM (Braudel, Arrighi e Wallerstein) viveram, lecionaram e/ou pesquisaram em diferentes regiões e épocas no continente africano. Isso me levou a refletir se teriam sido influenciados por aquela realidade. Assim, nesta primeira incursão sobre o tema, busco conhecer um pouco da experiência de cada um no continente africano e quanto essa vivência lhes proporcionou uma perspectiva de fora do mundo pan-europeu, ou melhor, da periferia, facilitando assim uma perspectiva mais global e, portanto, sistêmica.

Respalhada no historiador Jacques Le Goff, que – ao discutir as relações entre a história vivida e o esforço científico do *métier* do historiador – aponta para uma relação dialética na e da história no tempo. Lembro que estabelecer um diálogo passado/presente e presente/passado era um dos pressupostos dos *Annales*, já em 1929 (1990, p. 7). Trata-se do método regressivo porque o historiador “[...] parte do presente – e é sempre através dele que conhece, que interpreta o passado [...]” (Febvre, 1989, p. 25). Esse aspecto era uma preocupação também de Marc Bloch, segundo o qual a história se define como “[...] uma ciência dos homens no tempo e que tem de vincular incessantemente o estudo dos mortos ao dos vivos [...]” (Bloch, 1997, p. 102).

Le Goff, retomando o sociólogo francês Michel de Certeau, nos remete à necessidade de o historiador não “[...] ocultar o fato de que a história é também uma prática social [...]” (1990, p. 8).

Trata-se, portanto, da relação íntima entre a história vivida pelo historiador/cientista social e a ciência que ele produz. Alguns se recordarão de questionar “e a objetividade do pesquisador?” Ora, ao longo da segunda metade do século XX, a História, enquanto ciência, ocupou-se significativamente dessa questão para apontar por fim: ela tem a cientificidade possível, como aliás afirmou Braudel.

Também vale lembrar que um dos pressupostos dos *Annales* desde o 1º volume da revista foi exatamente o método regressivo, no qual o homem, com suas questões e preocupações de seu tempo, é que “vai ao passado” para explicá-lo, e especialmente responder suas questões. Assim, podemos logicamente levar esse raciocínio para a experiência geográfica, geopolítica e histórica da vivência em África.

Retomando, de Le Goff, a ideia de que a História é também uma prática social, para afirmar que a vivência de Braudel, Arrighi e Wallerstein no continente africano favoreceu-lhes sim um ponto de vista, que lhes permitiu uma visão mais ampla da hierarquia do sistema-mundo moderno e a busca da superação do eurocentrismo.

Inicialmente, busco apresentar o que eles mesmos apontaram sobre sua experiência no continente africano. Primeiramente, Fernand Braudel (1902-1985).

O historiador francês viveu na Argélia de 1923 até 1932 (com interrupção entre 1925-26 para seu serviço militar, o qual cumpriu na Alemanha); lecionou em Constantine (distante 431 km de Argel) e depois em Argel. Ele diz no livro *Reflexões sobre a história*,

[...] não compreendi, naquela época da minha vida, o drama social, político, colonial que se desenrolava, contudo, diante de meus olhos. É verdade que foi só depois de 1939 que a paisagem se obscureceu na África do Norte e que a noite caiu, de repente. [...] Em todo caso, eu não estava, então, com a consciência pesada. Esta aparecerá vinte anos mais tarde (Braudel, 1992b, p. 7-8).

No entanto, apesar dessa autocrítica expressa, e de seu interesse de pesquisas estar ainda centrado no norte da França (região da Lorena)

e na Alemanha, nos anos 20, num artigo muito importante² de 1928, “Les espagnols et l’Afrique du nord de 1492 à 1577”, em 1947, ele já aponta para o fato de que os estudos sobre a África do Norte nos séculos XV/ XVI são muito parciais, uma vez que se ocupam do ponto de vista da Espanha. E afirma: “Estou constantemente preocupado em mostrar, ao curso do século XVI, a estreita ligação das empresas africanas, a história espanhola e as complicações europeias” (Braudel, 1996, p. 52).

Outros textos do mesmo período estão reproduzidos na obra póstuma *Autor de la Méditerranée*. São resenhas como: “L’histoire de l’Algérie et l’image” (1930), “À propôs de L’histoire de l’Afrique du nord de Chales-André Julien” (1933) e “La conquête littéraire de l’Algerie” (1927).

No texto “A história das civilizações: o passado explica o presente” de 1959, ao remeter-se ao presente, aponta uma grande difusão do eurocentrismo, e reconhece o

[...] nosso orgulho de ocidentais [...] a irradiar [...] nossa civilização sobre o resto do mundo. [...] O tempo presente é, antes de tudo, essa inflação de civilização e, parece, a desforra, cujo termo não se percebe, do singular sobre o plural.

Parece. Porque – já o disse – essa nova coação ou essa nova liberação, em todo caso, essa nova fonte de conflitos e essa necessidade de adaptações, se atingem o mundo inteiro, provocam nele movimentos muito diversos (Braudel, 1992a, p. 286).

Braudel continua explanando sobre a expansão europeia, seja pelos impérios, seja pela religião, provocando um jogo interno a cada civilização, “[...] o espetáculo atual mais excitante para o espírito é, sem dúvida, o das culturas ‘em trânsito’ da imensa África Negra [...]” (p. 287). E apesar da ocidentalização,

[...] a África negra tornou-se consciente de si mesma, de sua conduta, de suas possibilidades. Em que condições essa passagem se

2 O qual foi considerado sua tese secundária, exigência na França, além da tese principal, para o doutorado. No caso de F. Braudel, a tese principal é “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II”, e a segunda é o texto em questão.

opera, à custa de que sofrimentos, também com que alegrias, vocês saberão dirigindo-se para lá. De fato, se eu tivesse que procurar uma melhor compreensão dessas difíceis evoluções culturais, em lugar de tomar como campo de batalha os últimos dias de Bizâncio, partiria para a África Negra. Com entusiasmo (Braudel, 1992a, p. 288).

Tenho a tendência a dizer que Arrighi e Wallerstein atenderam ao chamado.

No entanto, apesar de Braudel afirmar só perceber a África vinte anos depois, nossa hipótese é de que a história vivida interfere no ponto de vista do historiador; no caso dele, por exemplo, a permanência no Brasil, já mais maduro intelectualmente, foi decisiva. Logo, reafirma nossa proposição. A famosa frase “Tornei-me inteligente no Brasil”³ exemplifica o que alego aqui. Assim, também Braudel – ao afirmar que mais amadurecido – teria aprofundado suas pesquisas na África Negra como expressa no texto 1959.

Wallerstein, no artigo “O desenvolvimento de uma posição intelectual”, em seu *Itinerário Intelectual*⁴, expõe como se interessou pelo continente africano. Ele narra ser membro de uma família politizada; transcrevo:

Decidi, no entanto, não fazer da política dos EUA minha principal arena de preocupação intelectual. Eu tinha, desde meus anos de colegial, um grande interesse no mundo não europeu. Acompanhei os eventos da Índia moderna em particular e li muito de Gandhi e Nehru. Em 1951, participei de um congresso internacional de jovens e conheci muitos delegados da África,

3 “Tornei-me inteligente indo ao Brasil. O espetáculo que eu tinha sob os olhos era tal espetáculo de história, um tal espetáculo de gentileza social, que compreendi a vida de outra forma. Os mais belos anos de minha vida, eu passei no Brasil. Isso não deixou de ter conseqüências sobre mim, e de algum modo me expatriou.” (UMA LIÇÃO..., 1989, p. 163). Para explicar esse espetáculo, Braudel criou duas imagens: uma diz respeito à brevidade do homem comparada com os vaga-lumes que ele conhecera no Brasil; a segunda ajuda a pensar a noção das diferentes temporalidades, as quais ele disse ter compreendido ao caminhar no sentido do litoral para o interior brasileiro, como se ao transpor quilômetros, atravessasse séculos. Braudel viveu no Brasil de 1935-6 na “missão francesa” que veio criar os cursos de ciências humanas na USP.

4 Disponível em: <https://www.iwallerstein.com/>.

a maioria dos quais era mais velha que eu e já ocupava posições importantes nas arenas políticas de seus países. Em 1952, outro congresso de jovens foi realizado em Dakar, Senegal. De repente, nesse ponto inicial, me vi em meio ao tumulto do que logo seriam os movimentos de independência (neste caso da África Ocidental Francesa).

Decidi fazer da África o foco de minhas preocupações intelectuais e de meus esforços de solidariedade (Wallerstein, 2020).

Posteriormente, em 1955, obtive uma Bolsa Africana da Ford Foundation, para estudar sobre a África e escrever uma dissertação, que compararia a Costa do Ouro (Gana) e a Costa do Marfim em termos do papel que as associações voluntárias desempenharam na ascensão dos movimentos nacionalistas nos dois países.

Permaneceu estudando a África por duas décadas e teve e oportunidade de viajar por todo o continente. Escreveu muitos livros e artigos sobre temas e questões africanas e, em 1973, tornou-se presidente da Associação de Estudos Africanos (EUA).

Se minha busca intelectual me afastou desde cedo dos campos familiares do meu país até os da África contemporânea, que ainda era um continente colonizado quando eu o visitei e comecei a estudá-lo, foi porque eu tinha o pressentimento de que, nos anos 50, a coisa mais importante que estava acontecendo no mundo do século XX era a luta para superar o controle do mundo ocidental no resto do mundo. Hoje chamamos isso de preocupação com as relações Norte-Sul, ou com as relações centro-periferia ou com o eurocentrismo.

No decorrer de minha busca, inicialmente pensei que o debate era apenas sobre a análise empírica da realidade contemporânea, mas logo percebi que também era uma questão das próprias ferramentas de análise. As que me ensinaram me pareceram circunscrever nossas análises empíricas e distorcer nossas interpretações. Lentamente, por cerca de vinte anos, minhas opiniões evoluíram, até os anos 1970 eu comecei a dizer que estava tentando olhar o mundo de uma perspectiva que chamei de “análise

de sistemas mundiais”. Isso envolveu duas importantes decisões intelectuais. A primeira foi que a escolha da “unidade de análise” foi crucial. Tornei-me cada vez mais consciente de que toda a ciência social moderna presume que os limites do Estado constituam os limites das “sociedades”. Fiquei convencido de que essa era uma suposição muito enganadora (Wallerstein, 2020).

É possível observarmos que a vivência de Wallerstein na África o despertou mesmo. Ele destaca que a virada da unidade de análise foi percebida pela perspectiva africana. E continua em seu depoimento:

A segunda decisão intelectual foi de que o chamado *Methodenstreit*, que sustentava e dividia toda a ciência social moderna – entre humanismo idiográfico e ciência nomotética –, era um debate totalmente falso. Em vez de escolher um dos lados, o que todos me encorajaram a fazer, de fato insistiram, fiquei convencido instintivamente e, mais tarde, de maneiras mais fundamentadas, de que todas as análises tinham que ser simultaneamente históricas e sistêmicas, para poderem ser seriamente discutida, a descrição e explicação do mundo real (Wallerstein, 2020).

Como ele disse, depois aprofundou suas reflexões, fundamentou-as; no entanto, o *insight* foi a observação do ponto de vista africano.

Sobre Giovanni Arrighi e sua experiência africana encontrei pouca coisa. Sabemos que no ano de 1963 foi à África investigar modelos de desenvolvimento econômico para o continente. Giovanni Arrighi, na realidade, investiga os processos de formação do mercado do trabalho e do desenvolvimento econômico na África setentrional e na Europa setentrional, nas origens e transformações do sistema capitalista mundial e na estratificação da economia global. No ano de 1969, volta à Itália e começa a interessar-se pelos problemas do movimento operário, que integram grande parte dos seus estudos até o final dos anos 70. Principal obra sobre o tema intitula-se *Desenvolvimento econômico e superestruturas na África*, não a localizei, apenas uma sinopse aponta:

[...] é essencial dedicar mais atenção tanto à natureza real das sociedades pré-capitalistas africanas após a reestruturação causada pela penetração capitalista como aos processos de acumulação capitalista no submundo “É um tempo que se caracteriza por estruturas de mercado oligopolíticas e uma tecnologia completamente revolucionada”, disse ele. Não há dúvida de que o subdesenvolvimento da África como um todo em relação aos centros industriais do Ocidente foi acompanhado e mediado pelo desenvolvimento equilibrado de regiões, Estados, tribos e raças dentro da própria África (Arrighi, 2020).

Nesse fragmento, vale destacar que Arrighi aponta a relação entre o desenvolvimento do capitalismo ocidental e a exploração da África, o que provocou uma reestruturação das sociedades africanas. Observam-se, portanto, as relações e inter-relações sistêmicas.

Neste primeiro segmento, almejamos demonstrar que as experiências africanas de Braudel, Wallerstein e Arrighi foram fundamentais na gênese da ASM. Fomos instigados pela relação entre o vivido e a produção do conhecimento. A íntima relação que se estabelece de um cientista social atento à realidade e a construção de seu pensamento. A vivência deles de fora do centro do mundo pan-europeu lhes permitiu alçar voos e ver de fora do sistema e por isso mesmo perceber o sistema.

No próximo percurso, adentraremos em seus textos sobre e a África, iniciando por Braudel.

As Áfricas braudelianas

Iniciamos agora uma investigação acerca da obra de Fernand Braudel, buscando atender um duplo percurso: o que ele traz da história da África em suas obras e como essa perspectiva contribuiu para suas inovações historiográficas e conceituais. Perceberemos que, tal como é do feitio dele, ambas, conteúdo e novas propostas do *métier* do historiador, aparecem imbricados.

Das várias obras de Braudel, vamos inicialmente aprofundar a obra *Gramática das Civilizações*. Por que essa obra, entre outras e artigos também? Porque nela Braudel apresenta uma síntese da história de todos os continentes, o que pode nos ajudar a estudar a África de forma comparativa às suas análises de outras realidades históricas e principalmente porque ele apresenta uma ideia muito cara à minha própria visão da África: ele sugere que utilizemos o plural, ou seja, Áfricas, para designar o continente.

Nossa intenção é pedagógica, pensamos que a complexidade e a pluralidade daquele continente se assemelham à mesma realidade do continente americano, o que nos faz designá-lo como Américas e nomeando-as de acordo com a posição longitudinal. Outro aspecto que nos induz a essa percepção é o fato do desconhecimento muito severo sobre a África no Brasil. O senso comum chega a falar daquele continente como se fosse um país, quando nos referimos ao fato de serem 54 países, comumente se surpreendem. Assim, se utilizássemos o plural já apontaria para o fato de ser um continente imediatamente, sendo, portanto, didaticamente muito satisfatório.

Braudel aponta as diversidades geográfica (clima, vegetação, topografia) e humana para justificar: “A África Negra, ou melhor, as Áfricas Negras estão praticamente fechadas entre dois oceanos e dois desertos: o vastíssimo Saara ao norte, o considerável Kalahari ao sul; os oceanos Atlântico a oeste, o oceano Índico a leste” (Braudel, 1989, p. 127).

Já de início, portanto, ao localizar o continente, ele assinala sua visão sobre ele. Muito bem, mas há de se destacar aqui outra característica do breve trecho; ele se refere à África Negra. O capítulo a que me refiro está na 2ª parte do livro intitulado *O continente negro* e aquelas são as primeiras linhas do capítulo “O passado”. Uma pergunta explode imediatamente: há outra África não negra? Para Braudel, sim, a Mediterrânica. E ela não está abordada no referido capítulo, mas em outro sobre a Europa. O que corrobora a necessidade de uma África plural, literalmente. Por que em capítulos diferentes? Qual a diferença entre a África negra e a outra, a mediterrânica?

Para tentarmos entender a divisão de Braudel, precisamos conhecer o pensamento do autor na obra⁵: a obra *Gramática das civilizações*, publicada inicialmente em 1963 com o título *Le monde actuel*, teve por objetivo ser um “manual”⁶ para professores e alunos do último ano do curso secundário francês⁷. A obra traça um vasto panorama das civilizações, estudo indispensável para a compreensão do mundo atual, segundo ele mesmo. Braudel utiliza de seus conceitos de longa duração, mudanças e permanências históricas e percorre um longo percurso de tempo: de meados do século V a. C. à primeira metade do século XX.

Outra inovação constitui-se na divisão da obra em duas grandes partes: *As Civilizações não Europeias* (Mundo Muçulmano, Continente Negro e Extremo Oriente) e *As Civilizações Europeias* (Europa, América e a Outra Europa – o leste europeu). Esta inovação se deu exatamente por, em plena década de 1960 – conjuntura de descolonização –, ele utilizar o termo “civilizações”, no plural, opondo-se ao eurocentrismo hierárquico de utilizar o termo civilização somente para seu próprio continente. Nos capítulos iniciais, Braudel discute amplamente o termo “civilização”, descarta a simples oposição entre esta e a barbárie. Reporta-se à diferença entre cultura e civilização; segundo ele o primeiro caso é para aquelas sociedades com alto grau de entropia, e civilização para baixo nível de entropia. Pois estas são necessariamente continuidades de longa duração, que possuem estruturas históricas culturais, econômicas, sociais e políticas. E dada essa complexidade se faz necessário seu estudo pela História, a partir de “estudos dos casos concretos que convém nos atermos para compreender o que é uma civilização” (Braudel, 1989, p. 55). Portanto, é a História na sua possibilidade de ver o conjunto, que pode apontar para o que é ou não civilização.

O livro foi considerado demasiado complexo para sua utilização pelos estudantes secundaristas, embora tenha sido utilizado por

5 Cf. outros detalhes. In: VIEIRA, 2002, p. 41 e seguintes.

6 Braudel se empenhava ao longo dos anos 50 por reformas educacionais no nível da *Agrégation* e do Ministério da Educação, sobretudo para modernizar o ensino das Ciências Humanas.

7 No sistema educacional francês, o Liceu equivale ao nosso Ensino Médio. É também o curso preparatório para o exame de *Agrégation*, aqui o vestibular.

professores⁸. Apesar disso, a obra foi traduzida e publicada na Itália e na Espanha. Na França, a nova publicação, em 1987, propôs o novo título e foi póstuma, graças ao empenho de Maurice Aymard, seu aluno e sucessor à frente da Maison des Sciences de l'Homme, em Paris.

Apresentada a obra, vamos aos seus conteúdos sobre as Áfricas, já entendendo que para isso recorreremos aos capítulos “Continente Negro” e “Europa”, e talvez a outros também se necessário.

O capítulo se inicia com a defesa ao uso do plural na palavra África, como já vimos. As “Áfricas negras” são apresentadas a partir de suas características geográficas, que nesse caso apresentam um grau de determinação muito significativa, mas não exclusiva. “A natureza, que aqui comanda de maneira imperativa, não é, entretanto, a única a ditar suas ordens: a história teve frequentemente sua palavra a dizer” (Braudel, 1989, p. 127).

De forma extremamente sintética, ele aponta a história do continente negro.

O longo passado da África Negra é mal conhecido, como o de todos os povos que ignoram a escrita e cuja história só nos chega através de uma tradição oral, das pesquisas da arqueologia ou das narrativas de testemunhas exteriores e ocasionais (p. 134-135).

E em seguida ele aponta três fases históricas:

- a) o desenvolvimento de cidades, de reinos, de impérios, todos com a mistura de sangues e civilizações;
- b) o tráfico negreiro, muito antigo e que assume proporções diabólicas no século XVI, com a exploração do continente americano [...];
- c) por fim, a instalação brutal das potências europeias, que, na Conferência de Berlim (ata final: 1885), concluem num mapa a partilha do que ainda não tem um senhor teórico no vasto continente, meio desconhecido e desde então inteiramente colonizado (p. 135).

8 “Há de se recordar também que o livro já não faria sentido para os estudantes, já que um decreto de 1965 eliminava dos conteúdos escolares o mundo africano” – M. Aymard no prefácio da edição de 1987.

Braudel (1989) desenvolve resumidamente cada uma das fases. No item sobre a escravidão, ele aponta as dificuldades em se quantificar o tráfico negreiro, tanto na saída do continente africano como na chegada ao americano. Mas, ainda assim, considera importante para demonstrar que o “[...] tráfico significou uma enorme deterioração humana do continente negro” (p. 139). Também para explicar um fato importante “[...] para o mundo negro atual, de que existem hoje Áfricas vivas no Novo Mundo” (p. 140).

Sobre a partilha do continente africano, que provocou a sua fragmentação, cujas divisões se perpetuam hoje, contudo,

Não são apenas as velhas fronteiras administrativas coloniais que delineiam esse fracionamento. São também as diversidades internas das etnias, das religiões e até mesmo das línguas. A principal crítica que se pode fazer às divisões nacionais de hoje é, sem dúvida, a de não terem sido traçadas em função dessas diversidades culturais (p. 143).

Para Braudel, todo esse processo dificulta a unidade do continente, inclusive a utilização das línguas europeias; todos são fatores que se somam às divisões impostas pela geografia.

Há de se destacar que ele aponta algumas das principais questões que nos colocamos ainda hoje: a fragmentação imposta de fora ao continente a partir de interesses externos, descon siderando as unidades e as diferenças locais, impedindo a construção de unidade no enfrentamento das várias formas de ingerência externa; e a diáspora africana promovida pela escravidão. A população de afrodescendentes pelo mundo compõe o que é considerado o 55º país africano em termos populacionais. São 200 milhões somente nas Américas, e outros vários milhões em outros continentes.

No que tange a essa segunda questão, o problema não está na dispersão de milhões de africanos, mas por estar estabelecida em países, cujo racismo estrutural os impele à periferia dessas sociedades.

As divisões geográficas, políticas e linguísticas se transformaram no processo de independência colonial em vínculos econômicos, sujeitando o continente aos interesses externos para obter apoio

material e técnico e, portanto, também às disputas do mundo, entre as potências e seus negócios.

A África Negra não poderá, por conseguinte, cessar de solicitar a ajuda dos dois blocos de países industriais, sem esquecer o terceiro, o bloco chinês, que oferece seus serviços num espírito de cruzada, sempre, porém acompanhadas de uma invasão humana... (Braudel, 1989, p. 153).

A cultura revelada pelas máscaras, bronzes, marfins, madeiras se danifica mais facilmente. Também se afastam de nós “[...] seus cantos, suas danças, suas concepções artísticas, suas religiões, suas narrações cantadas ou salmodiadas, sua concepção de tempo perdido, do universo, dos homens, das plantas, dos animais e dos deuses, em sua uma civilização tradicional [...]” (p. 154).

Por outro lado, a deterioração de sua extraordinária cultura tradicional, que, por ser cultura oral, os registros são narrativas da “[...] realidade africana vista por ‘evoluídos’ [...]” (p. 155). Ele se refere a autores europeus e a africanos europeizados. Para ele, assim emerge uma nova civilização

[...] por bem ou por mal, frágil ou segura de seu futuro, das águas antigas de uma *civilização tradicional, vivaz, sempre nutriz*. E nisso reside o ponto importante. A África abandona uma civilização milenar, mas nem por isso perderá sua civilização. Transformada, dilacerada, nem por isso ela deixará de ser uma civilização particular, profundamente marcada por uma psicologia, gostos, lembranças e tudo o que é próprio de uma terra (p. 155-156).

Em mais dois outros capítulos do livro *Gramática das Civilizações*, Braudel se ocupa da África. No capítulo “A Europa”, encontramos a região do Mar Mediterrâneo. O historiador a descreve como uma região de combate, para a cristandade europeia é uma “[...] perigosa fronteira [que] se define desde os primeiros sucessos da conquista muçulmana [...]. O Mediterrâneo torna-se, a oeste, um ‘lago muçulmano’” (1989, p. 290-291).

Na parte “A América”, ele aborda a questão racial decorrente da escravidão. Inicialmente com os indígenas e depois com os africanos ocorreram graves dificuldades de sobrevivência e de convivência. Como homem de seu tempo, ele acreditava ter se constituído certo grau de tolerância recíproca. “Nem tudo é perfeito, sem dúvida, nesse domínio das cores da pele. Mas em que parte do mundo se fez melhor, ou tão bem? Já há nisso um imenso sucesso” (p. 392). Braudel (1989) observa: “Elas também se chocaram diversas vezes, por razões sociais. A *linha da cor*, com efeito, foi e continua a ser uma *linha social*” (p. 395). Leitor de Gilberto Freire, ele afirma que as raças se misturaram no Nordeste brasileiro, mas não só, “[...] a tolerância, a fraternidade étnicas são mais evidentes [...]” (p. 396).

Braudel aponta para diferenças entre a América Latina e a Inglaterra: enquanto na primeira haveria alguma tolerância racial, o mesmo não ocorreria ao Norte. Reafirmo que isso se deve ao fato de estar em contato com a obra de G. Freire. Ele repensou esta posição, isso mais à frente. Numa entrevista dada ao jornalista francês Bringuier nos anos 80, falou sobre a questão, referindo-se ao período que morou no Brasil. Entre várias recordações:

Via-se uma estranha alta sociedade, pouco consciente de sua situação e plena de ilusão; uma alta sociedade que não se dá conta da posição que ela ocupa no mundo. Eles diziam: ‘nós não temos problemas sociais’. Entretanto, você se levantava pela manhã, ia às estações de São Paulo e via desembarcar uma multidão de pessoas de cor. Oh! Não há questão social [...], mas havia. Havia uma questão negra, você compreende? Eu percebi [...]

A permanência da escravidão na América do Norte provoca

[...] o tornado da Guerra de Secessão (1861-1865) [...] O Sul desencadeia a guerra [...]; ela terminará com sua capitulação,

9 Extraído da entrevista dada por F. Braudel a Jean-Claude Bringuier em 1983. 1cass. Vídeo S-VHS (56 min). Disponível no Instituto Nacional de Audiovisual (Paris-França) e citado em: https://data.bnf.fr/fr/12469941/jean-claude_bringuier/. Acesso em: 25 mai. 2020.

a 9 de abril de 1865, após uma guerra horrenda. A 13ª emenda da Constituição, de 18 de dezembro de 1965, abole a escravidão (Braudel, 1989, p. 431).

Para Braudel, a questão negra é um pesadelo antigo, e para a minoria negra “a verdadeira igualdade lhe escapa” (Cf. p. 429 e 432). Há grande dificuldade em superá-la:

[...] sem dúvida, [...] essa África ofereceu aos Estados Unidos uma contribuição cultural particular, original, que se incorporou à civilização americana (em particular à sua música). Por outro lado, essa África é, material e intelectualmente, a mais evoluída das comunidades negras de todo o mundo, [...]. O tempo laborará em seu favor e, se ele não suprimir essa grave contradição interna da vida americana, a fonte de um mal-estar intelectual e moral permanente perdurará. O que ninguém deseja, do fundo do coração. É imperativo que a América invente e adote uma solução feliz (Braudel, 1989, p. 433).

Ainda na parte “A América”, no capítulo “Através do universo inglês”, no item “A África Austral: holandeses, ingleses e negros”, inicialmente, Braudel aborda sinteticamente a colonização – dos holandeses a partir de 1652 e dos ingleses em 1815 – e os conflitos decorrentes delas. Finaliza o item com o “O drama do apartheid é hoje o problema essencial [...]” (p. 458), mostrando seu processo histórico e demonstrando que “Numa palavra, ela (A África do Sul) não conseguiu unir suas diversas civilizações, europeias ou locais. E nenhuma solução viável parece estar à vista” (Braudel, 1989, p. 459).

Além do conteúdo e da forma de Braudel abordar a África, nosso interesse é investigar se sua permanência bastante longa no continente o influenciou em sua concepção de mundo e de história. Uma possibilidade de buscarmos é pelas entrevistas e pela biografia, em que ele próprio ou o biógrafo nos ajudam a constatar nossa hipótese.

Nomeado para lecionar na 6ª série, chegou ao Liceu de Constantina em agosto de 1923.

[...] se defronta com um outro mundo, que praticamente não se alterou. Longe da metrópole [...], um mundo no qual os professores ainda se enfatizam – quando não vestem terno e gravata – para dar aula. No qual a disciplina e as regras remontam a uma época que ele mesmo não conheceu durante seus estudos (Daix, 1999, p. 71).

Seu vanguardismo se explicita na forma de lecionar. Didaticamente, decorar datas e longos resumos era o modelo vigente. Ele inova com aulas eminentemente explicativas. Por exemplo, “[...] fornecia aos alunos as principais datas relativas ao tema a ser tratado, preocupado em avaliá-los antes pela capacidade de raciocinar que pela memória” (Daix, 1999, p. 72). Apesar das reações dos pais, ele se afirma como um professor muito estimado pelos estudantes.

Já encontramos aqui, no início da carreira, aquilo que ele seria pelo resto da vida: um pedagogo de mão cheia, inovador de uma pedagogia inerente à “nova História”. Naquele momento, entretanto, mostrava-se simplesmente contra a mecânica da antiga História, sem imaginar ainda que a nova estava por nascer (Daix, 1999, p. 72).¹⁰

De suas experiências no continente africano, três características de sua obra já despontam: história explicativa, concepção de tempo e postura interdisciplinar.

Na primeira, a postura do professor avança para sua concepção de o conhecimento histórico ser necessariamente explicativo. Braudel defende tal concepção explicitamente no texto “Escritos sobre o presente”, de 1982. O ofício do historiador: “para mim, ele só é verdadeiramente útil e defensável se desempenhar um papel de inteligência, de explicação” (Braudel, 1992b, p. 354). Inclusive, se recordarmos aqui um dos pressupostos dos *Annales*, ou seja, a nova concepção de História visa exatamente explicações, entre outras coisas, para o tempo presente.

10 Interessante lembrar, essa característica pedagógica acompanhou toda a vida de Braudel. Uma de suas últimas fotos foi dando uma aula sobre o cerco a Toulon em 1707 para alunos do 3º ano do Ensino Médio. In: DAIX, 1999, coleção de fotos nas páginas centrais do livro.

Sobre a concepção de tempo tripartite de Braudel, das sobreposições de temporalidades, as camadas do tempo, foi demonstrada já na chegada à Argélia. Constantina e a escola viviam num tempo diferente do dele próprio.

No que tange à sua concepção de história necessariamente interdisciplinar, sua experiência com o deserto e com o “avesso” do Mediterrâneo lhe provou a necessidade de buscar a geografia para as explicações históricas.

É assim que pouco a pouco começa a tomar forma em seu espírito, (já) durante o primeiro ano argelino, esta reviravolta na geografia, mas ainda mais na concepção do espaço – ao mesmo tempo, indissolavelmente, geografia e história – em relação à visão francesa, reviravolta que estará no centro da concepção final de sua tese (Daix, 1999, p. 73).

O conceito de economia-mundo, dentre outros elementos da concepção de F. Braudel, é, certamente, além de uma grande inovação um dos elementos de identidade na Análise dos Sistemas-Mundo. E nos parece importante destacar que a percepção desse tipo de divisão econômica mundial se imbrica também com sua longa experiência no continente africano. O conceito aparece pela primeira vez na obra *O Mediterrâneo e mundo Mediterrânico*.

Mostramos, assim, o pró e o contra, o que favorece e, ao mesmo tempo, perturba a organização econômica de um espaço indócil. Ou seja, (em termos simples), uma divisão geográfica do trabalho. Ora, esta divisão existe, bastante visível, em todas as dimensões do mar.

Este mundo de cerca de sessenta dias é bem, *grosso modo*, uma *Weltwirtschaft*, uma economia-mundo, um universo em si. Nem tudo está ordenado de maneira rigorosa e autoritária, mas desenham-se as grandes linhas de uma ordem. Assim, toda a economia-mundo aceita um centro, uma região decisiva que impulsiona as outras e estabelece, só por si, a unidade que está em causa. Com toda evidência, esse centro mediterrânico,

tanto no século XVI como no século XV, é um estreito quadrilátero urbano, Veneza, Milão, Gênova, Florença, com suas divergências, as suas rivalidades de cidade para cidade, tendo cada uma um peso variável: uma evolução visível desloca o centro de gravidade de Veneza (onde ainda está quando o século começa) para Gênova, onde se estabelece de maneira brilhante entre 1550 e 1575 (Braudel, 1995a, vol. 1, p. 433).

Mas é na extensa trilogia *Civilização Material, Economia e Capitalismo*¹¹ que ele aprofundou seus estudos sobre o capitalismo e o conceito de economia-mundo. Vamos nos deter na releitura do volume 3, *O tempo do Mundo* (1996b), para consolidar nossa argumentação de entrelaçamento entre a conceituação, o conteúdo histórico e a vivência na África.

Criado por ele, o conceito de economia-mundo foi posteriormente estudado mais amplamente e mesmo proposto como modelo de análise por Immanuel Wallerstein. Para explicá-lo, Braudel primeiramente distingue “economia mundial” de “economia-mundo”. Aquela se refere ao mercado que se estende por todo o planeta, enquanto economia-mundo envolve apenas um fragmento dele, mas é capaz de “[...] bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica [...]” (1996b, p. 12).

Para explicá-lo, Braudel analisa várias economias-mundo ao longo da história, para depois apresentar suas quatro principais características: são de longa duração temporal; têm limites definidos; possuem um centro econômico; e seu espaço de atuação é hierarquizado. Braudel apresenta a sequência para os vários centros econômicos desde o século XVI, são: Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdã, Londres e Nova York. O apogeu de cada uma delas apresenta um equilíbrio frágil, cujas mudanças provocam alterações profundas.

Em seguida, Braudel detalha esses aspectos sempre comparando a economia-mundo a um conjunto de círculos concêntricos a partir

11 A obra tem três volumes, publicados os dois primeiros em 1979 e o terceiro em 1986, teve um volume preliminar intitulado *Civilização material e capitalismo*, publicado em 1967. Tem ainda uma síntese publicada com o título *A dinâmica do capitalismo*, em 1985, que são as conferências realizadas na Universidade Johns Hopkins nos EUA, em 1977, nas quais estão as ideias principais da trilogia.

da cidade dominante. O centro apresenta ao mesmo tempo a aptidão para os grandes negócios e uma vocação cosmopolita. Este aspecto é ilustrado pela tolerância religiosa como em Veneza e Amsterdã, onde se podiam ouvir todos os idiomas do mundo e encontrar pessoas vestidas cada qual à sua maneira, uma verdadeira “Arca de Noé”. Nessas cidades, podia-se observar também uma grande diversificação social, com os muito ricos reunindo-se em grandes festas e espetáculos luxuosos.

Seja Amsterdã substituindo Antuérpia, Londres sucedendo Amsterdã ou, por volta de 1929, Nova York ultrapassando Londres, a cada vez é uma enorme massa de história que muda de rumo, revelando as fragilidades do equilíbrio anterior e as forças do que vai estabelecer-se. Podemos de antemão suspeitar que todo o círculo da economia-mundo é assim afetado e que as repercussões nunca são unicamente econômicas (Braudel, 1996b, p. 22).

Outra característica das cidades dominantes é o fato de elas serem preponderantemente marítimas. E Braudel apresenta exemplos opostos para demonstrar a importância da localização marítima, como é o caso da China e da Espanha, que ao deslocarem a capital para o interior provocaram abalos consideráveis em suas economias.

As economias-mundo apresentam também muitas diferenças. Há as especificidades de cada uma das cidades dominantes. Por exemplo, algumas concentram também poder político, como Veneza, outras não têm poder político, como Antuérpia. Entretanto, o grande ponto em comum entre elas está no fato de ser o ponto de “centralização e concentração dos recursos e das riquezas” (p. 26), ou seja, de acumulação.

Apesar das diferenças, elas possuem em comum uma “estrutura” semelhante, a hierarquia do espaço: um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e enormes margens exteriores. “E, obrigatoriamente, as qualidades e características da sociedade, da economia, da técnica, da cultura, da ordem política, mudam conforme nos deslocamos de uma zona para outra” (p. 29)¹².

12 Braudel lembra-nos de que foi exatamente esta característica que serviu a Immanuel Wallerstein para construir toda a sua obra, *The modern World-system* (1974).

Os obstáculos entre o centro e a zona fronteiriça podem ser também geográficos, humanos ou culturais, porém são certamente econômicos. Ainda hoje existe uma geografia discriminatória. As periferias, outra constante na realidade mundial, apresentam-se tanto dentro da economia-mundo, verdadeiras “manchas regionais”, como fora dela. A hegemonia do centro é obtida pelas próprias características econômicas, mas não descarta também o uso de violência.

As economias-mundo estão sujeitas à economia e às suas relações. No entanto, Braudel adverte: “[...] uma economia nunca está isolada. O seu território e o seu espaço são os mesmos onde se instalam e vivem outras entidades – a cultura, o social, a política –, que incessantemente interferem nela para a favorecer, ou então para a contradizer [...]” (1996b, p. 35).

Apenas a longa duração pode explicar a desigualdade no mundo e no jogo econômico “[...] sempre houve cartas melhores do que outras e às vezes, muitas vezes, marcadas [...]” (p. 39). Como exemplo, Braudel comenta as relações entre a Inglaterra e Portugal, que afinal de contas eram relações entre forças iguais. Por fim, ele conclui: “[...] a desigualdade do mundo deriva de realidades estruturais, que demoram muito para se instalar – e demoram muito para desaparecer [...]” (p. 40).

Quanto ao Estado, este apresenta também um papel importante na economia-mundo entre os séculos XV e XVIII. Ele ainda não possui os meios para preencher todo o espaço social que lhe caberá posteriormente. Entretanto, no centro da economia-mundo aloja-se sempre um Estado forte, agressivo e privilegiado, como no caso de Veneza no século XV, da Holanda no século XVII, da Inglaterra no século XVIII.

Governo e sociedade, afinal, constituem um único conjunto no mesmo jogo. O Estado impõe a disciplina social, garante o crédito, as liberdades mercantis, gere o fisco e se impõe no exterior. Depende, entretanto, do capitalismo. O poder é partilhado entre eles. “Nesse jogo, sem sucumbir a ele, o Estado mergulha no próprio movimento da economia-mundo. Servindo aos outros, servindo ao dinheiro, ele serve a si próprio” (p. 42).

Braudel apresenta também as mudanças sociais no prisma das economias-mundo. Ele retoma as suas posições já apresentadas

no primeiro e segundo volumes: as mudanças são muito lentas; a promoção social só ocorre quando há algum crescimento econômico; esta não coloca em xeque o estatuto social estabelecido; e as forças sociais estão sempre em conflito.

As mudanças sociais, quando acontecem, ocorrem no centro da economia-mundo. A relação dela com as diversas periferias se constituiu numa divisão internacional do trabalho que cria, recria ou mantém as hierarquias e os modelos sociais. Por isso as colônias conviviam com relações servis, escravistas e mercantis como elos de uma grande corrente para atender os privilegiados. Daí Braudel concordar com outros estudiosos, como Immanuel Wallerstein, para quem

[...] o modelo da economia-mundo, no seu testemunho social, estabelece que há coexistência dos “modos de produção”, do escravagismo ao capitalismo, que este só pode viver cercado pelos outros, em detrimento dos outros. Rosa de Luxemburgo tinha razão (Braudel, 1996b, p. 53).

Assim, pode-se dizer que os modelos sociais de exploração se perpetuam. O capitalismo herda a hierarquia estabelecida, ajusta-se a ela, mas também faz com que ela se adapte a ele. Ou seja, o capitalismo sobrepõe-se às desigualdades sociais existentes e o “território econômico” resultante irá servi-lo.

O conjunto de uma economia-mundo tende também a partilhar de uma mesma cultura, ou pelo menos de certos aspectos dela, até porque se constitui num elemento anterior à economia e às instituições políticas e sobrevive a ambas. E no cerne de uma cultura encontra-se a religião. Daí a Europa viver o embate entre a religião e os novos hábitos econômicos: a usura é o grande vilão intolerável para a Igreja. Entretanto, a civilização-mundo e a economia-mundo tendem a somarem-se e a conquista do Novo Mundo constitui-se no melhor exemplo disso.

Apresentados todos esses aspectos, Braudel (1996b) sublinha que o modelo de economia-mundo realmente é válido na análise, desde que se leve em conta os seus movimentos, pois “[...] a economia-mundo europeia mudou várias vezes de forma desde

o século XIII, deslocou o seu centro, redefiniu as suas periferias [...]” (p. 58). É por isso que elas devem ser entendidas no tempo, tanto nos seus ritmos lentos e longos como nos seus aspectos conjunturais. Os movimentos conjunturais não são apenas econômicos, mas também políticos, demográficos e de mentalidades. Daí a importância de estudos mais profundos de cada uma das economias-mundo para a análise das estruturas históricas e também sua própria conjuntura.

O terceiro volume da trilogia *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, cujo subtítulo, como já vimos, é “O tempo do mundo” (1996b) e, portanto, já aponta para perspectiva global a ser abordada, Braudel tem no capítulo 5, “O mundo a favor da Europa ou contra ela”, o subtítulo “A África negra tomada não apenas de fora”. Nesse item ele aborda a “outra” África, a não Mediterrânica – já que esta é “[...] branca que vive na órbita do Islã; deixando também de lado, o que não surge como evidência, a parte oriental da África, da entrada do mar Vermelho e da costa da Abissínia até a ponta meridional do continente” (p. 398).

Interessado em tratar da costa Atlântica, busca explicar por que desde o século XV os europeus percorrem seus litorais, mas não penetraram mais incisivamente para o interior do continente. Braudel parte das justificativas convencionais, como: o fato de não terem encontrado impérios, como na América, que lhes permitissem “[...] se apoiar em sociedades disciplinadas que podiam explorar sem dificuldades” (p. 399); outra explicação aponta para a presença de doenças tropicais, a qual ele refuta, uma vez “[...] que o europeu superou esses mesmos obstáculos nas regiões tropicais da América” (p. 399).

Outra razão mais séria: o interior africano foi defendido pela relativa densidade de seu povoamento, pelo vigor de sociedades que, ao contrário dos ameríndios, conheciam a metalurgia do ferro e contavam frequentemente com populações belicosas.

Aliás, nada incentivava a Europa a se aventurar longe do oceano, uma vez que encontrava na costa, a seu alcance, o marfim, a cera, a goma do Senegal, a malagueta, o ouro em pó e, mercadoria maravilhosa, escravos negros (Braudel, 1996b, p. 399).

Muito comum nas obras de Braudel ele rever as explicações tradicionais e propor novas. Nesse caso específico, reportar-se às regiões mais centrais da África como populosas e com capacidade de reação à invasão, sem dúvida, constitui-se numa inovação no sentido de reafirmar mais uma vez a pluralidade africana.

No trecho, é possível observar também que nesse tópico ele analisa o comércio litorâneo e, portanto, a inserção dessa porção africana na economia-mundo, inclusive o comércio de escravos. Sobre esse tema, ele lembra que a escravização africana precede a exploração europeia, devido à presença islâmica, que já se aproveitava das rivalidades internas ao continente para acesso a escravos. Contudo, para Braudel, a escravidão moderna empreendida pelos europeus impôs outra dimensão ao estabelecer o

[...] comércio triangular praticado por todos os navios que levantam âncora na costa africana, sejam eles portugueses, holandeses, ingleses ou franceses. [...]

(Por exemplo) Um navio inglês vai vender seus escravos na Jamaica, volta à Inglaterra com açúcar, café, índigo, algodão, depois rumo de novo para a África. Esse esquema é o mesmo, *mutatis mutandis*, para todos os navios negreiros. Em cada vértice do *triângulo*, obtém-se um lucro e o balanço total do circuito é a soma de balanços sucessivos (1996b, p. 405).

Sobre o fim da escravatura, Braudel passa por algumas explicações clássicas de várias naturezas, como a moral, no entanto reafirma a econômica. E aponta a questão a partir de duas argumentações. Inicialmente, lembra que o tráfico inglês, tendo sido abolido em 1815 em decorrência do Congresso de Viena, encarece a produção nas suas colônias. Isso favorece a concorrência, por exemplo, de produtos coloniais portugueses, uma vez que Portugal manteve a escravidão. Por outro lado, o próprio comércio de escravos abolido deixa de ser uma fonte lucrativa. Ele cita um comerciante inglês que teria ficado “[...] ainda mais despeitado com os lucros de um tráfico de que seu país se retirou para os deixar aos espanhóis e aos portugueses” (Braudel, 1996b, p. 408).

Considerações finais

O percurso aqui desenvolvido buscou identificar a influência de viver, lecionar, pesquisar no continente africano, para os três principais autores da ASM, na construção da visão de mundo e na própria abordagem da realidade. Especificamente, aprofundamos estudos sobre obras de Fernand Braudel, buscando perceber essa interferência nos seus conteúdos sobre a história da África.

Procuramos demonstrar que ver o mundo de fora da circunscrição do centro pan-europeu, e mais especificamente da periferia, permitiu aos autores da ASM perceberem a hierarquia do moderno sistema-mundo, suas relações e inter-relações. A superação da visão eurocêntrica foi condição para a análise sistêmica, que requer necessariamente também uma abordagem histórica de longa duração.

No caso de Braudel, evidenciou-se também a multiplicidade de tempos, uma vez que ao chegar à Argélia dos anos 20, embora fosse uma colônia francesa e por isso mesmo dentro do mesmo universo cultural do qual ele vinha, encontra uma realidade social e, sobretudo, escolar ultrapassada, própria do século anterior. Isso nos remete à sua concepção de temporalidades, como vimos.

E, sobretudo, viver mais de duas décadas vendo a Europa da outra borda do Mediterrâneo lhe mostrou o mar como um sujeito histórico, quando nos lembramos da obra *O Mediterrâneo*, por exemplo. Mais ainda, viver na colônia aguçou sua percepção para o conceito de economia-mundo.

É necessário enfatizar sua ressalva a respeito da pluralidade africana, que o impele ao uso do plural no termo *África*. Sim, tal como nos referimos ao continente americano, como Américas, também para o continente africano isso é necessário, tal sua diversidade: *Áfricas!*

Também há de se realçar que, se em dados momentos ele observou alguma realidade histórica passível de questionamento tempos depois, ele a reviu. Refiro-me à ideia de democracia racial no Brasil; embasado inicialmente pela obra de G. Freire, ele revê tal postulado posteriormente.

Por fim, reafirmo que a experiência vivida na África foi determinante para o pensamento de Braudel, para suas inovações metodológicas e de conteúdo, e, portanto, contribui para a gênese da ASM. Ver de fora é ver mais amplo, longe e permite visualizar as relações.

Portanto, estudar a história das Áfricas à luz da ASM é percebermos que a exploração daquele continente se deu pela e para a acumulação do centro do sistema-mundo moderno e que o racismo estrutural alastrado pelos outros continentes perdura, porque continua a atender aos interesses de exploração locais e globais. Isso nos remete à tomada de consciência do racismo estrutural de nossa civilização, que impõe aos africanos e afrodescendentes em geral a condição periférica, marginal e de opressão. Essa consciência, conseqüentemente, exige de todos nós esforços antirracistas. Para isso, uma contribuição importante são os estudos sobre a África e suas relações com o sistema-mundo moderno na longa duração.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, G. **Sviluppo Economico e Sovrastrutture in Africa**. Editora Einaudi, 1969. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/morfa-livros/giovanni-arrighi-sviluppo-economico-e-sovrastrutture-in-africa-1695791880>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Trad. Maria Manuel, Rui Grácio e Vítor Romaneiro. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. Trad. J. Guinsburg e Teresa Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992a.

BRAUDEL, F. **Reflexões sobre a história**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.

BRAUDEL, F. **Autor de la Méditerranée**. Éditions de Fallois, 1996.

BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995a. 2 vols.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Trad. Telma Costa. 3 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1995b (v. 1), 1996a (v. 2), 1996b (v. 3).

DAIX, Pierre. **Fernand Braudel: uma biografia**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LE GOFF, Jacques, **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas. Editora da UNICAMP, 1990.

UMA LIÇÃO DE HISTÓRIA DE FERNAND BRAUDEL – Jornadas Fernand Braudel, Châteuvallon (França), 9. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

VIEIRA, R.L. **Fernand Braudel: a relação do método historiográfico e o conhecimento histórico** / Rosângela de Lima Vieira – Assis: [s.n.], 2002. 414 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

WALLERSTEIN, I. **O desenvolvimento de uma posição intelectual**. Disponível em: <https://www.iwallerstein.com/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CAPÍTULO 4 | GEOCULTURA LIBERAL E A UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Fábio Pádua dos Santos¹

*“Ninguém viverá para trabalhar.
Mas todos trabalharemos para viver.
Os economistas não chamarão mais
De nível de vida o nível de consumo
E nem chamarão a qualidade de vida
A quantidade de coisas.”*

Eduardo Galeano

Introdução

O estado de crise expõe as patologias congênitas da sociedade brasileira. A solução para a Crise do Antigo Regime foi a construção prática e simbólica da nação como prova de admissão à *modernidade*. Por outro lado, a atual *época das distopias* não apenas interrompe a construção do Brasil como também põe fim à era do desenvolvimento nacional como objetivo plausível. Neste contexto, qual será a alternativa brasileira?

Desafiar a flecha do tempo e retornar ao passado tradicional? Insistir em certa modernização que reconhece o caráter contraditório do modo de vida capitalista e ainda assim se esforça para construir a liberdade minimizando suas mazelas? Seria o caso de apostar noutra modernização que não tem vergonha de expor o contingente excluído da cidadania brasileira a um processo de seleção social para

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Professor adjunto no Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC. E-mail: fpadua@gmail.com

a construção da liberdade? Ou devemos construir um *novo* novo mundo mais libertário e mais igualitário, porém em que o dinheiro perderá seus poderes mágicos? Esses horizontes de expectativas não encontram conciliação nas instituições nacionais e supranacionais contemporâneas.

O tema deste capítulo é o desenlace da utopia do desenvolvimento (da modernização capitalista) em um contexto específico: fins do século XX, começo do século XXI no Brasil. O capítulo tem por objetivo reconstruir o sentido da mudança social no Brasil como caso específico da expansão da civilização capitalista, apontando as formas de manifestação da crise contemporânea no “tempo vivido na dimensão do mundo”.² Com isso, o trabalho intenciona lançar luz sobre a relação entre o debate do desenvolvimento, a problemática da formação nacional e os limites do “tempo moderno”.

A pergunta, delineada historicamente, interroga sobre até que ponto o debate do desenvolvimento é capaz de encaminhar alternativas políticas ao impasse da geocultura liberal vivida no Brasil. Para responder a esta pergunta, o capítulo combina análise de história das ideias e sociologia do conhecimento como métodos de análise. Além disso, toma como objeto de análise o pensamento econômico brasileiro, representado aqui por duas vertentes historicamente opostas, porém comprometidas com o horizonte modernizante do Brasil: Roberto Campos (1917-2001) e Celso Furtado (1920-2004). Como fontes recorre-se a livros, capítulos de livros, artigos, discursos e autobiografias desses dois personagens, cujas produções intelectuais articulam a epopeia e a crise da utopia do desenvolvimento. Para enfrentar a complexidade da temática, este capítulo

2 A expressão “tempo vivido na dimensão do mundo” é emprestada de Fernand Braudel (1996, p. 8): “... podemos distinguir um tempo vivido nas dimensões do mundo, o *tempo do mundo*, que no entanto não é, não deve ser, a totalidade da história dos homens. Esse tempo excepcional rege, conforme lugares e as épocas, certos espaços e certas realidades. Mas, outras realidades, outros espaços lhe escapam e lhe são estranhos”. Para Braudel (1996, p. 8), o *tempo do mundo* refere-se “... a uma espécie de superestrutura da história global: seria uma espécie de consumação, como que criada e suscitada pelas forças que se exercem abaixo dela, embora seu peso repercuta, por sua vez, na base. Conforme os lugares e épocas, essa dupla ação, de baixo para cima e de cima para baixo, foi mais ou menos importante. Mas, nas regiões avançadas, economicamente e socialmente falando, o *tempo do mundo* não urdiu tudo”. Para uma aproximação à realidade brasileira contemporânea, ver Paulo Arantes (2014).

concentra-se nas respostas de cada autor à problemática da transição para as sociedades modernas.

O confronto dos autores a partir deste campo-problema permite delinear o seguinte argumento: as ambivalências e ambiguidades entre Roberto Campos e Celso Furtado estão incorporadas à geocultura do sistema-mundo moderno. A conexão da crítica do desenvolvimento e a crise estrutural contemporânea expõe a perda de legitimidade da geocultura liberal como ideologia estruturante da modernidade, apontando para um período de indeterminação histórica.

Para elaborar o argumento, na seção 2, caracteriza-se, com base em Max Weber, a estrutura da modernidade ocidental, pressuposto da utopia do desenvolvimento. Sua escolha não é casual. A concepção de Weber de modernidade está entreposta às visões de Campos e Furtado, sem a qual a reconstrução do diálogo entre os intérpretes ficaria empobrecida. Para tanto, resgatam-se dois campos de reflexão de Weber: (i) das condições ao surgimento do capitalismo moderno e (ii) da ascensão da orientação racional da ação econômica. Em seguida, vincula-se ambos os campos ao destacar o significado e a centralidade do racionalismo ocidental na ordenação da vida no “tempo moderno”. A partir daí, explora-se a peregrinação neoliberal para o Brasil através de Roberto Campos na seção 3 e a devoção desenvolvimentista de Celso Furtado na seção 4. Na seção 5, argumenta-se como Roberto Campos e Celso Furtado encarnam os dilemas da geocultura liberal. Na seção 6, recupera-se as críticas de Braudel e de Wallerstein à especificidade do capitalismo moderno weberiano, convidando o leitor a *impensar* o desenvolvimento. Por fim, apresenta-se as considerações finais.

A especificidade do capitalismo moderno em Weber

O objetivo desta seção é reconstruir, a partir de Weber, o papel da racionalidade como eixo ordenador das sociedades modernas no Ocidente em suas dimensões econômica, política e cultural. A intenção da seção é delimitar um campo conceitual comum a partir

do qual se possa contrapor as visões de Roberto Campos e Celso Furtado com respeito as origens do subdesenvolvimento brasileiro. Para tanto, como anunciado anteriormente, alinham-se dois campos de estudo de Weber: das condições ao surgimento do capitalismo moderno e da ascensão da ação econômica racional. Em seguida, qualifica-se os diferentes significados que o termo racionalidade assume do ponto de vista da ação social em geral e da gestão econômica em particular. Por fim, destaca-se a particularidade da ordem social ocidental moderna.

Das condições ao surgimento do capitalismo moderno

Muitos marxistas se equivocam ao ignorar as contribuições de Weber ao estudo do capitalismo contemporâneo.

Cada tentativa de explicação deve, reconhecendo a importância fundamental do fator econômico, tomar em consideração, acima de tudo, as condições econômicas. Mas, ao mesmo tempo, não se deve deixar de considerar a correlação oposta. E isso porque o desenvolvimento do racionalismo econômico é parcialmente dependente da técnica e do direito racionais, mas é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática. Quando tais tipos de conduta têm sido obstruídos por obstáculos espirituais, o desenvolvimento da conduta econômica racional encontrou também séria resistência interna. As forças mágicas e religiosas e as ideias éticas de dever nelas baseadas têm estado sempre, no passado, entre as mais importantes influências formativas da conduta (Weber, 2002, p. xxxix, itálico nosso).

Para Weber, a especificidade do mundo moderno ocidental encontra-se na tensão entre as condições econômicas (formas de produção) e o *ethos* que condiciona a ação dos indivíduos em sociedade. Extremamente reconhecido por vincular a origem do “espírito capitalista” moderno à ética protestante, na passagem acima, Weber não

nega a importância de se estudar as condições econômicas. Este esforço é realizado por ele em *História Geral da Economia*, no qual destaca o capitalismo moderno como fenômeno particular da história universal.

O capitalismo se nos apresenta em formas diferentes nos diversos períodos da História, porém, a satisfação das necessidades cotidianas baseadas na técnica capitalista só é peculiar no Ocidente; nos países desta região é coisa natural desde a segunda metade do século XIX. O que registramos nos séculos anteriores, numa espécie de antecipação, são simples pródromos; as poucas explorações capitalistas do século XVI não poderiam ser eliminadas da vida econômica sem que sobreviessem transformações catastróficas (Weber, 1968, p. 250).

Como se pode notar, a peculiaridade do capitalismo moderno no ocidente está na satisfação das necessidades cotidianas com base nas técnicas capitalistas de produção. Esta especificidade faz do capitalismo moderno um fenômeno histórico e, por consequência, delimitado no tempo – a partir de meados do século XIX – e no espaço – Europa Ocidental. Na interpretação de Weber, o que ocorre entre os séculos XVI e primeira metade do XIX são prenúncios de um novo tempo (o “tempo moderno”).

Nesse prelúdio, destacam-se seis elementos que se enfeixam a partir do século XIX, conferindo especificidade ao capitalismo moderno:

Geralmente, a condição prévia para a existência do capitalismo moderno é a *contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas que ocupam da satisfação das necessidades cotidianas*. Por seu turno, as condições prévias destas empresas são as seguintes: 1. *Apropriação de todos os bens materiais da produção (a terra, aparelhos, instrumentos, máquinas etc.) como propriedade de livre disposição por parte das empresas lucrativas autônomas*. [...]. 2. *A liberdade mercantil*, isto é, a liberdade de mercado, com referência a toda tradicional limitação do comércio; [...]. 3. *Técnica racional*, isto é, contabilizável

até o máximo, e, portanto, mecanizada, tanto na produção como na troca; [...]. 4. *Direito racional*, isto é, direito calculável; [...]. 5. *Trabalho livre*, isto é, que existam pessoas, não somente no aspecto jurídico, mas no econômico, obrigadas a vender livremente sua atividade num mercado. [...]. 6. *Comercialização da economia*, sob cuja denominação compreendemos o uso geral de títulos de valor para os direitos de participação nas empresas, e, do mesmo modo, para os direitos patrimoniais (Weber, 1968, p. 250-251, itálico do autor).

Destaca-se ainda que a comercialização da vida econômica empresta outro caráter ao capitalismo moderno: a especulação.

Em suma: possibilidade de uma *orientação exclusiva, na satisfação das necessidades, num sentido mercantil e de rentabilidade*. Desde o momento em que a comercialização se agrega às demais notas características do capitalismo, ganha importância um novo elemento não citado até aqui: o da *especulação*. Naturalmente, tal importância só pode se dar a partir do momento em que os bens patrimoniais se representam por meio de *valores transferíveis* (Weber, 1968, p. 251-252, itálico do autor).

Weber atribui o caráter especulativo do capitalismo moderno à mercantilização da propriedade.

Visto em perspectiva, este enfeixamento foi possível pelo surgimento de uma ética racional manifesta em diferentes dimensões da vida. Nas palavras do pensador:

Decisivamente, o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do direito racional. A tudo isto se deve ainda adicionar a *ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional na economia* (Weber, 1968, p. 310, itálico do autor).

Explicar a origem da ética racional é a temática central em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*.

Da ascensão da orientação racional da ação econômica

O ponto central da explicação de Weber (2004, p. 50) toca a emergência de um novo modo de ver, da substituição da ética religiosa cristã pela ética capitalista, da superação dos obstáculos tradicionalistas à disseminação da “absoluta falta de escrúpulos na afirmação do interesse pessoal no ganho pecuniário” e da disseminação do “‘espírito’ capitalista (especificamente moderno) como fenômeno de massa”.

Na visão de Weber, a transição da ação social³ tradicional (ou afetiva) para a ação social racional, que incorpora na gestão econômica⁴ o cálculo capitalista e daí se transpõe para todas as dimensões da vida, dependeu do *arrimo* da ascese do puritanismo protestante. A ascese, afirma o autor,

ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu (com sua parte) para edificar esse poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligado aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem... (Weber, 2004, p. 165).

Como isso foi possível? Por um lado, a ascese cristã teve efeito repressivo sobre o consumo.

3 “A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, se este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros). Os ‘outros’ podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas (‘dinheiro’, por exemplo, significa um bem destinado à troca, que o agente aceita no ato da troca, porque sua ação está orientada pela expectativa de que muitos outros, porém desconhecidos e em número indeterminado, estarão dispostos a aceitá-lo também, por sua parte, num ato de troca futuro)” (WEBER, 2000, p. 14).

4 “Uma ação será denominada ‘economicamente orientada’ na medida em que, segundo seu sentido visado, esteja referida a cuidados de satisfazer o desejo de obter certas utilidades. Denominamos ‘gestão econômica’ o exercício pacífico do poder de disposição que primariamente é economicamente orientado, havendo ‘gestão econômica racional’ quando tem caráter racional com referência a fins e de acordo com um plano” (WEBER, 2000, p. 37).

A ascese protestante intramundana – para resumir o que foi dito até aqui – agiu dessa forma, com toda a veemência, contra o gozo descontraído das posses; estrangulou o *consumo*, especialmente o consumo de luxo. Em compensação, teve o efeito (psicológico) de liberar o *enriquecimento* dos entraves da ética tradicionalista, rompeu as cadeias que cerceavam a ambição do lucro, não só ao considerá-lo, mas também ao encará-lo (no sentido descrito) como diretamente querido por Deus. A luta contra concupiscência da carne e o apego aos bens exteriores *não* era, conforme atesta de forma explícita o grande apologista dos quakers, Barclay, junto com os puritanos, uma luta contra o ganho (racional), mas contra o uso irracional das posses. Este consistia sobretudo na valorização das formas *ostensivas* de luxo, tão aderidas à sensibilidade feudal e agora condenadas como divinização da criatura, em vez do emprego racional e utilitário da riqueza, querido por Deus, para os fins vitais do indivíduo e da coletividade. Às pessoas de posses, ela queria impingir *não a mortificação*, mas o uso de sua propriedade para coisas necessárias e *úteis em termos práticos*. A noção de *comfort* circunscreve de forma característica o âmbito de seus empregos eticamente lícitos, e sem dúvida não é casual que o desenvolvimento do estilo de vida que obedece a essa palavra de ordem tenha encontrado suas manifestações mais precoces e de maior nitidez entre os representantes mais consequentes dessa visão de mundo: os quakers. Aos brilhos e clarões do fausto cavalheiresco, que, assentado em bases econômicas vacilantes, prefere a elegância sórdida à sóbria simplicidade, eles opõem como ideal o conforto asseado e sólido do *home burguês* (Weber, 2004, p. 155-156, grifo do autor).

Por outro, a ascese cristã desobstruiu moralmente a busca pelo lucro.

A ascese lutou do *lado da produção* da riqueza privada contra a improbidade, da mesma forma que contra a avidez puramente *impulsiva* – condenando esta última com os nomes de *covetousness* (cobiça), *mamonismo* etc.: a ambição de riqueza com o fim

último de *ser* rico. Pois, enquanto tal, a posse de fato era uma tentação. Mas aí a ascese era a força “que sempre quer o bem e sempre faz o mal” – ou seja, o mal no sentido que ela tinha em mente: a posse e suas tentações. Pois, a exemplo do Antigo Testamento e em plena analogia com a valorização ética das “boas obras”, ela via, sim, na ambição pela riqueza um *fim*, o cúmulo de culpa, mas na obtenção da riqueza como *fruto* do trabalho em uma profissão, a benção de Deus. Eis, porém, algo ainda mais importante: a valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso, continuado, sistemático, como o meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha que ser, no fim das contas, a alavanca mais poderosa que se pode imaginar da expansão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de “espírito” do capitalismo (Weber, 2004, p. 156-157, grifo do autor).

Weber destaca, portanto, que o comportamento humano orientado pela ascese protestante favoreceu a acumulação de capital, na medida em que, ao reprimir o consumo de luxo, permitir o enriquecimento e condenar o uso não útil da propriedade, estimulou o investimento.

E, confrontando agora aquele estrangulamento do consumo com essa desobstrução da ambição do lucro, o resultado externo é evidente: *acumulação de capital mediante coerção ascética à poupança*. Os obstáculos que agora se colocavam contra empregar em consumo o ganho obtido acabaram por favorecer seu emprego produtivo: o *investimento* de capital (Weber, 2004, p. 157, grifo do autor).

Portanto, na argumentação de Weber, a ascese do puritanismo protestante atua como arrimo entre a ética religiosa e a ética capitalista a partir do momento em que a valorização religiosa do trabalho identificou a riqueza (como fruto do trabalho) com a benção de Deus. Weber percebe nesta transformação não apenas uma modificação na gestão econômica, mas o surgimento de uma nova conduta de vida:

Até onde alcançou a potência da concepção puritana de vida, em todos esses casos, ela beneficiou – e isso, naturalmente, é muito mais importante que o mero favorecimento da acumulação de capital – a tendência à conduta de vida *burguesa* economicamente racional; ela foi seu mais essencial, ou melhor, acima de tudo seu único portador consequente. Ela fez a cama para o “*homo economicus*” moderno (Weber, 2004, p. 157, grifo do autor).

Portanto, uma conduta de vida burguesa economicamente racional fundada na ideia de profissão como vocação.

Um dos elementos componentes do espírito capitalista [moderno], e não só deste, mas da própria cultura moderna: a conduta racional fundada na ideia de profissão como vocação nasceu – como queria demonstrar esta exposição – do espírito capitalista da *ascese cristã* (Weber, 2004, p. 164, grifo do autor).

Isto coloca em mira o significado da racionalidade e a maneira como esta se expressa nas diferentes esferas da vida no contexto do capitalismo moderno. Explora-se agora este ponto a partir do livro *Economia e Sociedade*.

Sobre a racionalidade ocidental

Para entender melhor como o racionalismo estabelece as bases para a conduta humana racional no contexto do capitalismo moderno é preciso distinguir, em primeiro lugar, dois pares de racionalidade: um vinculado à *ação social* e outro relacionado à *gestão econômica*.

No que compete à ação social, Weber opõe duas formas de ação racional: referente a valores e referente a fins (ou instrumental).

A ação racional referente a valores é aquela cuja ação está determinada:

... pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer outro que seja sua interpretação – absoluto e *inerente* a determinado comportamento como tal, independente do resultado... (Weber, 2000, p. 15, grifo do autor).

Já a ação racional referente a fins (ou instrumental), por sua vez, é aquela cuja ação está determinada pelas

... expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condição” ou “meios” para alcançar *fins* próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso... (Weber, 2000, p. 15, grifo do autor).

A ação é racional (e não afetiva ou tradicional) por se tratar de uma “... elaboração consciente dos alvos últimos da ação e pela orientação *consequente* e planejada com referência a estes (alvos últimos)” (Weber, 2000, p. 15, grifo no original).

Deste modo:

Age de maneira *puramente* racional referente a valores quem, **sem considerar as consequências previsíveis**, age a serviço de sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever, a dignidade, a beleza, as diretivas religiosas, a piedade ou a importância de uma “causa” de qualquer natureza. Em todos os casos, a ação racional referente a valores (no sentido de nossa terminologia) é **uma ação segundo “mandamentos” ou de acordo com as “exigências” que o agente crê dirigidos a ele** (Weber, 2000, p. 15, itálico do autor, negrito nosso).

Por sua vez:

Age de maneira racional referente a fins quem orienta sua ação pelos fins, meios e consequências secundárias, **ponderando racionalmente tanto os meios em relação às consequências secundárias**, assim como os diferentes fins possíveis entre si:

isto é, quem não age *nem* de modo afetivo (e particularmente não emocional) *nem* de modo tradicional (Weber, 2000, p. 16, itálico do autor, negrito nosso).

Como se pode observar, enquanto a ação racional orientada a fins pondera as consequências secundárias da ação, a ação racional orientada a valores as desconsidera. Não obstante, Weber destaca que:

A decisão entre fins e consequências concorrentes e incompatíveis, por sua vez, pode ser orientada racionalmente com referência a valores: nesse caso, a ação só é racional com referência a fins no que se refere aos meios (Weber, 2000, p. 16).

Ou ainda:

... o agente sem orientação racional com referência a valores, na forma de “mandamentos” ou “exigências”, pode simplesmente aceitar os fins concorrentes e incompatíveis como necessidades subjetivamente dadas e colocá-los numa escala segundo sua urgência conscientemente ponderada, orientando sua ação por essa escala, de modo que as necessidades possam ser satisfeitas nessa ordem estabelecida (princípio da “utilidade marginal”) (Weber, 2000, p. 16).

Consequente:

A orientação racional referente a valores pode, portanto, estar em relação muito diversa com a orientação racional referente a fins. Do ponto de vista da racionalidade referente a fins, entretanto, a racionalidade referente a valores terá sem um caráter *irracional*, e tanto mais quanto mais eleve o valor pelo qual se orienta a um valor absoluto; pois quanto mais considere o valor próprio da ação (atitude moral pura, beleza, bondade absoluta, cumprimento absoluto dos deveres) tanto menos refletirá as consequências da ação. Mas também a racionalidade absoluta

referente a fins é essencialmente um caso-limite construído (Weber, 2000, p. 16, *itálico do autor*).

Esta distinção entre racionalidade referente a valores e racionalidade referente a fins, por vezes ambígua, pode ser interpretada como um campo de escolhas civilizacional, em que o que a racionalidade referente a fins (“um caso-limite construído”) refletiria num dado tempo a escolha civilizacional adotada. Porém, como lembra Weber (2004, p. “61), este tipo de escolha é raramente implementada de maneira pacífica.

Deste modo, aproximando a discussão, o “tempo moderno” seria aquele tempo em que a construção da ordem social liberal se apresenta como valor supremo ao horizonte de expectativa dos agentes sociais, tornando-se não apenas em finalidade última legítima da ação social, mas, ao mesmo tempo, transformando as demais escolhas históricas em irracionais, independentemente do caráter de suas exigências. No século XIX, a construção prática e simbólica de nações se converteu em meio para a realização do ideal moderno. A instituição de Estados liberais, a implementação da democracia como regime de governo, a construção da cidadania e a liberação da economia de mercado como mecanismo de regulação social expressavam os pilares do *novo tempo do mundo*. Após a Segunda Guerra Mundial, sob as consequências da era das catástrofes,⁵ os valores liberais experimentariam novo fôlego com a utopia do desenvolvimento. Neste contexto, dada a centralidade da economia de mercado para o ordenamento social moderno, faz-se necessário compreender o caráter racional da ação econômica.

No que se refere à dimensão econômica da ação social racional, ou da relação entre socialização para a satisfação das necessidades e o cálculo em dinheiro, Weber distingue duas formas de racionalidade: a formal e a material (ou substantiva).

Para Weber (2000, p. 52), a racionalidade formal corresponde ao “... grau de *cálculo* tecnicamente possível e que ela realmente aplica”. A racionalidade material (ou substantiva), por sua vez, equivale ao:

5 Cf. Hobsbawm (1995).

... grau em que o abastecimento de bens de determinados *grupos* de pessoas (como quer que se definam), mediante uma ação social economicamente orientada, ocorra conforme determinados *postulados valorativos* (*qualquer que seja sua natureza*) que constituem o ponto de referência pelo qual este abastecimento é, foi, ou poderia ser julgado (Weber, 2000, p. 52).

Deste modo, quando a socialização com vistas à satisfação das necessidades dos indivíduos é mediada completamente pelo dinheiro, sendo o acúmulo de dinheiro um fim em si mesmo, a gestão econômica pode ser expressa formalmente em termos numéricos independente da constelação de valores.

A gestão econômica é *formalmente* “racional” na medida em que “previdência”, essencialmente em toda economia racional, pode exprimir e de fato exprime considerações de caráter numérico e calculável (sendo por enquanto sem importância a forma técnica desses cálculos, isto é, se se trata de estimações em dinheiro ou espécie). Este conceito é, portanto, *inequívoco* (ainda que, como logo veremos, apenas em termos relativos), pelo menos no sentido de que a forma em dinheiro representa o máximo dessa calculabilidade *formal* (claro que também aqui: *ceteris paribus!*) (Weber, 2000, p. 52).

O mesmo não ocorre com a racionalidade material (ou substantiva). Neste caso, a satisfação das necessidades dos indivíduos, ainda que possa ser mediada pelo dinheiro, encontra-se subordinada à valores distintos da acumulação de capital.

O conceito de racionalidade *material*, ao contrário, é inteiramente vago. Seus diversos significados só têm uma coisa em comum: que a consideração não se satisfaz com o fato puramente formal e (relativamente) inequívoco de que se *calcula* de maneira racional, com vistas a um fim, e com os meios tecnicamente mais adequados possíveis, senão que estabelece *exigências* éticas, políticas, utilitaristas, hedonistas, estamentais, igualitárias

ou outras quaisquer, e as toma como padrão dos resultados da gestão econômica – por mais racional, isto é, de caráter calculável, que esta seja do ponto de vista formal –, procedendo assim de modo *racional, referente a valores* como racionalidade *material* referente a fins (Weber, 2000, p. 52).

Portanto, se a exigência ética é, por exemplo, a expansão da liberdade, embora apoiada num sistema de cálculo racional, a gestão econômica só pode ser avaliada como boa ou má quando confrontada em relação à realização prática daquele valor. Deste modo, do ponto de vista da racionalidade material (ou substantiva), a crítica pode ser definida em termos dos fins perseguidos, por exemplo:

Destes possíveis padrões valorativos racionais neste sentido, há em princípio um número ilimitado. Entre eles, os socialistas e comunistas, por sua vez, heterogêneos entre si, e sempre em algum grau ético igualitários, foram evidentemente apenas *um* entre muitos grupos possíveis (graduação estamental, empenho para fins de poder político, especialmente de guerra, e quaisquer outros aspectos imagináveis são, neste sentido, igualmente “materiais” (Weber, 2000, p. 52).

Como também a crítica pode ser direcionada aos meios para a consecução de um determinado fim:

Por outro lado, e *independentemente* dessa crítica material do *resultado* da gestão econômica, é também possível uma crítica ética, ascética e estética tanto da *atitude* econômica quanto dos *meios* econômicos, o que também devemos ter em conta. A todas elas a função “meramente formal” do cálculo em dinheiro *pode* parecer uma coisa subalterna ou até adversa a seus postulados (...) (Weber, 2000, p. 52-53) .

Quando se emparelham as diferentes concepções de racionalidade vinculadas a ação social em geral e a gestão econômica

em particular, e se analisam articuladamente, a utopia do desenvolvimento ganha contornos mais nítidos, ao mesmo tempo em que seus impasses ficam mais evidentes. Retorna-se a este ponto ao final da próxima seção. Antes, articula-se os campos problemáticos de modo a salientar a especificidade do capitalismo moderno ocidental para Weber.

A singularidade do capitalismo moderno ocidental

O caráter singular do capitalismo moderno ocidental na história da cultura universal está na maneira como se articulam, através do racionalismo, diferentes elementos da organização da vida.

Para Weber, o capitalismo moderno se define pela busca do lucro constantemente renovado de maneira racional através de empreendimentos, cuja ação econômica se orienta pela expectativa de lucro a partir de trocas vantajosas e pacíficas. A racionalidade da ação se manifesta na deliberação orientada pelo cálculo em termos de capital expresso em unidades de dinheiro passíveis de contabilização. Não obstante, cabe lembrar, “o cálculo exato – a base de tudo – só é possível em bases de trabalho livre”, observa Weber (2002, p. xxxvi).

Deste modo, a estruturação e generalização de um modo de vida ordenado a partir da racionalidade instrumental tem origem na organização capitalista racional do trabalho formalmente livre, sem o qual o alinhamento racional da indústria com o objetivo de suprir um mercado regular de maneira lucrativa não poderia ter tomado lugar no seio da sociedade. Weber destaca outros dois importantes fatores para a organização dos empreendimentos capitalistas modernos: a separação do negócio da unidade doméstica e contabilidade racional. Consequentemente, Weber argumenta ainda que a burguesia, o proletariado e a cidadania são fenômenos sociais do Ocidente.

A especialidade do Ocidente estaria, portanto, na generalização da racionalidade instrumental para as diferentes esferas da vida social. Deste ponto de vista, a problemática central da história da civilização ocidental está, segundo o autor, nas origens dessa burguesia capitalista e de sua organização racional do trabalho livre. Como isto foi possível?

Para ele, a resposta está, por um lado, no encontro não planejado, porém conveniente, do racionalismo científico com a iniciativa capitalista, i.e., o emprego prático do conhecimento científico para fins econômicos. Por outro lado, a aplicação técnica do conhecimento científico para a melhoria das condições de vida da população como negócio dependeu ainda das particularidades da estrutura social do Ocidente, isto é, da estrutura racional das leis e da administração. Segundo Weber (2002, p. xxxviii), “o capitalismo racional moderno tem necessidade não apenas dos meios técnicos de produção, mas de um sistema jurídico calculável e de administração em termos de regras formais.”

Portanto,

... é uma questão do racionalismo específico e peculiar da cultura ocidental. (...) Há, por exemplo, racionalização da contemplação mística, que é de uma atitude que, vista de outros departamentos da vida, é especificamente irracional, assim como há racionalizações da vida econômica, da técnica, da pesquisa científica, da formação militar, do direito e da administração. Além disso, cada um desses campos pode ser racionalizado em termos de valores e fins finais muito diferentes, e o que é racional do ponto de vista pode muito bem ser irracional de outro. Assim, as racionalizações dos mais variados personagens existiram em vários departamentos da vida e em todas as áreas da cultura (Weber, 2002, p. xxxviii–xxxix).

E conclui:

Embora o desenvolvimento do racionalismo econômico dependa parcialmente da técnica e do direito racionais, ele é, ao mesmo tempo, *determinado pela capacidade e pela disposição dos homens adotarem certos tipos de conduta racional prática*. Quando esses tipos são obstruídos por obstáculos espirituais, o desenvolvimento de condutas econômicas racionais também tem encontrado séria resistência interna. As forças mágicas e religiosas, e as ideias éticas de dever baseadas sobre elas, sempre estiveram

entre as mais importantes influências formativas sobre a conduta (Weber, 2002, p. xxxix, *itálico nosso*).

Como se pode notar, para Weber, a consolidação do capitalismo moderno envolveu uma transformação global da sociedade em direção à adoção de uma conduta racional. Deste ponto de vista, a ascensão e o desenvolvimento do “tempo moderno” podem ser compreendidos como um processo de desenvolvimento cultural de liberação e generalização do *ethos* econômico burguês e das transformações institucionais que engendram a racionalidade no centro da vida. Embora na Europa Ocidental sua institucionalização dependesse da ascese do puritanismo cristão, “o capitalismo vitorioso, em todo o caso, desde quando se apoia em bases mecânicas, não precisa mais desse arrimo”, lembra Weber (2004, p. 165). E conclui: “Também a rósea galhardia de sua risonha herdeira, a Ilustração, parece definitivamente fadada a empalidecer, e a ideia do ‘dever profissional’ ronda nossa vida como um fantasma das crenças religiosas de outrora” (Weber, 2004, p. 165).

Essa concepção de Weber, ao singularizar a civilização ocidental em relação às demais civilizações da história universal, converteu-se para grande parte do pensamento social do século XX em critério positivo e normativo para avaliar em que medidas diferentes sociedades através do mundo se integravam ao “tempo moderno” como um “tempo vivido nas dimensões do mundo”. É neste sentido que se compreende a expressão Brasil contemporâneo: como o esforço deliberado de mudança social, cuja origem está na tensão induzida pela percepção de uma conjuntura histórica em que os processos de acumulação mundial capitalista e de formação de sistema interestatal moderno se afirmam por meio da construção prática e simbólica da nação a partir do século XIX. O esforço liberal frustrado com as primeira e segunda guerras mundiais é renovado como fenômeno histórico mundial sob a hegemonia estadunidense através da utopia do desenvolvimento.

Quando se deixam de lado as definições formais de desenvolvimento econômico, restritas ao campo das ciências econômicas, e se tomam emprestadas visões globalizantes a respeito da modernidade,

como propôs Weber, novos juízos a respeito da formação do Brasil contemporâneo são alcançados. Primeiro porque admitem não só balizar o escopo do debate brasileiro sobre o desenvolvimento como também demarcar seu alcance. Em segundo lugar, porque permitem qualificar o conceito de subdesenvolvimento. E, terceiro, permitem revelar a ideia de superação do subdesenvolvimento como utopia.

Quando se recupera a visão de desenvolvimento presente em Weber e se emparelham as diferentes concepções de racionalidade vinculadas a ação social em geral e a gestão econômica em particular, verifica-se que Roberto Campos e Celso Furtado parecem compartilhar da concepção weberiana a respeito da especificidade do capitalismo moderno, compreendendo desenvolvimento como o processo de introdução de critérios racionais (a racionalidade instrumental) na organização da vida social. Não obstante, Campos acredita que a superação do subdesenvolvimento depende da transformação íntima do *ethos* brasileiro, ainda pré-capitalista. Ao passo que, para Furtado, carece a sociedade brasileira expandir o racionalismo para as estruturas de dominação e vê na institucionalização de um estado burocrático racional a possibilidade de ruptura de vínculos de dominação pessoal que, submetem o processo de acumulação de capital à reprodução de interesses coloniais renovados em uma elite agrário-exportadora.

Roberto Campos

Por mais de uma década, em minha maturidade, desde os meados da década de 1960 até a década perdida de 80, o sonho do “Brasil grande potência no ano 2000” parecia alcançável e quase visível para além das colinas. Hoje, parece que se distância mais na linha infinda do horizonte.

Roberto Campos (1994)

Campos problematiza o subdesenvolvimento brasileiro a partir da transição de sociedades tradicionais para sociedades modernas à luz da relação entre cultura e desenvolvimento,

atentando às condições de adaptabilidade das formas de produção capitalista a contextos sociais tradicionais. Noutras palavras, ele pensa a transição ao capitalismo a partir dos obstáculos à sedimentação da racionalidade instrumental como elemento ordenador do tecido social. Daí sua aproximação entre cultura e desenvolvimento capitalista se apresentar como problema da valoração, que origina obstáculos à abertura da sociedade ao desenvolvimento pleno do capitalismo, e como problema da eficácia, que diz respeito às condições para o florescimento do *ethos* capitalista. Assim, Campos delimita o problema da transição ao capitalismo no Brasil nos seguintes termos:

Na confrontação da atitude cultural brasileira face às exigências do desenvolvimento, o problema da eficácia é mais sério que o da compatibilidade. É indiscutível que o nosso sistema de valoração ética, religiosa e social, calcado no figurino da Europa Ocidental, nada tem de incompatível com as exigências do desenvolvimento. A sociedade cultiva a aquisitividade. A sociedade tem uma razoável propensão ao lazer, mas sua capacidade de esforço em resposta ao estímulo econômico é considerável. À parte, bolsões de subdesenvolvimento, onde o curto horizonte de consumo provoca inelasticidade do esforço, a nossa curva de oferta de trabalho, ante a perspectiva de renda maior, é bem comportada e ortodoxa.

As dificuldades que surgem estão do lado da poupança ou da acumulação. As raças mediterrâneas em geral parecem ter um vezo hedonístico a que não escapamos. De outro lado, registramos uma grande capacidade de imitar formas de consumo sem igual capacidade de copiar hábitos de produção. É bem provável, conquanto não demonstrável, que o nosso investidor seja algo mais hedonista que os calvinistas e puritanos. Existe maior dificuldade em superar o tríplice obstáculo à realização do ato do investimento que, segundo Rostov, exige a superação do desejo de segurança, comparativamente ao risco; do desejo de estabilidade nos métodos, comparativamente à mudança (Campos, 1964, p. 112).

Com base nestes argumentos, Campos (1964, p. 112) concluiu que “a circunstância cultural brasileira é ineficiente como clima de desenvolvimento”.

Conquanto Campos (1994, p. 1269) rejeite a hipótese do “determinismo” cultural, se se confronta este argumento com a explicação de Weber, pode-se sugerir que a raiz do subdesenvolvimento brasileiro estaria na ausência de um arrimo – semelhante ao que a ascense do puritanismo cristão cumpriu para a Europa – que reprimisse o consumo conspícuo e estimulasse o emprego útil do capital. Como ele destaca: “somos uma fusão de três culturas: a cultura ibérica, que é a cultura do privilégio antes da concorrência; a cultura negra, com um forte coeficiente de magia; e cultura indígena que preza a indolência” (Campos, 1994, p. 1.268). Culturas que, na visão do autor, inibem a ascensão da orientação racional da ação econômica e cujo reflexo se nota tanto nas formas de produção como na ordenação do poder estatal.

Do ponto de vista econômico, a orientação não racional da ação resulta em debilidade tecnológica:

A nossa apreciação do beletismo e do bacharelismo e a nossa relativa alergia à experimentação técnica são, em grande parte, resultado da desnutrição tecnológica que herdamos da península. E o pior é que essa desnutrição não afeta apenas a experimentação tecnológica: traduz-se também em dose insuficiente de racionalidade para o domínio da ciência pura. Na grave opção cultural entre a eficiência e a estética, quase sempre valorizamos a última (Campos, 1964, p. 113).

De certo modo, Roberto Campos não via no Brasil a possibilidade do conveniente encontro entre racionalismo científico e iniciativa capitalista, pilar do capitalismo moderno, conforme apontado por Weber.

Do ponto de vista político, o caráter cartorial e paternalista do Estado, que se traduz em ausência de audácia social. Nas palavras do próprio autor:

Essa característica não é tão grave que crie estratificação do “status” social, mas também não é suficientemente útil para criar disciplina no corpo político. Como sói acontecer, a vocação parasitária de vários dos nossos grupos sociais é ao mesmo tempo um fator de subdesenvolvimento e uma decorrência dele. Reflete a falta de oportunidade econômica e a incapacidade de criá-la, o que encontra, por sua vez, explicação em nossa baixa capacidade tecnológica e no reduzido poder de abstinência (Campos, 1964, p. 113).

Além da debilidade tecnológica e de um Estado paternalista, destacam-se outros fatores não muito claramente manifestos na cultura brasileira, mas que provocam certo impedimento. Por exemplo, o meio físico. Campos (1964, p. 113) argumenta que este “[...] não é suficientemente generoso para dispensar o esforço nem suficientemente ríspido para enunciar um desafio”. Com relação à nossa constelação de valores, Campos (1964, p. 113) compreende que, embora estejamos vinculados ao capitalismo ocidental, “[...] deste herdamos apenas o aventureirismo mercantil, marginal, em que fixou Portugal, de preferência ao tecnicismo industrial”. Esse viés ibérico influencia a forma de pensar do brasileiro, pois “na ciência e na literatura herdamos o hábito de exibir fórmulas antes aceitas, sem repensá-las”.

Grosso modo, na razão de Campos, construir o Brasil contemporâneo consistia em promover uma reforma institucional que criasse as condições culturais adequadas à sedimentação de uma sociedade organizada a partir da razão instrumental. Deste ponto de vista, Campos era um otimista, como se pode notar na epígrafe. Ele argumentava que “nada há, entretanto, de irrevogável determinado em nossa circunstância cultural; nada há de irremediavelmente omisso em nosso repertório, que condene a cultura brasileira como ineficaz ante o tempo do desenvolvimento”. E conclui: “é necessária apenas a formulação do nosso projeto de desenvolvimento e o exercício das opções adequadas” (Campos, 1964, p. 114).

Com isso, Campos (1964, p. 114) desloca a discussão para o campo das escolhas civilizacionais: “a opção fundamental a exercer é a opção pelo desenvolvimento”. Ele queria que a sociedade brasileira

se abrisse ao capitalismo, que, em sua visão, era uma opção cultural mais assertiva. Por isso,

exige, como bem acentuou recente relatório de peritos das Nações Unidas, uma tomada de consciência de que [...] “não pode haver rápido progresso econômico sem que os líderes do país – em todos os seus níveis, políticos, professores, engenheiros, empresários, líderes trabalhadores, padres, jornalistas – desejem o progresso econômico do país, e estejam dispostos a pagar o seu preço, que é **a criação de uma sociedade da qual tenham sido eliminados privilégios econômicos, políticos e sociais**” (Campos, 1964, p. 114, negrito nosso).

Deste ponto de vista, a opção pelo desenvolvimento capitalista exigia, portanto, “[...] a revisão do nosso esquema de valoração cultural: a formação acadêmico-estética deve ceder prioridade à formação tecnológica; o beletismo, à pesquisa empírica” (Campos, 1964, p. 114). Com seu cinismo usual, Campos (1964, p. 114) afirma que a dificuldade dos países subdesenvolvidos que enfrentam o problema da transição “[...] é querermos cavalgar ao mesmo tempo dois cavalos que marcham em direções opostas. Queremos um máximo de lucro e um mínimo de risco”.

Visto em perspectiva, a crítica de Campos à sociedade brasileira parece se direcionar ao povo brasileiro em geral (cf. Silva, 2020) e à elite empresarial em particular (cf. Perez, 1999). Esta última deveria abandonar o viés mercantilista de suas iniciativas e aceitar os riscos associados ao máximo lucro perseguido em bases modernas. A população em geral, por sua vez, deveria abandonar o comportamento hedonista, de modo a elevar a taxa de poupança e criar um contexto favorável ao investimento capitalista. Independentemente desta polêmica e abandonada a hipótese do determinismo cultural, as opções realizadas pela sociedade brasileira ao longo do século XX criaram, na interpretação de Campos (1994, p. 1257), uma “doença cultural” que padece dos “cinco *ismos*”: populismo; estruturalismo; protecionismo; estatismo e nacionalismo. O que o levou a crer que “capitalismo nunca existiu no Brasil” e que “o Brasil não sofre de excesso de capitalismo e, sim, falta dele”.

O grande desafio se constituía em expandir o papel da economia de mercado na regulação social. Para tanto, na ausência de um arrimo cultural e preocupado com a arte de governar, o “autoritarismo de transição” poderia cumprir esse papel através de uma “descompressão controlada” (cf. Campos, 1975). Campos acreditava na capacidade do Estado, formado por um corpo técnico de especialistas sob a liderança militar de um executivo, de introduzir a razão de mercado (cf. Perez, 1999).

Celso Furtado

*... não ignoramos que o tempo histórico se acelera,
e que a contagem desse tempo faz contra nós.
Trata-se de saber se temos um futuro como nação
que conta na construção do devenir humano.
Ou se prevalecerão as forças que se empenham
em interromper o nosso processo histórico de
formação de um Estado-nação.*

Celso Furtado (1992a)

Celso Furtado (1980, p. 4), talvez o principal crítico de Roberto Campos, também compartilhava da visão weberiana de desenvolvimento quando caracterizava as sociedades modernas pela “ampliação do espaço social submetido à racionalidade instrumental”. Não obstante, ao invés de problematizar a transição para a modernidade sob o prisma da adequacidade cultural brasileira à racionalidade instrumental, priorizando os determinantes individuais deste processo, como o fez Campos, Furtado priorizou os determinantes histórico-estruturais desta adequacidade, atento às condições de transformação das estruturas tradicionais de poder e dos mecanismos de dependência. Assim, diferentemente de Campos, que explicou o subdesenvolvimento a partir dos desvios ético-morais do brasileiro, Furtado deu ênfase aos diferentes padrões de modernização (vias de acesso à civilização industrial e sua relação com a modernização dos estilos de vida) resultantes da difusão do progresso técnico no contexto de expansão da civilização industrial.

Furtado (1978) compreendia a civilização industrial como uma força progressiva que poderia libertar o povo brasileiro da opressão das estruturas tradicionais de dominação herdadas do período colonial, fortemente presente na primeira metade do século XX e que se expressavam economicamente na profunda concentração de renda e nas desigualdades socioespaciais. A ampliação da racionalidade instrumental no ordenamento social brasileiro implicaria numa alteração do quadro da reprodução global da sociedade, na medida em que a introdução do assalariamento e do progresso técnico permitiria liberar indivíduos das formas compulsórias de trabalho, ao mesmo tempo em que, ao expandir os espaços da acumulação capitalista, permitiria internalizar os centros decisórios da dinâmica da acumulação. Para tanto:

O capitalista, que antes tratava com senhores de terras, com corporações detentoras de privilégios e entidades similares, passa a lidar com “elementos da produção”, passíveis de serem visualizados abstratamente, comparados, reduzidos a um denominador comum, submetidos ao cálculo. A partir desse momento, a “esfera das atividades econômicas” poderá ser concebida isoladamente das demais atividades sociais. A concepção do econômico como uma esfera autônoma reflete a visão que tem o capitalista da realidade social, a qual se contrapõe à visão hierárquica tradicional, voltada para a perpetuação de certos privilégios (Furtado, 1980, p. 4-5).

Embora compartilhasse dessa particularidade do capitalismo moderno Ocidental, ao se desprender do individualismo metodológico weberiano e buscar uma visão global apoiada no estruturalismo latino-americano, Furtado identificou variações no processo de modernização que exprimem diferentes tensões sociais criadas em torno da difusão das formas capitalista de produção:

[...] a absorção do progresso técnico em uma sociedade competitiva implica forte acumulação, e esta, *per se*, engendra pressões sociais no sentido de redução das desigualdades. Assim, a ação

conjugada da inovação técnica e da acumulação conciliam a reprodução dos privilégios com a permanência das forças sociais que os contestam (Furtado, 1980, p. 11).

Como crítico reformista da sociedade capitalista, Furtado via na maneira como o progresso técnico se difundia a constituição de novos privilégios. “O particular dinamismo da sociedade capitalista tem sua causa primária no fato de que a reprodução da estrutura de privilégios que lhe é inerente apoia-se na inovação técnica”, lembra o autor (Furtado, 1980, p. 11). Deste ponto de vista, “aqueles que pretenderam descobrir na lógica do capitalismo uma tendência inexorável ao estado estacionário ou à agravação dos antagonismos sociais – portanto uma tendência a autodestruir-se – subestimaram as potencialidades da tecnologia como instrumento de poder” (Furtado, 1980, p. 10).

A partir desse entendimento da tecnologia como instrumento de poder, Furtado delineou sua visão sobre o fenômeno do desenvolvimento econômico. Para ele, a ideia de desenvolvimento comporta três dimensões: “a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (Furtado, 1980, p. 16). Posto nestes termos, as duas primeiras dimensões se aproximam da maneira como Roberto Campos compreendia tal fenômeno. Furtado, no entanto, inspirado pelas críticas de F. List ao livre-cambismo, deu maior ênfase à terceira dimensão, pois, para ele, “[...] a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica” (Furtado, 1980, p. 16).

Por este caminho, para Furtado o processo estruturante do “tempo moderno” está na *orientação* dada pela sociedade ao progresso técnico. “A subordinação da inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade fortemente igualitária e de elevado potencial de acumulação constitui a causa de alguns dos aspectos paradoxais da civilização contemporânea” (Furtado, 1980,

p. 18). Mais que isso, “foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulado, do *subdesenvolvimento*. E nesse contexto emergiu uma nova temática do desenvolvimento”. (Furtado, 1980, p. 18).

Visto desta perspectiva, Furtado problematiza o desenvolvimento à luz da racionalidade substantiva de que falava Werber.

Explica-se, assim, que nos países capitalistas industrializados os problemas sociais criados por conflitos em torno da distribuição da renda – problemas de racionalidade substantiva, na terminologia de Max Weber – tenham sua solução facilitada pelo próprio avanço da técnica, vale dizer, pela difusão de critérios de racionalidade instrumental. A tecnologia desata os nós engendrados pelos antagonismos de classe. De forma diversa, nas estruturas subdesenvolvidas, a maneira como penetra a técnica moderna cria problemas de amplas projeções no plano social. A solução desses problemas terá de ser de natureza política, envolvendo tomada de posição com respeito a juízos de valor. Daí que a industrialização retardada se produza em um quadro de grande instabilidade institucional (Furtado, 2014. *n.p.*).

Dessa forma, em Furtado, a transição ao capitalismo ganha contorno em torno da problemática do subdesenvolvimento sem se deixar levar pela instrumentalidade da razão alheia a dimensões valorativas. A rigor,

o subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida atraso na adoção de métodos produtivos mais eficazes. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor, que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas, existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos

de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização (Furtado, 1992b, p. 8).

Consequentemente, em termos descritivos,

cabe, portanto, considerá-los como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais profundas seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia. Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial (Furtado, 1980, p. 23).

Se se revisita *Formação Econômica do Brasil* à luz dessa discussão, o ponto central da transição ao Brasil contemporâneo é a passagem do regime de trabalho escravo ao trabalho assalariado operado pela economia cafeeira. Em face da Revolução Industrial que se processava na Europa e do novo papel colocado às periferias como ofertantes de matérias-primas, a expansão da economia cafeeira se viu limitada pela falta de braços, devido ao definhamento do regime escravista após o fim do tráfico em 1850. A introdução do regime de trabalho assalariado através da imigração liberou parcialmente a economia cafeeira dos obstáculos que a limitavam, expandindo a economia monetária para o sistema econômico nacional em formação. Nesta digressão, o obstáculo ao *progresso* não estava na ausência de ascese cristã do brasileiro, mas no sistema tradicional de poder que, apesar de integrado à acumulação mundial, se apoiava no grande latifúndio e na *roça*, na medida em que a alta concentração de terra prendia os indivíduos à terra por meio de um regime de trabalho que não era mais escravista, mas ainda também não era totalmente operado pela lei do valor (Furtado, 2003 [1959]).

Em meados do século XX, a industrialização planejada se apresentava como opção futura à superação da industrialização dependente, subproduto da dominação externa, a qual incorporava apenas o padrão de consumo moderno sem se apropriar da dinâmica inovativa, fundamento da dinâmica competitiva do sistema capitalista mundial.

A utopia do desenvolvimento

Confrontando Celso Furtado com Roberto Campos, pode-se dizer que as respectivas visões sobre o processo de desenvolvimento refletiam as diferentes vias de modernização capitalista em disputa no século XX.

A estratégia de construção nacional com base em um capitalismo socialmente regulado levado a cabo pelo nacional-desenvolvimentismo (1930-1945) foi possível na medida em que convergiam os interesses estadunidenses e brasileiros com respeito à autodeterminação nacional, em um contexto em que o fundamento liberal da ordem social ocidental encontrava um rival ideológico, a União Soviética. Entretanto, no interlúdio democrático da vida política brasileira (1945-1964), com o aprofundamento da hegemonia estadunidense e o esgotamento do modelo de substituição de importações, ficou evidente a disputa entre dois projetos para construção do Brasil: um de cunho (neo)liberal, no qual o mecanismo de regulação social deveria ser delegado à economia de mercado; outro, desenvolvimentista, o qual não negava o papel de regulador social da economia de mercado, porém procurava delimitar a partir do Estado um campo de ação redistributivo compensatório das desigualdades inerentes à mercantilização da vida na periferia do sistema mundial.

As oposições conceituais Estado e mercado, desenvolvimento e subdesenvolvimento, autonomia e dependência, que marcaram o debate na segunda metade do século XX, carregavam em si a tensão entre o “encobrimento do outro”⁶ e o “desencobrimento de si”.

6 Para Enrique Dussel (1994), a visão eurocêntrica da história mundial desconsidera o “desencobrimento” das Américas como determinante constitutivo da modernidade. Ignorá-lo encobre a *alteridade* essencial da modernidade, isto é, encobre tudo aquilo que diz respeito à condição

Entre uma visão eurocêntrica da modernidade, que justificava irracionalmente a violência, e a formação de uma consciência moderna desde a periferia denunciadora das consequências do colonialismo. Esta última não chegou a se organizar como uma contra-história. Limitou-se a denunciar os mecanismos desiguais do capitalismo mundial, reivindicando o direito de participação nos benefícios materiais e espirituais do processo mundial de modernização capitalista.

Nos bastidores dessa polêmica reside o que considero ser fundamental para um esforço de revisão do debate sobre o desenvolvimento: o dilema da agenda geocultural do sistema-mundo moderno. Como bem observou Wallerstein,

a mobilização daquilo que veio a se chamar de movimentos nacionais de libertação na Ásia, África e América Latina significou que a ideologia liberal tinha que se tornar global em sua aplicação e que era preciso dar um conteúdo global a suas concessões. O liberalismo global adotou a forma de autodeterminação das nações (descolonização) e o projeto do desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas (uma versão do estado de bem-estar global). (...) Em suma, o objetivo liberal de, de alguma maneira, conseguir alguma ordem política através de concessões restritas que não sacrificassem a prioridade básica da acumulação permanente de capital parece ter sido realizado (Wallerstein, 2003, p. 41-42).

Visto em retrospectiva, o debate brasileiro sobre o desenvolvimento pode ser interpretado como negociações das restritas concessões. Na voz dos principais personagens desse debate, a luta

do outro. Para Dussel (1994, p. 21-22), “O ‘ego’ ou a imatura e periférica ‘subjetividade’ europeia do mundo muçulmano se desenvolverá até chegar, com Hernán Cortés, na conquista do México (o primeiro ‘espaço’ onde o referido ‘ego’ realizará um desenvolvimento prototípico), a ser constituído como ‘Senhor do mundo’, como ‘vontade de poder’”. Como observou Quijano e Wallerstein (1992, p. 449), “as Américas não foram incorporadas dentro de uma já existente economia-mundo capitalista. Não teria existido uma economia-mundo capitalista sem as Américas”. Portanto, se se incorporar o “descobrimento” como elemento constitutivo da modernidade, “uma nova definição, uma nova visão mundial da Modernidade, que revelará não apenas seu ‘conceito’ emancipador (que deve ser subsumido), mas também a vítima e o ‘mito’ destrutivo de um europeísmo que se baseia em uma ‘falácia eurocêntrica’ e ‘desenvolvimentista’”.

se expressou nos distintos caminhos para a construção de uma *sociedade aberta*. Para Campos, “a implementação de um modelo de desenvolvimento democrático exige lutarmos contra os inimigos da sociedade aberta que, em todas as épocas e todos os países, acenam com soluções simples e falsas” (Campos, 1975, p. 257). Para Furtado, “o problema fundamental que se apresenta é, portanto, desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta” (Furtado, 1962, p. 26) Tanto Roberto Campos como Celso Furtado vislumbra-ram um certo ideal de *sociedade aberta*.⁷ Na luta contra os inimigos da sociedade aberta, Campos concedeu ao “autoritarismo de transição” ao passo que Furtado permaneceu fiel ao princípio democrático.

Modernização capitalista autoritária versus democrática, seria esta nossa única escolha?

Impensar o desenvolvimento

A construção de um Brasil mais democrático e igualitário requer ir além do entendimento do subdesenvolvimento como contraface do processo de modernização. Não basta reconhecer o subdesenvolvimento e permanecer desejoso da modernidade europeia. É preciso avançar em direção a uma contra-história

⁷ Vale lembrar aqui o conceito *sociedade aberta* tal como definido por Karl Popper (1974). Para Popper sociedade aberta caracteriza-se por rejeitar “... a autoridade absoluta do que é meramente estabelecido e meramente tradicional, ao mesmo tempo que tenta preservar, desenvolver e estabelecer tradições, velhas ou novas, que se meçam por seus padrões de liberdade, de humanidade e de crítica racional” (POPPER, 1974, p. 9). No conceito de Popper há uma distinção racionalista. “A sociedade fechada se acha caracterizada pela crença nos tabus mágicos, enquanto a sociedade aberta é aquela em que os homens aprenderam, até certa extensão, a serem críticos com relação a esses tabus, baseando suas decisões na autoridade de sua própria inteligência (depois da devida análise)” (POPPER, 1974, p. 219-220). Popper ainda lembra que “a atitude mágica não desapareceu de modo algum de nossas vidas, nem mesmo nas sociedades mais ‘abertas’ que a civilização alcançou, e parece-me improvável que chegue a desaparecer de todo algum dia. Creio, não obstante, ser possível dar algum critério útil para a transição da sociedade fechada à aberta. Essa transição se verifica quando se reconhece conscientemente, pela primeira vez, que as instituições sociais são feitas pelo homem e quando se discute sua modificação voluntária em função da maior ou menor conveniência para a consecução dos objetivos ou finalidades humanas. Ou, para falar em forma menos abstrata, a sociedade fechada cai quando o temor sobrenatural que a ordem social inspira cede lugar a uma interferência ativa e a busca consciente de interesses pessoais ou coletivos” (POPPER, 1974, p. 321-322).

da formação do Brasil contemporâneo com base em experiências de solidariedade e de formas de integração recíprocas.⁸ Para tanto, no âmbito do debate sobre o desenvolvimento brasileiro, esse esforço requer determinar os limites da concepção de modernidade em Weber, incluindo o outro lado do processo civilizador, tal como propuseram Marx (2013; 2007), Luxemburg (1984), Polanyi (2012a; 2012b), Braudel (1992), Wallerstein (1974; 2000) e Dussel (1998). No âmbito da historiografia econômica, essa tarefa requer compreender a dialética entre as formas de sociabilidade herdadas do período colonial e o processo de modernização conservadora empreendido ao longo do século XX.⁹

Nessa direção, a polêmica entre Braudel e Weber sobre a modernidade oferece uma chave para *impensar* o desenvolvimento. Braudel, por exemplo, repele a visão weberiana quando se interroga em *o Jogo das Trocas*:

Será que o que mais incomoda, neste caso, e nos “distancia”, é a nossa própria experiência vivida? Nada mais natural do que, em 1904, Max Weber, em 1912, Werner Sombart terem a sensação de estarem na Europa, no centro necessário do mundo da ciência, da razão, da lógica. Mas nós perdemos tal certeza, tal complexo de superioridade. Por que uma civilização haveria de ser *in aeternum* mais inteligente, mais racional que outra? (Braudel, 2009, p. 517).

Neste questionamento, fica explícita a tensão entre o universal e o particular. Entre o “tempo do mundo” e o “tempo vivido na dimensão do mundo”. Conforme sugere a imagem de Paulo Arantes (2014):

Quando a ideia de nação como artefato a ser construído se apresentou a uma coalização de leitores-proprietários na periferia americana do sistema mundial em transição, e se apresentou como uma exigência da razão política, pode-se dizer (...)

8 Ver, por exemplo, Antonio Candido (1997).

9 As hipóteses para tal empresa se encontram preliminarmente elaboradas em Santos (2019).

que se tratava de um “conceito de pura expectativa”. (...) Ocorre que esse filtro não ficou por aí. Se pensarmos no debate de fundo que percorre toda a tradição crítica que problematizou a possibilidade moral de todos aqueles territórios até então meramente econômico-administrativos – a saber, o nervo mesmo da Passagem para o Novo Mundo, a conversão de uma Colônia numa Nação –, não será difícil perceber que toda uma constelação de conceitos nacionais de movimento (de sistema literário a subdesenvolvimento), (...), se encarregou de expor, de um lado, a separação consciente entre a experiência havida e a expectativa no horizonte e, de outro, a superação dessa separação como tarefa intelectual e política... (Arantes, 2014, p. 35).

Desde ângulo privilegiado, da tensão entre universal e particular que a tarefa intelectual e política da construção da nação enlaça, Roberto Campos parece ter comprado a argumentação weberiana em *A Ética Protestante*, a qual cai, segundo Steiner (1989, p. 158) “... numa visão da história em que o ascetismo secular contido no puritanismo serve ao desenvolvimento do capitalismo moderno racional que, ao final de contas, se desembaraça dessa ‘muleta’”. Contudo, Steiner observar ainda que essa visão “... se aproxima do grande tema do desencanto do mundo (perda de sentido e perda de liberdade para o indivíduo moderno), cai então num certo igualitarismo de condições, apenas porque ninguém doravante consegue escapar à ‘gaiola de aço’ da preocupação com os bens materiais”.

Celso Furtado, por sua vez, não considerava o “desvio moral” como obstáculo à liberação do capitalismo, ao contrário, o “não puritanismo” deveria ser a base para a construção da identidade nacional brasileira. Contudo, Furtado viu na institucionalização da burocratização racional a possibilidade de abertura das estruturas de dominação tradicional, as quais encapsulam o processo de modernização (i.e. industrialização) do Brasil, criando uma dinâmica das estruturas na qual grande parte da população é excluída do processo de apropriação dos ganhos de produtividade na medida em que a acumulação capitalista introduzia as fontes de crescimento no longo prazo. Deste ponto de vista, Furtado se aproxima

mais de Tocqueville (2005 [1835]), para quem “a história do mercado seria então uma faceta da ascensão do homem democrático, comerciante e racional, diante da alternativa entre liberdade e servidão...”, observa Steiner (1989, p. 158).

Portanto, no centro da polêmica entre Campos e Furtado se embaralham dois campos da reflexão weberiana: das condições ao surgimento do capitalismo moderno e da ascensão da orientação racional da ação econômica. O estudo da historicidade da economia de mercado permite vincular ambos os campos em direção à construção de uma contra-história da formação do Brasil contemporâneo.

A perspectiva dos sistemas-mundo ensina que a história do mercado não é unívoca (cf. Braudel, Wallerstein e Arrighi). Não apenas as sociedades em seu âmago estão sujeitas às desigualdades ou à reprodução de suas elites. Este é um fenômeno que, desde o longo século XVI, se projetou para o mundo. Embora a busca por uma visão global tenha feito Furtado perceber com clareza que o tempo brasileiro na época moderna criou um padrão de acumulação excludente alimentador das estruturas desiguais do capitalismo mundial, tanto o republicanismo de Furtado quanto a razão de mercado de Roberto Campos como modos opostos de governo, apoiaram-se ambos na utopia moderna da autoridade do indivíduo. A meu ver, isso expressa o dilema da agenda geocultural do sistema-mundo moderno.

Como lembra Wallerstein, a civilização capitalista foi construída em torno da centralidade do indivíduo, considerando-o sujeito da História. Não obstante, o individualismo apresenta um dilema:

Por um lado, ao colocar a ênfase na iniciativa individual, a civilização capitalista atrelou o interesse pessoal ao florescimento e à manutenção do sistema. O mito prometeico encorajou, premiou e legitimou o esforço de indivíduos – não só dos empreendedores, mas também das classes trabalhadoras – para maximizar a eficiência e libertar o poder da imaginação humana. O mito prometeico fez ainda mais, pelo que raramente tem ganho o devido crédito. Ele também é responsável pela invenção do conceito de organização política formal de indivíduos, incluindo, paradoxalmente, a criação e expansão dos próprios movimentos antissistêmicos.

Assim, mesmo a consciência social anti-individualista foi atribuída à soma de energias individuais e à fé individual na eficácia de uma tal ação social. Como vimos, o resultado foi uma esperança socialmente construída, que por sua vez serviu como elemento-chave na preservação do sistema-mundo. Contudo, o individualismo apresenta outra face, motivo pelo qual existe o dilema da agenda geocultural. Pois o individualismo estimula uma virulenta corrida de todos contra todos, pois não a legitima somente para a pequena elite, mas para a espécie humana como um todo. Além disso, a disputa é logicamente ilimitada. Grande parte do discurso da filosofia e das ciências sociais dos tempos modernos está centrada nos perigos – coletivos e individuais – dessa liberação desatada de egoísmo (Wallerstein, 2001, p. 131-132).

Para avançar criticamente em relação ao liberalismo centrista, faz-se necessário vincular o dilema fundamental da geocultura liberal ao que se entende ser a singularidade da capitalismo moderno em Weber para desnudar que talvez jamais tenhamos sido modernos, conforme argumentou Bruno Latour (2013), ou que vivemos no “tempo moderno” um tradicionalismo que não se costuma admitir, mas que, desde os bastidores, opera a violência perene sob a qual se apoia a acumulação capitalista.

Considerações finais

Retomando agora a pergunta inicial sobre até que ponto o debate do desenvolvimento é capaz de encaminhar alternativas políticas ao impasse da geocultura liberal vivida no Brasil, a resposta a esta indagação deve ser buscada nas estruturas brasileiras do cotidiano. Após um século de esforço modernizante, as evidências são surpreendentes. De acordo a pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2017, p. 64-65) sobre as percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo, os marginalizados do processo de construção nacional atualmente têm sua visão de mundo formada através da emulação do padrão de vida das elites, associando mobilidade social ao mérito

peçoal e buscando inspiraçoão em personalidades transformadas em líderes. A partir desta visão, compreendem que o principal inimigo na busca de uma vida melhor é o próprio Estado, ineficaz e incompetente em suas ações na arte de governar. Identificam a esfera pública com acesso a serviços gratuitos, preferindo programas de transferências de recursos à direitos sociais. A aproximação com as igrejas está associada mais ao acolhimento e construção de vínculos de solidariedade entre grupos que buscam mobilidade social do que a procura por uma formação propriamente teológica. Por fim, apesar do tom autoritário e conservador dos discursos, há uma clara preferência pela democracia, pela transparência e pela participação.

Visto em retrospectiva, o desenlace da utopia do desenvolvimento no Brasil sugere que a razão de mercado de Campos parece ter penetrado no imaginário do cotidiano brasileiro desacompanhado de instituições sólidas do desejo republicano de Furtado. O longo século XX, ao mesmo tempo em que rearticulou as estruturas tradicionais de poder no topo da sociedade, numa curiosa associação de interesses entre setores agrários e industriais mediados pela crescente financeirização da riqueza, rompeu com a solidariedade das culturas tradicionais na base da sociedade, sendo esta substituída por individualismo manco que não distingue o privado do público e o público do privado. Um individualismo fora do *tempo do mundo*. Um individualismo que busca se afirmar numa época em que as instituições liberais já não conseguem mais entregar as promessas do século XIX. Herdamos do século XX um individualismo que não parece mais ter lugar para a própria reprodução do sistema-mundo moderno.

Que caminho iremos trilhar? Nem Deus sabe!

Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1992.

- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo.** São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 3.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. v. 2.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Ensaio de história econômica e sociologia.** 2. ed. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1964.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. A Opção Política Brasileira. *In: A Nova Economia Brasileira.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975. p. 223-257.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa: memórias.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 8. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 1997.
- DUSSEL, Enrique. **El encubrimiento del Otro: havia el origen del “mito de la Modernidad”.** La Paz: Plural Editores, 1994.
- DUSSEL, Enrique. Beyond Eurocentrism: the world system and the limits of modernity. *In: JAMESON, F.; MIYOSHI, M. (Org.). The Cultures of Globalization.* [s.l.]: Duke University Press, 1998. p. 3-37.
- FPA. **Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo.** São Paulo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>.
- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida.** São Paulo: Paz e Terra, 1992a.
- FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade,** [s. l.], v. 1, n. 1, p. 5-19, 1992. b.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2003.
- FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica.** Edição Definitiva ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HOBSBAWM, Eric John. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.
- LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl. **O capital [recurso eletrônico]: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira. **O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado, 1950-1995**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 1999.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012a.
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2012b.
- POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. Americanity as a concept, or the Americas in the Modern World-System. **International social science journal**, [s.l.], v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.
- SANTOS, Fábio Pádua Dos. Capitalismo histórico e formas de sociabilidade: uma hipótese sobre a formação do Brasil contemporâneo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, [s.l.], v. 52, p. 66-95, 2019. Disponível em: <https://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/459>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- SILVA, Ulisses Rubio Urbano Da. **O liberal-desenvolvimentismo de Roberto Campos: 1955-1964**. [s.l.: s.n.].
- STEINER, Philippe. Capitalismo e modernidade: o impasse sobre Max Weber. *In*: LACOSTE, Yves (Org.). **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989, p. 137-159.
- TOCQUEVILLE, Alexis De. **A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes por seu estado social democrático**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century** (The Modern World-System, Vol. I). New York: Academic Press, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **The essential Wallerstein**. New York: New Press, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Ed. da UNB, 2000. v. I.

WEBER, Max. **The protestant ethic and the spirit of capitalism**. London: Routledge, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAPÍTULO 5 | DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: NADA ALÉM DE UMA ILUSÃO

Helton Ricardo Ouriques¹

Em uma primeira aproximação, o Brasil pode ser considerado um país que se caracteriza por estar em uma posição considerada intermediária no moderno sistema interestatal. Na perspectiva da análise dos sistemas-mundo, nosso país estaria na posição semiperiférica, tendo esta sido duramente alcançada a partir do processo de substituição de importações (grosso modo, o período posterior a 1930).

Seguindo a descrição feita por Arrighi, as principais características da condição semiperiférica são: a) um *mix* de atividades econômicas centrais e periféricas dentro de sua jurisdição territorial; b) uma luta permanente para se manter na posição intermediária; c) o risco permanente de ser rebaixamento à condição periférica; d) a impossibilidade, para a imensa maioria dos estados nacionais, de ascenderem à posição central; e) a turbulência política, resultado da própria tensão existente decorrente dos itens “b” e “c”.

Em trabalho anterior (Ouriques & Vieira, 2017), com base em dados estatísticos e interpretando a conjuntura política, econômica e social das últimas décadas, afirmamos que o Brasil poderia ser considerado um importante membro da semiperiferia, membro orgânico² da mesma. Contudo, alertamos que essa posição pode estar sendo ameaçada pela persistência de problemas estruturais que dificultam

1 Professor Titular da UFSC, vinculado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais e à pós-graduação em Relações Internacionais.

2 No estudo original de Arrighi, o Brasil não figurava como membro orgânico da semiperiferia.

o acompanhamento das mudanças em ciência, tecnologia e inovação, principalmente neste momento, em que aflora o que está sendo chamado “indústria 4.0”.

Assim, o objetivo deste capítulo é destacar alguns aspectos críticos dessas dificuldades, mostrando os limites inerentes a países semiperiféricos como o Brasil, também reféns da ilusão do desenvolvimento. Para tanto, o texto está dividido da seguinte forma: uma brevíssima fundamentação teórica; uma síntese acerca das conjunturas do Brasil após 1980; e uma interpretação de dados estatísticos e fatos estilizados, destacando a ilusão desenvolvimentista do país, estacionado na semiperiferia e com sérios riscos de rebaixamento à condição periférica.

Brevíssima fundamentação teórica

Uma importante contribuição da perspectiva sistêmica diz respeito à compreensão de longo prazo do posicionamento dos Estados no sistema interestatal. Wallerstein (2011) introduziu importante contribuição ao apresentar o conceito de semiperiferia, refinado depois por Arrighi (1997), autor que tornou esse conceito operacional.

O conceito de semiperiferia foi criado por Immanuel Wallerstein em 1974, no contexto de seu estudo abrangente sobre o moderno sistema mundial. Para ele, algumas regiões teriam um papel especial, que as caracterizaria como regiões semiperiféricas, e tal posição não seria exclusivamente econômica ou política, mas holística. A longa citação que apresentamos na sequência resume a percepção inicial do autor a respeito do assunto:

Existen también áreas semiperiféricas que están entre el centro y la periferia en una serie de dimensiones, tales como la complejidad de las actividades económicas, la fuerza del aparato de Estado, la integridad cultural, etc. Algunas de estas áreas eran áreas centrales en versiones anteriores de una cierta economía-mundo. Otras eran áreas periféricas, promocionadas más adelante, por así decirlo, como resultado de la geopolítica cambiante

de una economía-mundo en expansión. La semiperiferia, no obstante, no es un artificio de puntos de corte estadísticos, ni tampoco una categoría residual. La semiperiferia es un elemento estructural necesario en una economía-mundo. Estas áreas juegan un papel paralelo al representado, mutatis mutandis, por los grupos comerciantes intermedios en un imperio. Son puntos de recopilación de cualificaciones vitales, a menudo políticamente impopulares. Estas áreas intermedias (como los grupos intermedios en un imperio) desvían parcialmente las presiones políticas que los grupos localizados primariamente en las áreas periféricas podrían en otro caso dirigir contra los Estados del centro y los grupos que operan en el seno y a través de sus aparatos de Estado. Por otra parte, los intereses localizados primariamente en la semiperiferia se hallan en el exterior de la arena política de los Estados del centro, y encuentran difícil perseguir sus fines a través de coaliciones políticas que podrían estar abiertas para ellos si estuvieran en la misma arena política (Wallerstein, 2011, p. 492-493).

É preciso recordar que o pano de fundo da análise de Wallerstein era a constatação de que tanto a teoria da modernização quanto as teorias da dependência³ não davam conta de explicar um fenômeno que já se manifestava nos anos de 1970, a saber: a existência de Estados que estavam em posições intermediárias na economia mundial. Como se percebe, Wallerstein argumenta que a semiperiferia não era uma categoria estatisticamente artificial ou mesmo um resíduo transitório. O autor insistiu no caráter *estrutural* da situação semiperiférica.

Do ponto de vista econômico, esse caráter estrutural foi evidenciado por Giovanni Arrighi nos anos de 1980⁴. Usando o Produto

3 As deficiências de ambas as teorias na análise da semiperiferia foram apontadas por Immanuel Wallerstein nos capítulos 4 e 5 do livro *The Capitalist World-Economy* (1979), e por Giovanni Arrighi, nos capítulos 2 e 3 do livro *A Ilusão do Desenvolvimento*.

4 Através dos artigos “A ascensão do Leste Asiático: um milagre ou muitos?” (escrito em coautoria com Jessica Drangel) e “A ascensão do Leste Asiático: aspectos regionais e sistêmicos mundiais”. Ambos foram publicados no Brasil em 1997, reunidos no livro *A ilusão do desenvolvimento*.

Nacional Bruto⁵ *per capita* (PNB *per capita*), o autor percebeu a existência de uma divisão tripartite entre os Estados nacionais ao longo do período 1938-1985. É importante observar que nessa estrutura tripartite, a posição é exclusivamente “em relação à divisão mundial do trabalho e nunca [no] sistema interestados” (Arrighi & Drangel, 1997, p. 144). Com base nos dados, esses autores concluem que

95% dos Estados para os quais havia dados disponíveis (e 94% da população total) estavam, em 1975/83, nas ou no interior das fronteiras da zona na qual se encontravam em 1938/50. Considerando-se o período como um todo, *a mobilidade para cima ou para baixo no sistema foi verdadeiramente excepcional* (idem, 173, grifos nossos).

Mesmo destacando a excepcionalidade da mobilidade, os autores afirmam ser possível um Estado periférico ou semiperiférico alcançar uma posição superior (ou seja, passar da periferia para a semiperiferia e da semiperiferia para o núcleo orgânico). Contudo, dado que a desigualdade e a polarização marcam a história da economia-mundo capitalista, o movimento de ascensão posicional⁶ de uma dada jurisdição impede outras de fazerem o mesmo.

Para os propósitos deste estudo, vamos tecer algumas considerações sobre o Brasil, que não era um estado orgânico da zona semiperiférica no estudo pioneiro de Arrighi & Drangel (1997), pelo fato de ter oscilado de posição ao longo do período estudado por esses autores (1938 a 1985). No entanto, já nos anos 1980, haviam indícios de um posicionamento considerado intermediário deste país. O estudo posterior de Lima (2003) confirmou a hipótese do posicionamento do Brasil como semiperiferia.

5 O PNB é uma medida de comando sobre fontes econômicas mundiais, pois mensura o controle que cidadãos de uma dada jurisdição possuem sobre recursos em sua própria jurisdição e também no exterior. Arrighi e Drangel consideraram que se tratava de um conceito operacional, capaz de mensurar, ao longo do tempo, as capacidades de comando dos Estados sobre as fontes de riqueza globais.

6 É preciso notar que não se trata apenas de desenvolvimento, no sentido de aumentar o PIB *per capita*, mas sim de alcançar os níveis do PIB *per capita* dos países do centro do sistema mundial.

Um balanço crítico

Em trabalho anterior (Ouriques & Vieira, 2017), mostramos um conjunto de indicadores que evidenciavam a posição intermediária (semiperiférica) do Brasil na economia-mundo capitalista. Com a atualização de alguns destes dados, pode-se perceber a persistência dessa condição, mesmo sendo um retrato de curto prazo da situação. De acordo com o documento do World Economic Forum, *The Global Competitiveness Report* (2018), para um total de 140 países, a performance do Brasil foi a 72^a, ficando o país na 93^a posição em termos de “instituições”; na 81^a posição em termos de “infraestrutura”; 73^a posição em “saúde”; 94^a posição em “habilidades”, por exemplo (Tabela 1).

Tabela 1 | Índice de Competitividade Global do Brasil (2018) – total de 140 países

Indicador	Score do Brasil	Rank/140
Instituições	49,7	93
Infraestrutura	64,3	81
Adoção de Tecnologias	55,6	66
Estabilidade Macroeconômica	64,6	122
Saúde	79,6	73
Habilidades	56,0	94
Mercado de produtos	48,9	117
Mercado de trabalho	51,0	114
Sistema financeiro	63,2	57
Tamanho do mercado	80,9	10
Dinamismo dos negócios	52,4	108
Capacidade de inovação	47,8	40

Fonte: *The Global Competitiveness Report* (2018), p. 115-117. Scores são avaliados de 0 a 100.

O detalhamento do indicador “Habilidades”, ligado às questões educacionais, mostra um retrato desanimador dessa temática: no item “média de anos de escolaridade”, o Brasil está na 100^a posição (para um total de 140 países); no item “qualidade da formação profissional”, na 121^a posição; no item “qualificação dos graduados”, na 124^a posição; no item “habilidades digitais entre a população”,

na 125ª posição; no item “facilidade de encontrar empregados qualificados”, na 127ª posição; no item “pensamento crítico no ensino”, na 125ª posição; no item “proporção de alunos por professor no ensino primário”, na 79ª posição; no item “expectativa de vida escolar”, na 45ª posição (idem, ibidem).

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e alguns de seus componentes, a Tabela 2 evidencia um retrato da situação brasileira em 2017. Na 79ª posição no indicador do IDH, o Brasil está abaixo dos países selecionados da América Latina na expectativa de vida ao nascer, nos anos de escolaridade e no PNB *per capita*. Em relação à média mundial, chama atenção que o país está abaixo da mesma no indicador “anos de escolaridade” (7,8 anos para o Brasil e 8,3 na média mundial). Embora também seja apenas um retrato de período mais recente, evidencia a defasagem do Brasil em relação ao centro e mesmo em relação a outros países da América Latina.

Tabela 2 | Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e alguns de seus componentes (2017)

País	Ranking IDH	Expectativa de vida ao nascer (em anos)	Anos de escolaridade	PNB <i>per capita</i> (US\$ PPP 2011)
Noruega	1	82,3	12,6	68.012
Alemanha	5	81,2	14,1	46.136
EUA	13	79,5	13,4	54.941
Reino Unido	14	81,7	12,9	39.116
França	24	82,7	11,5	39.945
Japão	19	83,9	12,8	38.986
Coréia do Sul	22	82,4	12,1	35.945
Chile	44	79,7	10,3	21.910
Argentina	47	76,7	9,9	18.641
Uruguai	55	77,6	8,7	19.930
México	74	77,3	8,6	16.944
Brasil	79	75,7	7,8	13.755
América Latina	–	75,7	8,5	13.671
Mundo	–	71,6	8,3	14.447

Fonte: *Human Development Report* (2018).

Embora tenha havido um esforço na América Latina e no Brasil nas últimas décadas, que resultou em melhorias substantivas no nível educacional, como pontuado por Bértola & Ocampo (2013), em perspectiva comparada, como assinalado por esses mesmos autores, “... os esforços parecem haver sido tardios e insuficientes e a América Latina ficou em clara desvantagem frente a outras regiões” (p. 45).

O atraso relativo do Brasil em termos educacionais, em particular, foi destacado por Barbosa Filho & Moura (2013), que mostraram, para o período compreendido entre 1950 e 2010, que nosso país permaneceu atrás dos países desenvolvidos, dos países asiáticos e mesmo da média da América Latina em termos de grau de escolarização, anos médios de escolaridade e percentual da população acima de 15 anos de idade com o ensino secundário completo. Mais recentemente, os resultados do PISA (*Programme for International Student Assessment*) para o ano de 2015 também mostraram o atraso do Brasil em termos educacionais. Esse exame, que avalia os conhecimentos de estudantes de 15 anos de idade em ciência, leitura e matemática, foi feito em 70 países e o Brasil ficou na 63ª posição, com uma performance média em cada um dos quesitos muito abaixo da média da OCDE⁷.

Essa defasagem educacional pode até ser acentuada diante da própria trajetória em curso da economia brasileira, que está perdendo complexidade econômica⁸, para usar a linha de argumentação de

7 Em ciências, a média brasileira foi de 401 pontos, comparável a dos estudantes da Indonésia e de Peru. Em leitura, a média brasileira, de 407 pontos, foi comparável à obtida por estudantes da Albânia, Geórgia, Qatar e Tailândia. E, em matemática, a média brasileira, de 377 pontos, foi comparável à obtida por estudantes da Iugoslávia, Macedônia e Jordânia (PISA, 2015, p. 2-3).

8 Complexidade econômica pode ser assim definida, de acordo com Gala (2018b): “Como medir a complexidade econômica de uma economia? Hausmann e Hidalgo criaram um método de extraordinária simplicidade e comparabilidade entre países. A partir da análise da pauta exportadora de uma determinada economia, são capazes de medir de forma indireta a sofisticação tecnológica de seu tecido produtivo. Os dois conceitos básicos para se medir se um país é complexo economicamente ou sofisticado são a ubiquidade e diversidade de produtos encontrados na sua pauta exportadora. Se uma determinada economia é capaz de produzir bens não ubíquos, há indicação de que tem um sofisticado tecido produtivo. Claro que há um problema aqui de escassez relativa, especialmente de produtos naturais, como diamantes e urânio, por exemplo. Os bens não ubíquos devem ser divididos entre aqueles que têm alto conteúdo tecnológico e, portanto, são de difícil produção (aviões por exemplo) e aqueles que são altamente escassos na natureza (nióbio, por exemplo) e, portanto, têm uma não ubiquidade natural” (GALA, 2018b).

Gala (2017). Para esse autor, os mapas da complexidade econômica mostram a perda da complexidade do Brasil ao longo das últimas décadas. Segundo Gala, “... as maiores economias da América Latina regrediram em termos de capacidades tecnológicas, complexidade e capacidade de inovação” (Gala, 2018a, p. 1).

O Brasil, com a estratégia de substituição de importações, desenvolveu um forte setor industrial a partir principalmente dos anos 1950. Para Gala (2018a), tanto a sobrevalorização cambial quanto as tarifas elevadas de importação foram elementos importantes dessa estratégia. Contudo, “... a partir da industrialização, a estratégia passou a ser contraproducente, na medida em que dificultava a penetração dos produtos latino-americanos no mercado internacional; o protecionismo foi excessivo e tornou as empresas brasileiras dependentes do mercado doméstico cativo” (idem, ibidem). Por outro lado, “os países asiáticos conseguiram avançar na construção de complexidade ‘feita em casa’ com capital próprio e criando empresas globais de capital nacional: o destaque começa obviamente com Japão e Coreia do Sul, mas os países do sudeste asiático também têm avançado nessa direção e até mesmo a Índia mais recentemente” (idem, ibidem).

Uma síntese da trajetória distinta das duas regiões é apresentada por esse autor, merecendo ser mencionada na íntegra:

Nas duas regiões, houve muita proteção e subsídios. Nas duas regiões, os Estados desenvolvimentistas passaram por ascensão e queda; foram desmontados a partir dos anos 90. Qual foi a diferença então? Na América Latina não houve ênfase em desenvolver capacidades locais produtivas, houve dependência de multinacionais. Não houve ênfase suficiente em exportações de manufaturados, muitas crises no balanço de pagamentos; a classe capitalista não foi aguerrida o suficiente para conquistar mercados externos, o excesso de proteção criou mercados domésticos cativos. No sudeste da Ásia, houve política industrial agressiva com planejamento do governo; houve desenvolvimento de capital nacional e capacidades locais; os asiáticos focaram nas exportações de manufaturados.

Em síntese, a história aqui brevemente apresentada parece se resumir a uma tendência recorrente de ciclos de *boom e bust* na América Latina associados e bonança de *commodities* e a um persistente e consistente esforço na Ásia de sofisticação produtiva, especialmente após o final dos anos 70. Enquanto os primeiros passaram por vários ciclos de apreciação e crises cambiais, com o já conhecido populismo econômico dos anos 70 e 80 e com os planos de estabilização dos anos 90, os países asiáticos concentraram-se na sua estratégia de *export-led growth* com estímulo permanente ao setor manufatureiro. Ao perseguir o controle fiscal e promoção de exportações de manufaturas, os asiáticos evitaram muitos dos problemas latino-americanos. Enquanto os primeiros usaram o câmbio como instrumento de populismo econômico e ferramenta de estabilização, com consequências devastadoras para a indústria local, os segundos parecem ter usado a política macro como estímulo ao setor exportador manufatureiro, mantendo-se fiéis a sua estratégia de desenvolvimento. Nesse sentido, a estratégia de industrialização com promoção de exportações de manufaturas (EPI) do leste e sudeste asiático provou-se muito mais eficaz do que a estratégia de substituição de importações latino-americana (ISI) (Gala, 2018b, p. 5).

Diante desse cenário, não é surpreendente que a CEPAL (2017) tenha assinalado o que considera ser um problema estrutural da América do Sul, em uma reflexão que é adequada para a compreensão do caso brasileiro:

La región ha quedado rezagada en las últimas décadas en términos de productividad y reducción de la brecha tecnológica con los países avanzados. El período de la bonanza de las commodities fue positivo en muchos sentidos, al hacer posibles tasas más altas de crecimiento y la reducción de los niveles de pobreza y de desigualdad en muchas de sus economías, especialmente en América del Sur. Pero por otro lado reforzó los patrones tradicionales de especialización, en un mundo en que una parte de las economías

en desarrollo (y en particular China) transformaban sus estructuras productivas, y una parte de las economías desarrolladas impulsaba una nueva revolución tecnológica. En otras palabras, aun cuando la región modernizó los patrones de consumo, mostró poca capacidad de incorporar la revolución tecnológica en la producción, a no ser de forma localizada en los sectores tradicionales, lo que es particularmente preocupante a la luz del avance de los nuevos paradigmas tecnológicos y el desarrollo de la manufactura avanzada. La escasa diversidad y sofisticación de las capacidades productivas y habilidades de su fuerza de trabajo se reflejan en un bajo nivel de diversificación de las exportaciones y en bajos niveles de inversión en ciencia y tecnología (Cepal, 2017, p. 574).

Sob o viés das cadeias globais de valor, também se pode perceber que a América Latina em geral, e o Brasil em particular, tem funções bem menos agregadoras de valor nas atividades econômicas que se localizam em seus territórios. Em outras palavras, os países da região parecem estar perdendo capacidade de exportar produtos de média e alta tecnologia, especializando-se cada vez mais em segmentos mais simples das cadeias produtivas globais.

É essa a conclusão do estudo de Nonnenberg & Carneiro (2017). Esses autores estudaram o valor adicionado doméstico nas principais regiões do mundo, a partir de uma metodologia desenvolvida pelos mesmos⁹. A ideia dos autores, com base em dados do comércio, é perceber o quanto cada país/região adiciona de valor em produtos específicos. No caso estudado, produtos com incorporação de média e alta tecnologia. A conclusão dos autores foi a seguinte:

Em suma, o comportamento dos indicadores calculados neste estudo ilustra, de forma clara, o notável contraste do desempenho em termos de aumento da capacidade produtiva de bens de média e alta tecnologias entre as regiões analisadas. De um lado, alguns países asiáticos e do Leste Europeu

⁹ A metodologia de construção do indicador é explicada no próprio texto. Para detalhes, ver seção 3 de Nonnenberg & Carneiro (2017).

apresentaram indicadores positivos e crescentes em vários capítulos (“capítulos” aqui quer dizer atividade produtiva, por exemplo: “máquinas para metalurgia”), o que sugere aumento da capacidade produtiva, possivelmente com alguma especialização ocorrendo entre os países, sobretudo no caso asiático. Na América Latina, em contraste, o quadro que emerge da análise dos indicadores é muito menos animador, com resultados fortemente negativos e, muitas vezes, decrescentes, para quase todos os países.

Em outras palavras, Nonnenberg & Carneiro (2017) constataram que a América Latina e o Brasil enfrentam dificuldades em suas capacidades industriais, no sentido de reter em seus territórios processos produtivos mais complexos, de média e alta tecnologia. No caso brasileiro, como destacado também por Gala (2018a), que mencionou um estudo que mostrou a capacidade tecnológica de cada país, medida pelos gastos de P&D e número de patentes registradas nos EUA para o período 2000-2010, é possível perceber que o Brasil figura como “montador”, apresentando baixo nível de inovação. A própria evolução da composição da pauta exportadora brasileira evidencia as dificuldades do país em direção a níveis mais elevados de sofisticação produtiva. De fato, os dados disponíveis para o período compreendido entre 1995 e 2015 mostram o contrário: o predomínio de exportações de produtos primários e de baixo valor agregado, em particular a partir do início dos anos 2000, quando ocorre um *boom* no preço das *commodities* (soja, minério de ferro, petróleo cru, açúcar e carne de frango)¹⁰. Essa situação é revelada pelo *Atlas da Complexidade Econômica*: entre 124 países analisados, o Brasil estava na 30ª posição nesse indicador em 1995, e passou para a 54ª posição em 2014)¹¹, em uma posição efetivamente intermediária.

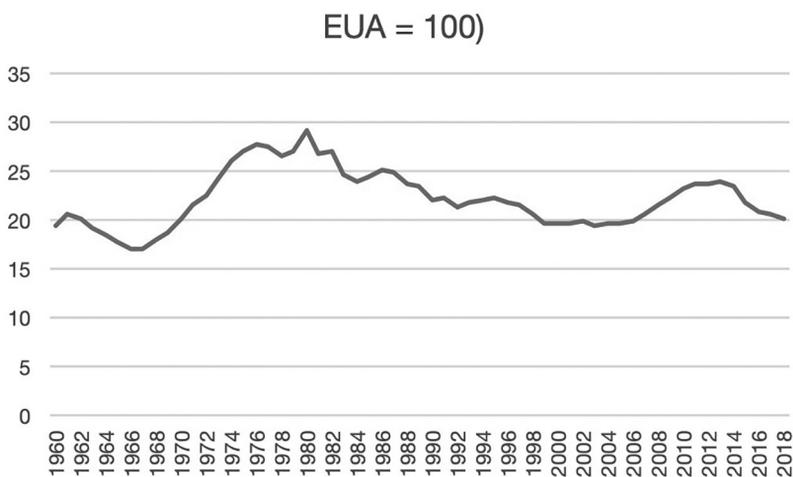
10 Informações de 2015, coletadas no Observatório da Complexidade Econômica. Disponível em: www.atlas.media.mit.edu/Brazil.

11 Disponível em: www.atlas.cid.harvard.edu. Acesso em: 5 mai. 2017.

Tendência à periferização?

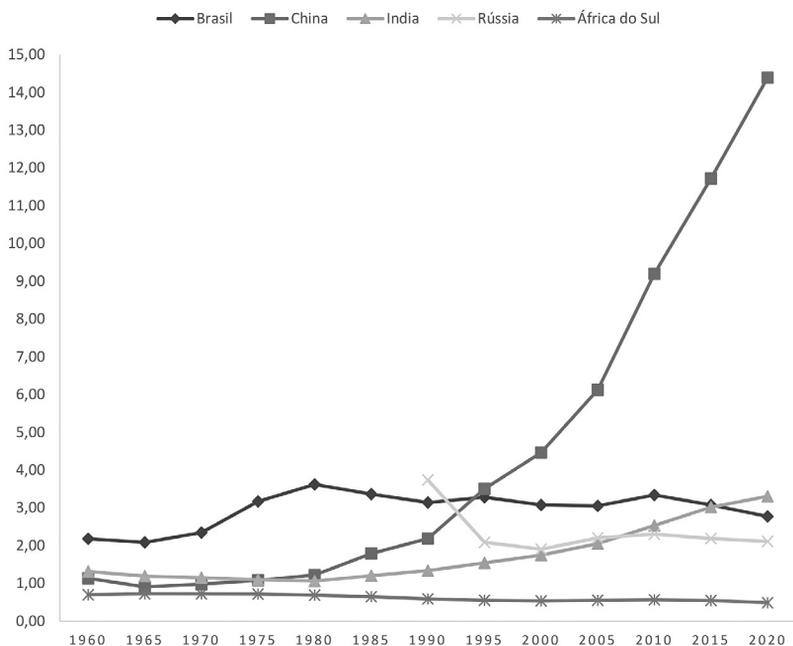
Mas a trajetória mais recente do nosso país parece colocar em risco essa posição intermediária. Um breve comentário sobre a conjuntura brasileira pós-1980 é útil para sustentarmos essa hipótese. Como já amplamente debatido na literatura, a década de 1980 foi uma década perdida na América Latina e no Brasil: endividamento externo, inflação elevada, deterioração nos indicadores econômicos e sociais foram componentes de um período de rebaixamento geral das condições de vida de amplos segmentos da população do país. O final dos anos 1980 e a década de 1990 marcaram um período de políticas de ajuste e reestruturação (privatizações, disciplina fiscal e monetária, abertura econômica), que pouco contribuíram para uma mudança da situação econômica e, principalmente, social dos países latino-americanos. A estabilidade econômica foi obtida através da acumulação por espoliação (para utilizar uma expressão de David Harvey), com a transferência de ativos públicos para o capital privado, em particular o internacional.

Gráfico 1 | PIB *per capita* do Brasil em relação ao PIB *per capita* dos EUA (1960-2018)



Fonte: *WorldBank*. Elaboração do autor.

Gráfico 2 | Participação dos BRICS no PIB Mundial (1960-2020)



Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators*. Em US\$ constantes de 2010. Elaboração do autor.

O fato é que, depois de experimentada uma melhoria em seu PIB *per capita* em relação ao centro da economia mundo entre 1960 e 1980, o Brasil apresenta uma trajetória de declínio (Gráfico 1), atenuada pela conjuntura 2000-2010. Mas esta foi incapaz de reverter a tendência de mais longo prazo, de declínio relativo do país. Daí o sentido da ilusão desenvolvimentista, que fundamenta este artigo, considerando também que a participação do país no PIB mundial também tem uma trajetória de leve declínio desde 1980 (Gráfico 2).

Há uma mudança conjuntural no final dos anos 1990 e no início dos anos 2000 na América Latina, com a ascensão de governos mais progressistas (o pêndulo indo para a esquerda), que ocorreu ao mesmo tempo que estava em curso uma mudança na economia global, com a ascensão econômica chinesa, que implicou em um “boom das *commodities*”, favorável aos países exportadores

de recursos naturais (alimentos e energéticos), como o Brasil. No caso brasileiro, o governo Lula manteve a política econômica anterior (disciplina fiscal) e aprofundou e mesmo criou programas sociais, favorecendo segmentos importantes da população (Bolsa Família, aumento do salário mínimo e uma forte política de expansão do ensino superior público). Os resultados sociais não demoraram a aparecer, manifestados na melhoria dos indicadores sociais, como documentado pelo IPEA (2013).

Olhando retrospectivamente, tratou-se na verdade de uma breve primavera na América Latina e no Brasil, pois a partir mais ou menos de 2014 esse modelo começa a dar sinais de esgotamento: a) pressões externas do capital financeiro, com desejo de acesso a recursos nacionais. As dificuldades da Petrobras desde 2014 são uma evidência disso; b) esgotamento da expansão do consumo interno puxado pelas políticas de distribuição de renda; c) consequências da opção pelo modelo “primário-exportador” começam a se fazer sentir na debilidade maior da indústria.

As dificuldades da indústria trouxeram à baila a hipótese da “desindustrialização brasileira”, a qual foi reconhecida pelo próprio IEDI (2019). Embora não haja consenso a respeito da dimensão desta, há evidências de perda de espaço na indústria, como destacado por Gala (2017):

A enorme perda de espaço da indústria brasileira no PIB nos últimos vinte anos significa algo muito simples: regressão de nossa complexidade econômica. As reformas iniciadas na década de 1990, com abertura comercial, privatizações e estabilização da inflação, não produziram os resultados esperados; não houve aumento sustentado de nossa renda *per capita* nem ganhos de complexidade em nossa economia, ao contrário do que se viu no Sudeste Asiático e no Leste Europeu (Gala, 2017, p. 102).

Em artigo recente, Vieira, Ouriques e Arend (2020) discutiram as dificuldades de o Brasil se inserir de forma ativa na chamada “indústria 4.0”. Os autores apontaram problemas estruturais, relacionados ao fato de que o país sequer fez a passagem

da metal-mecânica para a microeletrônica (da 2ª para a 3ª revolução industrial). Por isso que Pelaez *et al.* (2017) chamaram a atenção para a perda de competitividade brasileira em áreas de fronteira científica e tecnológica.

O fato é que no Brasil nota-se a ausência de grandes empresas nacionais interessadas e capacitadas para desenvolver tecnologias próprias, autóctones. Isso tem relação também com duas características estruturais da industrialização brasileira: 1) ausência de uma política de defesa ativa e baseada em capacidade produtiva nacional; 2) preponderância de empresas transnacionais que recebem estímulos à inovação de seus Estados de origem. Como relatado pelo IEDI (2013), “... o Brasil não está totalmente fora das CGV, mas seu lugar é mais como fornecedor de insumos para empresas de outras origens adicionarem mais valor na cadeia produtiva do que como exportador de produtos com maior valor adicionado” (p. 2).

Em publicação recente, sob os auspícios do IPEA, Zuniga *et al.*, (2017) fazem um balanço da situação atual, bem como dos desafios referentes ao ambiente da inovação brasileiro. O texto mostra porque, a despeito de um incremento na produção brasileira nos últimos anos, *o país foi incapaz de efetivamente incrementar sua produtividade a níveis satisfatórios*. Sobre essa questão, alguns pontos podem ser levantados. A respeito da pauta exportadora brasileira, ainda há a forte presença de produtos primários e de baixo conteúdo tecnológico, com persistente declínio da participação das manufaturas em termos de valor adicionado. Essa condição é posta ainda mais em evidência em se tratando da participação brasileira em cadeias globais de valor. O Brasil, grosseiramente, tem um baixo nível de integração ao final de cadeias globais, o que significa dizer que o país participa mais nas etapas iniciais da manufatura, exportando as matérias-primas sem sequer beneficiá-las. A reprimarização da pauta exportadora brasileira é apenas a faceta mais visível desse problema estrutural. Aliás, a respeito das *commodities*, a maior parte das exportações do Brasil não agregam valor. Ou seja, o Brasil vende menos aço e mais minério de ferro; assim como vende mais petróleo bruto do que refinado e mais grãos de soja do que farelo e óleo de soja.

É imperioso dar um pouco mais de conteúdo à compreensão dessas limitações da estrutura industrial, e para isso é necessário retornar, no mínimo, à década de 1950, quando a estratégia de substituição de importações permitiu desenvolver um forte setor industrial assentado no paradigma metal-mecânico e químico, que por essa época entrava em sua fase de maturidade (Arend, 2009). Por ter sido realizada com capitais, empresas e tecnologias estrangeiros, a incorporação do paradigma tecnológico ao mesmo tempo gerou o que talvez seja a matriz de todas as deficiências estruturais brasileiras: ausência de empresas nacionais e de instituições públicas e privadas motivadas e preparadas para gerar tecnologia própria. E é isso que explica a impossibilidade de acompanhar o paradigma tecnológico da microeletrônica e das telecomunicações, iniciado na década de 1970 e que a partir de então foi se tornando o dinamizador das economias centrais (Arend, 2009). E, para piorar, a recessão econômica e a incapacidade política e financeira do Estado brasileiro na década de 1980, e a sua abdicação do planejamento e confiança nas forças do mercado como indutora do crescimento econômico a partir da década de 1990, fizeram com que a economia brasileira não gerasse os conhecimentos e habilidades requeridos pelo paradigma tecnológico da microeletrônica. Já “os países asiáticos conseguiram avançar na construção de complexidade ‘feita em casa’ *com capital próprio e criando empresas globais de capital nacional*: o destaque começa obviamente com Japão e Coreia do Sul, mas os países do sudeste asiático também têm avançado nessa direção e até mesmo a Índia mais recentemente” (idem, ibidem, grifos nossos). Precisa ser dito que, no caso do Japão e da China, a “complexidade feita em casa” é muito anterior a 1980, podendo mesmo ser considerada uma característica dessas duas sociedades desde muito antes da chegada dos europeus. Dizendo de forma sucinta: há séculos esses países vem desenvolvendo as habilidades técnicas e políticas para desenvolver tecnologia própria. Tudo o contrário do Brasil.

Das deficiências apontadas, o atraso na microeletrônica talvez seja o mais importante, porque, junto com a química fina, a microeletrônica é a tecnologia-base da “Indústria 4.0”. Contudo, quando o paradigma tecnológico da microeletrônica emerge na década de 1970 e se difunde nas seguintes, o sistema industrial brasileiro não havia

internalizado a inovação como parte de seu funcionamento, nem o Estado brasileiro estava em condições de promover o desenvolvimento de capacidades nacionais na área da microeletrônica. E, dado que as empresas e capitais estrangeiros não estavam ainda dispostos a trazer a nova tecnologia, a microeletrônica não se desenvolveu no Brasil.

Para Rivera *et al.* (2015), apesar do surgimento de iniciativas de produção microeletrônica no país, a partir do início dos anos 1970, a conjuntura do início dos anos 1990 foi impactante negativamente:

A partir do início da década de 1990, com a abertura comercial abrupta, a incipiente indústria de semicondutores perdeu competitividade por razões relacionadas a fatores como defasagem tecnológica, reorganização produtiva mundial, questões políticas, econômicas e financeiras, e também gerenciais. Iniciou-se um processo rápido de esvaziamento desse elo crítico da cadeia produtiva. O fechamento, em meados dos anos 1990, da única fábrica de difusão no país, a SID, poderia ser considerado o término simbólico desse período. Outrossim, a Lei de Informática (Lei 8.248/91) concentrou os estímulos econômicos na etapa final de montagem, estipulando processos produtivos básicos (PPB), que, de forma geral, restringiam-se à montagem de componentes e *kits* importados, com toda microeletrônica já embarcada no exterior (p. 358).

Importante mencionar que, apesar de algumas poucas experiências exitosas em segmentos da microeletrônica, arroladas por Rivera *et al.* (2015), a constatação é que não se construiu, em nosso país, uma indústria microeletrônica orgânica, difusora de inovações. O resultado é que somos “uma das poucas grandes economias do mundo ainda sem produção local na etapa de difusão em microeletrônica” (idem, p. 347). Por conta disso,

... o Brasil tem registrado déficits comerciais crescentes em semicondutores – subestimado pelo fato de não serem contabilizados os *chips* embarcados em produtos, partes e peças importados. A tendência para os próximos anos é de agravamento de déficit comercial à medida que se proliferam os dispositivos eletrônicos

em novos mercados, como o da Internet das Coisas (*IoT – Internet of Things*). O esvaziamento da cadeia eletrônica tende ainda a se estender a outros setores em que o país tem participação relevante na indústria mundial, como de bens de capital, automotivo, equipamentos médicos etc. (idem, *ibidem*).

As consequências desse esvaziamento da cadeia eletrônica são tangíveis, segundo esses autores, pois “a produção local de semicondutores recuou de U\$ 200 milhões em 1989 para U\$ 54 milhões em 2008, a cadeia de suprimentos local encolheu, houve fuga de técnicos e o *gap* tecnológico do país em relação ao restante do mundo ampliou-se consideravelmente” (p. 358). Ora, essa defasagem na microeletrônica, aqui rapidamente mencionada, tem conexões com a “Indústria 4.0”. Documento do IEDI (2017) descreve algo preocupante a esse respeito:

Quando se discutem as perspectivas do Brasil na “Indústria 4.0” com profissionais ou equipes de grandes empresas provedoras de soluções 4.0, o mais comum é que elas revelem a percepção de que o Brasil é um mercado com grande potencial para as suas soluções, mas é muito raro que associem o sistema industrial brasileiro ao desenvolvimento dessas soluções ou que se vejam participantes do processo de criação de soluções no Brasil. Dito de outro modo: *na Indústria 4.0 o Brasil é mercado, não é indústria; é cliente, não é produtor* (p. 17, grifos nossos).

Vale dizer também que o tipo de inovação mais comum no Brasil, de *catching-up* em processos produtivos¹², é típico de países relativamente atrasados e, em se tratando de um processo de emparelhamento, não constitui um motor dinâmico de inovação. Adicionalmente, não obstante um esforço recente no campo de patentes, o número de empresas que ativamente se dedicam ao patenteamento permanece pequeno e, mais importante, ainda ligadas fortemente ao setor público, como é o caso da Petrobras e da Embrapa. O alerta

12 Isto é, apenas ocorrem inovações incrementais, em tecnologias e produtos já existentes.

que o texto dá, nesse sentido, é de que as empresas privadas brasileiras ainda são retardatárias enquanto motores genuínos de progresso científico, cabendo a um número muito exíguo de empresas – a Embraer é um exemplo – o papel de líderes nacionais na inovação.

Importante mencionar a existência de iniciativas recentes a respeito do desenvolvimento da “Indústria 4.0” no Brasil, como elencado por Arbix *et al.* (2017), IEDI (2018) e Zapparoli (2018)¹³. No entanto, o que se percebe e é comentado por esses três estudos é a falta de continuidade nas políticas voltadas para a inovação (e isso se relaciona com a ausência de foco das políticas públicas) e o problema dos recursos, em particular a desconexão entre recursos previstos e efetivamente aplicados nos projetos financiados, como exposto anteriormente.

Além disso, os setores produtivos brasileiros não incorporaram a inovação como elemento importante para seus negócios. A própria Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicou um estudo feito com uma amostra de 2.225 empresas, a respeito da introdução de elementos da “Indústria 4.0” nas mesmas. A CNI concluiu que o uso de tecnologias digitais na indústria brasileira é pouco difundido. Uma característica da digitalização da indústria brasileira “é o foco nos processos, ou seja, no aumento da eficiência e da produtividade” (CNI, 2016, p. 5). Como destacado por Arbix *et al.* (2017), “... as empresas brasileiras ainda estão longe da adoção intensiva da automação, prototipagem rápida ou impressão 3D, assim como da utilização de serviços em nuvem, características essenciais para sustentação da manufatura avançada” (p. 45). Quer dizer, ainda há poucas aplicações voltadas para o desenvolvimento de produtos e novos modelos de negócios, o que também aparece nas conclusões de Zuniga *et al.* (2017), citadas anteriormente. E isso também reforça a linha de argumentação que estamos sucintamente mencionando a respeito das deficiências históricas em termos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

A brevíssima explanação aqui feita, a respeito dos problemas do Brasil em termos de ciência, tecnologia e inovação, relaciona-se

13 Este autor menciona a iniciativa surgida no âmbito da CNI (Confederação Nacional da Indústria), implantada pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), a rede Institutos SENAI de Inovação (ISIs): “atualmente, são 21 unidades em operação, onde trabalham 550 pesquisadores, 40% deles com mestrado ou doutorado, que geraram mais de 500 projetos de pesquisa de interesse da indústria desde 2013, quando começaram a operar as primeiras unidades” (p. 68).

com a questão mais grave da desindustrialização brasileira, vale dizer, da desindustrialização *prematura* (IEDI, 2019) que parece estar em curso. O IEDI analisou quatro indicadores do desenvolvimento industrial no período 1970 a 2017¹⁴, dando ênfase ao Brasil. O Brasil possui o nono maior parque manufatureiro, com 1,86% da manufatura mundial em 2017. No entanto, desde 1981, a parcela industrial brasileira começou a regredir quase ininterruptamente (estava em torno de 4,0% em 1980).

Depois de evidenciar que a desindustrialização não é um fenômeno mundial generalizado, o documento em questão aborda a desindustrialização brasileira, que é considerada prematura, porque ocorre antes de o país atingir a renda *per capita* do ponto de inflexão de U\$ 20 mil em paridade do poder de compra de 2017. Ora, a desindustrialização em si mesma não é um problema, desde que ocorra a passagem para atividades de serviços mais complexas, que continuem elevando o padrão de vida da população, permitindo que a renda *per capita* seja crescente. Esse é o caso dos países desenvolvidos, nos quais alguns segmentos, como serviços de informação e intensivos em conhecimento, passam por expressivo crescimento. No caso da desindustrialização prematura, “a mudança estrutural para os serviços não ocorre de forma bem-sucedida, pois os serviços que ganham bastante participação no PIB empregam profissionais de baixos salários e possuem baixo crescimento da produtividade” (IEDI, 2019, p. 21). O país fica assim preso numa trajetória de baixo crescimento, que é exatamente o caso brasileiro.

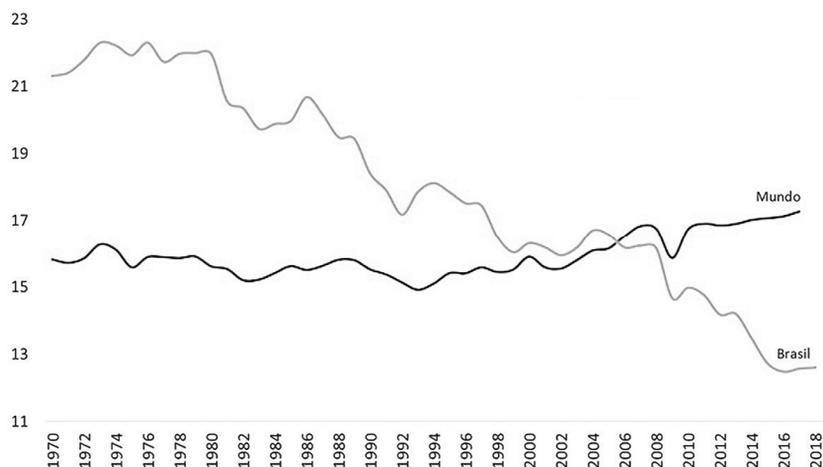
O crescimento real acumulado entre 1980 e 2017 do valor adicionado manufatureiro, para um conjunto de países, é outro indicador que ilustra a debilidade do Brasil. Entre 1980 e 2017, a indústria de transformação brasileira cresceu apenas 24%, enquanto a indústria mundial cresceu 204% (IEDI, 2019:40). Aliás, “a maioria dos países em desenvolvimento cresceram acima da economia mundial

14 Os quatro indicadores analisados foram os seguintes: 1) parcela de cada país no valor adicionado na indústria de transformação mundial; 2) participação da indústria de transformação no PIB a preços correntes e constantes da economia mundial e dos 30 países com maior importância da manufatura de forma individualizada; 3) crescimento real acumulado da indústria de transformação; 4) evolução do valor adicionado manufatureiro *per capita* para todos os países da amostra (IEDI, 2019).

e a maioria dos países desenvolvidos abaixo. O caso chinês é único, houve aumento do tamanho do parque industrial em mais de quarenta vezes. A Coreia do Sul aumentou 17 vezes, Indonésia e Índia, 12 vezes, Malásia e Irlanda 11 vezes (...). Portanto, na comparação internacional, o crescimento do Brasil foi medíocre” (idem, *ibidem*).

Também o desempenho industrial brasileiro, medido pelo valor adicionado *per capita*, foi sofrível no período 1980-2017, tendo encolhido 28%, enquanto esse indicador para média mundial aumentou 79%. Desde 1980, “a manufatura brasileira tem contribuído negativamente para o PIB *per capita* do país. Numa perspectiva internacional comparada, o Brasil ficou em último lugar na lista dos trinta países detentores dos maiores parques industriais do planeta atualmente, tanto no crescimento do valor adicionado manufatureiro quanto do valor adicionado manufatureiro *per capita*” (idem, p. 43).

Gráfico 3 | Manufatura no Brasil e no Mundo, em % do PIB (1970-2018)



Fonte: IEDI (2019). Em preços constantes de 2010.

A intensidade da desindustrialização brasileira pode ser vista também através do gráfico abaixo, que trata da participação da manufatura no PIB a preços constantes, comparando Brasil e mundo entre 1970 e 2018. A preços constantes, a manufatura mundial

aumentou seu peso no PIB em 9,2%, mas a brasileira diminuiu em 42,6% entre 1980 e 2018 (IEDI, 2019). O IEDI conclui que o Brasil representa o caso mais agudo de desindustrialização prematura, pois entre os países que começaram a se desindustrializar com renda *per capita* abaixo do patamar de U\$ 20 mil em PPC de 2017 foi o que apresentou a maior diminuição da parcela industrial no PIB.

Para fechar essa discussão, mencionamos aqui um exemplo quase que anedótico. Em novembro de 2019, o governo federal anunciou que pretendia liberar a exportação de troncos de árvores nativas da Amazônia (Folha de São Paulo, 23.11.2019). Ou seja, vender madeira *in natura*, sequer beneficiando no território nacional. Um regresso aos primórdios desse espaço denominado Brasil, quando foi extraída à exaustão a madeira que dá origem ao nome do nosso país.

Considerações finais

O período desenvolvimentista (1930-1980) fez com que o Brasil alcançasse a condição semiperiférica. Contudo, limitamo-nos à segunda revolução científica e tecnológica (metal-mecânica e química) sem nacionalizar essa indústria e ficando, paulatinamente, para trás na terceira revolução, a da microeletrônica.

Estando em curso a quarta revolução científico-tecnológica, a da “Indústria 4.0”, parece aprofundar-se a distância do Brasil em relação aos centros dinâmicos da economia-mundo, sendo a reprimarização da pauta exportadora do país o sinal mais aparente dessa situação. Nesse sentido, há uma certa lógica (mesmo que eivada de insanidades discursivas) na prática política do atual governo: 1) dismantelar o sistema de ciência, tecnologia e inovação do país; 2) afrouxar e mesmo eliminar as legislações ambientais (inclusive liberando agrotóxicos proibidos em outros países), em benefício da grande lavoura e da grande pecuária. É por isso que a exportação de madeira *in natura* é simbólica: nem precisamos mais da indústria da madeira.

Ora, isso se relaciona com a estrutura de longuíssima duração da economia e sociedade brasileiras, descrita de há muito por Caio Prado Jr. (2000):

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros, mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras” (p. 20).

Nesse sentido, visto em perspectiva histórica, e diante da *desindustrialização prematura* em curso, nosso esforço de substituição de importações e de industrialização autóctones foram apenas uma curta primavera nesses quinhentos anos de solidão que marcaram e marcam nossa história econômica.

Referências bibliográficas

ARBIX, Glauco; SALERNO, M.S.; AMARAL, G.; LINS, L.M. **Avanços, equívocos e instabilidade das políticas de inovação no Brasil**. In: Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, v. 36, nov. 2017, p. 9-27.

AREND, M. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005):** uma análise evolucionária. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, Tese de Doutorado, 2009.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BARBOSA FILHO, Fernando H. & MOURA, Rodrigo L. Educação e desenvolvimento no Brasil. In: PEREIRA, L.V.; VELOSO, F.; BINGWEN, Z. (Org.). **Armadilha da renda média – visões do Brasil e da China**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, volume 1, 2013, p. 107-133.

BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José A. **Desenvolvimento, vicissitudes e desigualdade:** uma história econômica da América Latina desde a Independência. Madrid: Secretaría General Iberoamericana, 2013.

CEPAL. **Políticas industriales y tecnológicas en América Latina**. Santiago del Chile: Naciones Unidas, 2017, 578 p.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Indicadores CNI, Sondagem Especial Indústria 4.0**, ano 17, número 2, abr. 2016, 13 páginas.

DE NEGRI, Fernanda. **Novos Caminhos para a Inovação no Brasil**. Brasília, IPEA, Editora Wilson Center, 2018, 159 p.

GALA, Paulo. **A América Latina não conseguiu completar o salto dos produtos simples para os produtos complexos**. Disponível em: www.paulogala.com.br, 21.09.2018, 2018a, 10 páginas. Acesso em: mar. 2019.

GALA, Paulo. **Como medir a complexidade econômica?** Disponível em: www.paulogala.com.br, 06/09/2018, 2018b, 4 páginas. Acesso em: jun. 2019.

GALA, Paulo. **Complexidade econômica**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017, 142 p.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. **Human Development for Everyone**. 2018 Published for the United Nations Development Programme (UNDP). Disponível em: www.hdr.undp.org.

IEDI. Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial. **Desenvolvimento Industrial em Perspectiva Internacional Comparada**. São Paulo, ago. 2019, 50 páginas.

IEDI. Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial. **Políticas para o desenvolvimento da indústria 4.0 no Brasil**. São Paulo, jul. 2018, 31p.

IEDI. Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial. Carta IEDI. **Indústria 4.0: Desafios e Oportunidades para o Brasil**. São Paulo, Edição 797, 21 jul. 2017, 22 p.

IEDI. Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial. Carta IEDI. **O lugar do Brasil nas cadeias globais de valor**. São Paulo: Edição 578, 28.6.2013, 18 p.

IPEA. **Vozes da nova classe média**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

NONNENBERG, Marcelo J.B. & CARNEIRO, Flávio L. A evolução do valor adicionado doméstico nas principais regiões do mundo. *In*: OLIVEIRA, Ivan T.M.; CARNEIRO, Flávio L.; SILVA FILHO, Edisom B. (Orgs.). **Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2017, p. 121-152.

OURIQUES, H.R. & VIEIRA, P.A. A condição semiperiférica do Brasil na economia mundo capitalista: novas evidências. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, 2017, p. 199-228.

PISA (Programme For International Student Assessment). **BRAZIL – Results from PISA 2015**. 13 f. Disponível em: www.oecd.org/edu/pisa. 2015.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000 (Coleção Grandes nomes do pensamento Brasileiro).

RIVERA, R.; TEIXEIRA, I.; AZEN, C.; MIGUEL, H.; SALES, J.R. Microeletrônica: qual é a ambição do Brasil. *In*: BNDES Setorial. **Complexo Eletrônico**. Rio de Janeiro, n. 41, mar. 2015, p. 345-396.

VIEIRA, P.A.; OURIQUES, H.R.; AREND, M. A posição do Brasil frente à indústria 4.0: mais uma evidência de rebaixamento para a periferia? *In*: **OIKOS**, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 3, 2020, p. 12-34.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial – la agricultura capitalista y las orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. México: Siglo XXI, 2. ed. aum., vol. 1, 2011, 580 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist World-Economy**. New York: Cambridge University Press, 1979, 305 p.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The global competitiveness report 2018**. Geneva, 2018, 671p.

ZAPAROLLI, Domingos. Novas perspectivas para a indústria. *In*: **Revista PESQUISA FAPESP**, São Paulo, n. 273, novembro de 2018, p. 68-72.

ZUNIGA, Pluvia *et al.* Conditions for innovation in Brazil: a review of key issues and policy challenges. *In*: **IPEA**. Discussion Paper n. 218, Brasília, November, 2016, 102 p.

CAPÍTULO 6 | AS TRÊS FASES DA CHINA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: INCORPORAÇÃO FORÇADA E PARCIAL (1840-1949), RETRAIMENTO E INTEGRAÇÃO MÍNIMA (1949-1978), INTEGRAÇÃO TOTAL, VOLUNTÁRIA E IRREVERSÍVEL (1978-PRESENTE)

Pedro Vieira¹

Introdução

A incorporação da China à Economia-Mundo Capitalista (E-MC) foi abordada por vários autores (So, 1984; Moulder, 1977; So e Chiu, 1995), mas nenhum deles enfocou um período tão longo como o que escolhemos aqui. Além disso, com exceção de So (1984), o objetivo principal dos outros dois estudos é o desenvolvimento econômico do Leste Asiático, sendo a incorporação vista por suas consequências para o desenvolvimento. Nosso objetivo aqui é bem mais modesto e visa tão somente oferecer algumas evidências de como se deu a incorporação da China às redes mundiais de produção e troca desde 1840 até o presente. Embora parciais, essas evidências iluminam aspectos não tão explorados das relações econômicas da China com a E-MC, que é o sistema histórico que surgiu na Europa no século XVI e foi se expandindo, até que no final do século XIX abarcava todo o globo terrestre. Os principais componentes da E-MC são: i) o subsistema interestatal, formado pelos estados nacionais; ii) o subsistema econômico, constituído pelas cadeias mundiais de mercadorias que cruzam os territórios dos estados. A economia é capitalista porque as decisões dos agentes econômicos que a comandam são guiadas pela acumulação

¹ Membro do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSC; Coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo. E-mail: pavieira60@gmail.com

incessante de capital. E o sistema-mundo é capitalista porque a acumulação incessante de capital organiza e subordina a sociedade mundial. Essa é a regra mais importante do sistema. Se houver restrições ou limites à acumulação incessante de capital, esse sistema já não será o mesmo. Como consequência dessa verdadeira regra de ouro, indivíduos, instituições e países precisam segui-la, sendo recompensados se o fizerem e punidos se a contrariarem. Outro aspecto fundamental é a E-MC ser movida por vários tipos de competição: estados x estados; estados x capitalistas; capitalistas x capitalistas: trabalhadores x capitalistas; trabalhadores x estados. Combinados e se retroalimentando, os cinco tipos de competição moldam a E-MC e a fazem se mover para frente no tempo e no espaço. O avanço sobre espaços externos ao perímetro da economia-mundo em cada momento é o que se chama incorporação, a qual acontece quando “ao menos alguns processos de produção importantes em um lugar geográfico dado se convertem em parte integrante de várias cadeias mercantis que constituem a divisão do trabalho corrente na economia-mundo capitalista” (Wallerstein, 1998, p. 180). Trata-se de um processo que tende a demorar décadas² e que “pode ser medido pela reestruturação sucessiva dos processos de produção, estruturas familiares e instituições políticas. Uma vez que os *loci* físicos dessas três instituições não são normalmente idênticos, é um processo analiticamente confuso, mas isso não torna os links menos reais” (Wallerstein e Martin, 1979, p. 193). Mas, como na EM-C os processos de acumulação são sempre apoiados pelo Estado, a incorporação política torna-se indispensável e...

... geralmente se refere à transformação das regras na área (incorporada) de modo que seu processo de tomada de decisão seja cada vez mais moldado pelos estados na região central, e a área seja coagida a participar do sistema interestatal do (Sistema-Mundo Capitalista) como um parceiro júnior (...). Em geral, a incorporação econômica e a incorporação política ocorrem juntas (So, 1984, p. 93).

2 Como observa Brussi (2000, p. 81), “impérios muito bem estruturados como o Chinês (...) ou o Otomano (...) foram incorporados por partes no longo processo de trazê-los ao encadeamento mundial da produção capitalista”.

Arrighi (1979, p. 161) notou que, do ponto de vista dos processos produtivos, o estudo da incorporação envolve saber como ela evoluiu ao longo do tempo e se alterou os padrões dominantes de produção e reprodução da região incorporada. Se não foi assim, deu-se a incorporação formal; se, ao contrário, esses padrões se desintegraram e deixaram de funcionar como um sistema, a incorporação foi real ou efetiva.

Dada a grande extensão temporal de nosso estudo e a complexidade da economia chinesa, a esta altura de nossa pesquisa conseguimos somente colecionar evidências mais ou menos esparsas da ligação da economia chinesa com outras áreas da economia-mundo capitalista. Não foi possível, por exemplo, estudar uma atividade ou produto específico para ver como sua produção na China mudou em função das conexões com espaços externos e das exigências da acumulação incessante de capital. O comércio exterior se constitui na principal evidência empírica da incorporação das atividades econômicas de um país às redes mundiais, porque quanto maior e mais diversificado esse comércio mais as atividades econômicas internas estarão sujeitas aos processos mundiais. Através das importações/exportações e dos financiamentos, procuraremos justificar a segmentação do processo de incorporação da China à economia-mundo em três fases distintas: 1840-1949: integração forçada, parcial e fragmentada; 1949-1978: retraimento e integração mínima; 1978-presente: integração voluntária, total e irreversível. Nesses termos, desde 1840, a China sempre fez parte do sistema-mundo capitalista, embora em cada uma das três fases as conexões políticas e econômicas entre as duas entidades apresentem grandes diferenças. Antes de abordar a relações entre a China e a E-MC, vale a pena sublinhar que estudar um país, neste caso, a China, como parte da economia-mundo, obriga aceitar que é o funcionamento da E-MC que determina o que esse país pode ou não pode fazer. Como consequência, os graus de liberdade em relação às regras do sistema (p.ex., acumulação incessante de capital e competição interestatal) dependem da intensidade e da relevância da integração. Maior a integração, maiores as oportunidades oferecidas pela E-MC, como fazer parte de cadeias de mercadorias mais lucrativas, ter acesso a financiamento, tecnologia etc.

Simultaneamente, a maior integração implica maiores restrições e menor a autonomia para adotar estratégias políticas e econômicas que contrariem a acumulação incessante de capital e/ou normas impostas pelo sistema interestatal, em geral representado pela potência hegemônica. Na medida do possível, procuraremos ilustrar essa tese com a relação da China com a economia-mundo capitalista desde 1839 até o presente.

1840-1949: A incorporação forçada e parcial

Até o fim do século XVIII, o comércio China-ocidente era pequeno, com a China exportando seda, chá e porcelana, cujo pagamento recebia ouro, prata e outros itens de pouca importância. Os comerciantes estrangeiros podiam atuar apenas nos portos de Macau e Cantão e em alguns outros pontos, mas sob supervisão.³ Apesar de importantes para a economia chinesa, até então o comércio externo não introduzia uma quantidade de bens que pudessem alterar o funcionamento tradicional da economia (Hamilton e Chang, 2003). No comércio com a Inglaterra, as exportações chinesas de chá e seda eram superiores às importações, o que gerava um fluxo crescente de prata para a China. No fim do século XVIII, os ingleses encontraram um produto capaz de inverter a situação: o ópio produzido na Índia. A Companhia das Índias Orientais (CIO), criada pelo estado britânico em 1600, obteve o monopólio do comércio e arrendou a licença para um certo número de mercadores, que, após vender o ópio, trocavam a prata por carta de créditos da CIO, que usava essa prata para adquirir os produtos chineses. Esse comércio triangular Índia-China-Inglaterra gerava altos lucros em todas as etapas (Spence, 1995) e aumentou significativamente o consumo e importação de ópio pela

3 “A reação dos Qing (nome da dinastia que governava a China de 1644 até 1911) ao crescente número de comerciantes estrangeiros que começaram a bater às suas portas no final do século XVIII foi reforçar todas as regras anteriores (...). O comércio europeu ficou restrito ao porto de Cantão após 1760 e os estrangeiros foram proibidos de fixar residência na cidade, exceto na temporada de comércio, que durava de outubro a março. Os europeus só podiam negociar com os mercadores hong licenciados – dos quais costumava haver cerca de dez (...)” (SPENCE, 1995, p. 133). Greenberg (1951) tem um capítulo intitulado “O sistema comercial de Cantão”.

China⁴, de modo que na metade da década de 1820, talvez pela a primeira vez, a saída de prata da China para a Inglaterra superou a entrada (Moulder, 1977, p. 102). Por isso, quando o governo chinês tomou medidas para extinguir o consumo e o comércio do entorpecente, chegando a queimar estoques, a Inglaterra reagiu deflagrando a chamada Guerra do Ópio (1840-1842). Ainda que o estopim tenha sido a relevância do ópio⁵ para as finanças inglesas⁶, não pode ser menosprezado o objetivo estratégico de abrir o mercado da China, que então tinha 400 milhões de habitantes, para os grandes volumes de produtos possibilitados pela chamada Revolução Industrial, com destaque para os tecidos de algodão, que após 1790 eram majoritariamente exportados. Tendo consolidado sua hegemonia sobre a E-MC com a vitória sobre a França em 1815, a Inglaterra não podia tolerar a continuidade do império sinocêntrico. Por isso, concordamos com Arrighi, Ahmad e Shih (2001, p. 238), quando dizem que embora o conflito com a China envolvesse comércio e diplomacia, a questão de fundo era se “a economia do leste asiático continuaria centrada na China (...) ou tornar-se-ia um componente subordinado e periférico” da E-MC liderada pela Inglaterra. E nessa disputa o ópio “era, sim, o único meio comercial acessível à Grã-Bretanha em sua luta para expulsar a China do alto comando da economia do Leste da Ásia” (idem, idem).

Para além das motivações, há consenso quanto à incorporação da China à economia-mundo capitalista⁷ ter sido iniciada pela Guerra do Ópio, com o que “produtos, tecnologias, métodos organizacionais ocidentais foram introduzidos (...) e começaram a reformular a organização da economia chinesa” (Hamilton e Chang, 2003, p. 196). A guerra foi formalmente concluída em 1842,

4 As vendas de ópio para a China passaram de 1.000 caixas em 1773 para 23.570 caixas em 1932 (SPENCE, 199r, p. 140). A média anual das receitas do governo britânico com essas exportações subiram de 433 mil taels em 1785-89 para 4.165.000 taels em 1830-33 (SO, 1984, p. 96).

5 Na 1ª metade do XIX, o ópio foi “a única entrada viável do Ocidente no mercado chinês” (JOSEPH ESHERICK, 1972, apud ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 238).

6 “O grande valor estratégico da China para a Grã-Bretanha continuava a residir no papel representado por suas compras de ópio indiano para facilitar as operações fiscais entre a Índia o Reino Unido” (idem, p. 243).

7 So (1984) considera que, devido ao volume de exportação de chá e seda, já nos anos 1830, o sul da China estava sendo incorporado à economia-mundo capitalista.

com a assinatura do Tratado de Nanquim, que “é geralmente visto como um divisor de águas nas relações entre o Oriente e Ocidente” (Arrighi *et al.*, 2001, p. 242). No período 1842-1949, a incorporação foi fragmentada e parcial, não apenas pelas dimensões da China, mas também porque as técnicas, práticas, ideias e formas das atividades econômicas chinesas vieram se desenvolvendo durante séculos como parte inseparável de uma civilização milenar se considerava o centro do mundo, superior a outros povos, e que resistia às imposições externas. Além disso, tanto por suas fragilidades quanto pelos ataques das potências estrangeiras, o governo imperial e as forças políticas que o apoiavam se dividiam quanto à melhor maneira de enfrentar os desafios colocados pela chegada de ideias, tecnologias (civis e militares) e produtos ocidentais. Inicialmente, a influência estrangeira estava circunscrita às áreas dos cinco portos (Cantão, Fuzhou, Iamen, Ningbo e Xangai) abertos pelo tratado de 1842, e onde os súditos britânicos podiam fazer negócios “sem serem molestados ou restringidos” (Spence, 1995, p. 169). Embora proibidas até 1895, provavelmente mais de 100 fábricas estrangeiras foram instaladas antes dessa data, o que aconteceu porque as potências e os empresários estrangeiros não respeitavam as normas do governo chinês e este não tinha condições de se fazer obedecer. Essa impotência foi uma consequência da derrota na Guerra do Ópio e dos tratados⁸ dela decorrentes e que, entre outras imposições (como o pagamento de indenizações), obrigavam a China a aceitar que em quase 20 portos⁹ os estrangeiros pudessem instalar estabelecimentos comerciais. Além dessas verdadeiras zonas econômicas especiais, certas partes do território chinês foram conectadas à economia-mundo através da ocupação, como foi o caso da Manchúria, ocupada pela Rússia e pelo Japão, que abordaremos mais à frente.

Neste contexto de ocupação política, militar e econômica e de resistência a ela, de que maneira e em que proporção a China foi incorporada às redes mundiais de produção, comércio, tecnologia

8 A China assinou tratados com a Grã-Bretanha em 1842 e 1843; com os EUA e França, em 1844, e com todos esses países mais a Rússia, em 1858 (FAIRBANK e GOLDMAN, p. 192).

9 Cinco portos foram abertos pelos tratados de 1842-1843, 10 pelos tratados de 1860 e outros abertos em 1911.

e finanças? Para responder a esta pergunta deveríamos ser capazes de identificar em que medida agricultura, indústria, comércio e finanças chinesas passaram a depender de mercados externos tanto para adquirir insumos, máquinas e equipamentos como para vender seus produtos e ainda obter financiamentos. Definitivamente, não estamos em condições de satisfazer essa exigência. O que vamos fazer é mostrar algumas evidências e argumentos a favor da tese de que a partir de 1840 a China foi crescentemente incorporada à economia-mundo capitalista, e que até 1949 essa integração não foi ampla e intensa em termos de atividades e também de espaço. Além das características culturais mencionadas acima, a extensão territorial (quase 10 milhões de Km²) e o tamanho da população¹⁰ dificultavam a tarefa dos invasores, que também estavam divididos.¹¹ Como resultado, a incorporação **foi parcial e fragmentada** de 1840 até fim do Império, que sucumbiu em 1911, e também durante o período republicano, de 1912 a 1949. E foi assim porque a maior parte da economia chinesa não foi conectada aos circuitos financeiros e comerciais mundiais e nem o Estado foi reorganizado de modo a seguir os ditames das potências mundiais.

Considerando que no início do século XIX a economia chinesa era predominantemente rural, é relevante saber que...

... nenhuma potência dominou a China e reorganizou a economia rural entre 1850s e 1949, porque a China nunca foi formalmente colonizada por qualquer potência. Os camponeses resistiram a qualquer mudança que fosse imposta. O fato de industriais estrangeiros não conseguirem controlar a oferta de algodão e a resiliência da indústria têxtil rural atestam a autonomia do setor rural chinês (Hung, 2015, p. 39, tradução nossa).

10 Em 1850, cerca de 400 milhões na China e 30 milhões na Inglaterra.

11 O fato de serem várias potências invasoras faziam com que elas mesmas se contivessem mutuamente. Na luta pelo saque no final dos anos 1890, Inglaterra apoiou a independência e desintegração da China para evitar taxações exclusivas pela Alemanha e Inglaterra. Em 1899, os EUA promoveram a política de portas abertas, segundo a qual todas as potências deveriam se beneficiar igualmente da ocupação da China e não reparti-la entre as potências que poderiam criar colônias exclusivas (SO & CHIU, 1995, p. 119).

Portanto, as duas mais importantes atividades econômicas na China – a agricultura e a indústria rural – permaneciam praticamente à margem da economia-mundo capitalista, o que significava a continuidade das técnicas, das relações de trabalho tradicionais e a ausência das pressões da acumulação incessante de capital. Contudo, havia exceções, porque, “por volta de 1830, certos grupos, especialmente os cultivadores de chá em Fukien, os produtores de seda no distrito de Nanquim e artesãos de Cantão, junto com seus intermediários, passaram a depender do comércio exterior” (Greenberg, 1951, p. 43-44). So (1984, p. 97) reproduz as estimativas de Kuo (1956), para quem em Cantão 50 mil tecelões de algodão, 17 mil tecelões de seda e mais 100 mil transportadores nas várias etapas desses negócios se tornaram parte dos grupos cuja sobrevivência dependia das exportações. Afirma ainda So (1984, p. 87) que “essas conexões com o sistema-mundo capitalista também podiam ser observadas nos mercados locais e povoados. Nos anos 1830, o condado de Shun-te, que no futuro seria o centro da indústria da seda no sul da China, passou cultivar o bicho-da-seda em escala crescente”. A crescente demanda por seda nos EUA, combinada com a diminuição da produção na Itália e na França devido a uma praga no bicho-da-seda, fez da China o principal fornecedor do fio de seda, apesar de sua baixa qualidade. A solução foi produzir esse fio com as técnicas ocidentais. Em 1860, a empresa Jardine, Matheson & Co., a maior empresa ocidental atuando na China, resolveu instalar em Shangai uma fiação com tecnologia ocidental. Brown (1979) faz um detalhado estudo dessa experiência, que foi encerrada em 1870, em grande parte devido tanto a dificuldades na logística (a fábrica estava localizada longe das áreas produtoras dos casulos) quanto porque as os produtores de casulos e os que processavam o fio eram monopolizadas por uma corporação, que não queria interferência da empresa nos seus negócios com casulos e fios de seda. Como observado por Brown (1979), se para a empresa comprar o casulo era uma decisão economicamente racional, não vendê-lo era, para os chineses, uma forma de preservar seu modo de vida e seus valores e mesmo de resistência à invasão estrangeira. Se essa primeira tentativa de instalar uma fábrica moderna na China fracassou, entre 1870 e o começo

dos anos 1890, foram instaladas pelos menos seis fábricas de fio semelhantes, demonstrando que os fabricantes de seda para exportação estavam aderindo às técnicas ocidentais, ou seja, conectando-se à E-MC também pela importação de tecnologia, uma vez que já o faziam através das exportações. O mesmo autor informa que de 5% das exportações em 1894, as exportações pelos novos métodos passaram para 29% em 1895, 38% em 1896, 46% em 1897, chegando a 50-60 % no período 1902-15 (Brown, 1979, p. 566). So (1986) estima que no sul da China, entre 1882-85 seis fiações empregavam 2970 trabalhadoras que produziram a média anual de 10.496 piculs de fio de seda, sendo 76 % produzidos à mão. Corroborando a mudança apontada por Brown, em 1913 funcionavam 106 dessas fábricas, com 52.470 empregados, que produziam 47.016 piculs, dos quais 96% vinham de fábricas modernas. Se por si só esses números revelam a transformação provocada pela articulação com o mercado mundial, essa mudança é ainda mais relevante porque: 1) aconteceu na área rural, que se industrializou; 2) as fábricas eram todas de propriedades de chineses; 3) a máquina a vapor era de produção local (So, 1986, p. 107).

A resistência à ocupação estrangeira era ampla e fez com que a derrubada dos obstáculos legais aos comerciantes estrangeiros não fosse suficiente para os produtos industrializados europeus superarem os concorrentes chineses. Arrighi *et al.* (2001, p. 258) apresentam algumas evidências da capacidade de resistência da economia chinesa: em 1850, os produtos de algodão eram só 6% das exportações britânicas para China. Em 1875, 8%. Em 1894, a **indústria artesanal chinesa** abastecia 86% do mercado interno de tecidos de algodão, o que em parte se deve à conexão com a economia-mundo através da importação de fios de algodão ingleses, que eram mais baratos porque produzidos à máquina. A substituição do fio artesanal nacional permitiu à indústria nacional de tecidos de algodão competir com os tecidos importados e, inclusive, se expandir (Arrighi *et al.*, *idem*, p. 258).

Fora algumas exceções, como querosene, que substituiu o óleo vegetal como combustível, e os cigarros, que abordaremos mais adiante, os produtos estrangeiros tiveram pouco peso nos mercados chineses, seja porque não atendiam às necessidades dos consumidores, seja porque eram mais caros que os concorrentes nativos (Nathan, 1972).

O quadro até aqui apresentado parece corroborar a tese da incorporação parcial, tanto porque a agricultura e a indústria rural se mantiveram praticamente intactas quanto porque a entrada de importados se limitava a alguns produtos, como os fios de algodão, bens de capital e de consumo. e possivelmente máquinas e equipamentos, estes últimos talvez como parte do movimento de autofortalecimento, que merece ser abordado. Iniciado nos anos 1860, esse movimento pretendia fazer a China se equiparar tecnologicamente ao Ocidente. Liderado pelos mais poderosos governadores provinciais, foram implementados projetos que abarcavam as indústrias civil e militar: várias fábricas de armas, os dois maiores arsenais, uma fábrica de máquinas, estaleiro e escola de navegação. Os projetos não militares almejavam fortalecer a capacidade de resistência à dominação externa. No início dos anos 1870, foi criada um tipo de empresa denominada *kuan-tu shang-pan* (Gua Du Shang), que significa “empreendimentos de comerciantes supervisionados pelo governo” (So & Chiu, 1995, p. 50). Esses autores ressaltam um aspecto importante desses empreendimentos: a exclusão total dos estrangeiros porque os chineses acreditavam que só eles sendo os proprietários seria possível reter os benefícios da industrialização (So & Chiu, idem, p. 50). A resistência à ocupação estrangeira também motivou o projeto China Merchant’s Steam Navig Co (1872), que visava reaver o controle sobre a navegação interna – que tinha passado para empresas estrangeiras– e também recuperar parte das receitas perdidas para estas últimas. Sem especificar quais, So & Chiu (1995) informam que no começo dos anos 1890s estavam em operação 76 fábricas modernas, quer dizer com tecnologia ocidental, e 33 minas de carvão e de metais. Entre os empreendimentos privados supervisionados pelo Estado esses autores mencionam os seguintes: Kaiping Coal Mines, Imperial Telegraph Administration, Imperial Railway Administration, Shanghai Cotton Mills, e Heng Hiang Iron Works (idem, p. 50). Nesta pequena lista vemos que no início dos anos 1890s, apesar de todas as dificuldades criadas pelos tratados e pela dominação estrangeira, as classes dominantes e o Estado estavam determinados a tornar a China rica e poderosa através da industrialização e pareciam ter condições para tanto. Mas a situação mudou completamente após

a derrota na guerra contra o Japão em 1894, que levou ao tratado de Shimonoseki (1895), que obrigava a China a fazer mais concessões e a pagar pesada indenização. Por exemplo, nos anos 1860, americanos e britânicos tentaram instalar fábricas em vários portos, mas foram impedidos pela resistência governamental. Conseguiram após o referido tratado, no que foram acompanhados por japoneses e alemães. Também na mineração e nas ferrovias o governo tinha conseguido impedir a participação estrangeira, que as potências invasoras exigiam desde 1860. É digno de nota que a recusa se devia a que o controle estrangeiro sobre as ferrovias era visto pelos chineses como um meio para penetração de exércitos estrangeiros, como a Inglaterra fizera na Índia. Do mesmo modo, os perigos dos empréstimos externos eram conhecidos pela experiência do Egito (Moulder, 1977, p. 115). Em termos mais gerais, a derrota na guerra sino-japonesa significou o fim da resistência do Estado chinês aos investimentos estrangeiros em ferrovias e minas. Governo foi forçado a conceder a exploração de ferrovias e minas a empresários de várias nações. Por sua importância política e para o desenvolvimento industrial e tecnológico, a expansão das ferrovias será objeto de pesquisa posterior. Por ora, ficamos com esta observação de Davis (1991, p. 155 e 158):

No final do século XIX e início do século XX, ferrovias foram a maior avenida pela qual as potências imperialistas entraram na China. (...) Concessões, empréstimos e construção em grande parte definiram os padrões das esferas de influência (daquelas potências) e a dependência chinesa.

Em 1911, 41% da quilometragem ferroviária pertencia a estrangeiros e o restante ao governo chinês, mas construídos com empréstimos estrangeiros. Moulder (1977) menciona as condições leoninas dos empréstimos que davam tantos direitos aos estrangeiros, que na prática era como se eles tivessem recebido uma concessão. Algo similar acontecia na mineração. Entre 1896 e 1913, inúmeras concessões foram feitas para britânicos, alemães, russos, franceses, americanos, belgas e japoneses. As concessões de ferrovias e minas eram acompanhadas por controle sobre vastos territórios arrendados

por 90 anos. A China perdia soberania sobre a área, cuja autoridade suprema passava a ser o arrendatário (Moulder, 1977, p. 116).

Também no que concerne ao endividamento externo, 1895 foi um divisor de águas. Em geral, para financiar campanhas militares, desde 1860 o governo tomava emprestadas pequenas somas, que em 1894 totalizavam 13 milhões de libras. Entre esse ano e 1911, o montante foi de 90 milhões de libras, o que Moulder (idem, p. 116) atribui à insuficiência das receitas frente às despesas da guerra contra o Japão e as indenizações dela decorrentes (48 milhões de libras); aos investimentos em ferrovias e à indenização de 450 milhões de tael (a moeda chinesa), imposta pelas potências ocidentais como punição pela Rebelião dos Boxers de 1900 (Moulder, idem). Dada a relevância da incorporação às redes mundiais de acumulação de capital pela via do capital financeiro, merece ser mencionado que desde os anos 1840s bancos estrangeiros atuavam nos portos liberados pelos tratados, com predominância dos bancos ingleses até o fim do século. Depois de 1890, também se tornaram relevantes instituições dos EUA, França, Rússia, Japão, Holanda e Bélgica. Esse quadro se altera um pouco a partir dos anos 1930, quando o governo nacionalista incentiva a criação de bancos chineses modernos (Moulder, p. 118).

A abertura dos portos e a instalação de empresas comerciais estrangeiras aumentaram as importações de máquinas e equipamentos e de bens de consumo, estes últimos para atender aos estrangeiros e também aos chineses que passaram a adotar hábitos de consumo europeus. Ao mesmo tempo, os estrangeiros produziam também para os mercados externos, talvez prioritariamente para aqueles de seus respectivos países. É importante observar que chineses também procuraram modernizar a produção de mercadorias tradicionais, como chá e tecidos de algodão e seda, o que exigia importar tecnologia e adotar métodos organizativos e comerciais ocidentais. Assim, entre 1867 e 1932, as importações e exportações aumentaram em média 2,4% e 2,5% a.a., respectivamente (Hou, p. 126). Houve também um enorme aumento na quantidade de itens transacionados. Entre 1912 e 1932, 300 itens foram adicionados à pauta de importados. (idem, 190/1). A intensificação da integração da economia chinesa à economia-aumentou a importação de máquinas (em milhões de libras): 1912: 6; 1930:

106,7; 1938: 130,6 (Hou, 1965, p. 125). Pode-se afirmar, portanto, que mais setores se articulam com a economia-mundo, também pelo lado das exportações, à cuja pauta mais 145 produtos foram adicionados entre 1912 e 1931, cabendo mencionar manufaturados, como lã, couro, algodão, ovos e produtos deles derivados, óleo de tungue¹², açúcar, óleos vegetais e produtos da soja (Hou, idem, p. 84). Contudo, matérias-primas e alimentos continuavam respondendo por mais de 80% do total (Hou, idem, p. 200). Como consequência, chá e seda que nos anos 1840s chegavam a 92% do total exportado, em 1931 representavam apenas 4% e 14%, respectivamente. Entre os produtos exportados a soja e seus dois derivados merecem especial atenção pela importância que tiveram para a China, e para o mercado mundial. Para a China a relevância não foi apenas econômica, mas também geopolítica. Em termos econômicos, esses dois produtos, que não ultrapassavam 6% das exportações em 1908, chegaram a 22% em 1936 (Hou, p. 190). Em 1929, as quantidades exportadas do grão, do bolo de soja e do óleo foram três vezes maiores que em 1909 e *chegavam a 75% da produção mundial*. Segundo Prodöhl (2013, p. 466, grifos nossos), “a coincidência de *diversas mudanças regionais com os desenvolvimentos políticos e econômicos globais (...) transformou o nordeste da China na principal área de produção de soja do mundo*.” E as consequências não podiam deixar de ser também mundiais:

Within only a few decades, soy went from being a plant important only in Asia to one with significant strength in the world economy. Western demand was served by Northeast China, a semi-colonized region in which Japan and Russia had strong footholds. Comprising more than 50% of the three north-eastern provinces' total exports from the late 1910s to the late 1930s, soybeans became the region's cash crop, mainly cultivated for export to Japan, Europe, and the United States. Soy was exported as whole beans or – lightly processed – as oil and bean cake (Prodöhl, 2013, p. 481, grifos nossos).

12 “O óleo de tungue é um óleo extraído a partir da prensagem das sementes dos frutos da árvore da espécie *Vernicia fordii*, também chamada de árvore de tungue, ou tungue?”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93leo_de_tungue.

Na citação, a autora destaca os motivos geopolíticos da transformação da soja em produto mundial, a saber, os imperialismos japônês e russo na Manchúria¹³. No caso da soja, o Estado, as empresas e os bancos japoneses foram os agentes mais relevantes, na medida em que controlavam a maior parte do comércio com Europa e EUA. Portanto, através da soja, a região nordeste da China estava firmemente articulada às redes mundiais de comércio, finanças e tecnologias distribuídas por várias outras regiões (Japão, Europa, EUA) da economia-mundo. Mas não foi apenas pela soja que, via Japão, a Manchúria foi integrada à economia-mundo. Muito importante também, e talvez mais relevante para o desenvolvimento posterior da China, foi a implantação da indústria de bens intermediários, como carvão e aço, que eram exportados para o Japão, de onde vinham máquinas e equipamentos, bem como os recursos humanos mais qualificados. Por exemplo, em 1917, foi iniciada a instalação de uma usina de aço em Anshan, que em 2007 ainda era uma das grandes usinas de aço da China (Naughton, 2007). Como parte da estratégia de ocupação econômica, política e militar da Manchúria, a Rússia e o Japão implantaram uma considerável malha ferroviária ligando o interior aos portos da região.

A incorporação econômica através da instalação de fábrica de bens de consumo, de capital e intermediários para o mercado interno fizeram a China ter contato com as técnicas mais avançadas da época, que logo foram assimiladas, reproduzidas ou adaptadas. Na indústria metalmeccânica, em 1936, estavam em operação mais de 100 fábricas fundadas principalmente por britânicos e japoneses, oferecendo produtos elétricos, bicicletas, tubos, máquinas e equipamentos de vários tipos. A fabricação de cigarros ilustra bem como a mudança de hábitos induzida pela incorporação inseriu a economia chinesa na economia-mundo. Dado que o fumo era conhecido na China desde o século XVI, quando foram introduzidos

13 Região no nordeste da China, onde estão as províncias de Liaoning, Jiling e Heilongjiang. Segundo Prodöl, a Rússia continuou controlando a última província e o norte de Jiling, enquanto Japão controlava a primeira e o sul de Jiling. Em 1931, o Japão instalou o estado fantoche de Manchukuo e dominou as três províncias. Ao sul da grande muralha, a intervenção japonesa começou depois da I Guerra Mundial, quando Japão se apoderou das concessões alemãs na província de Shandong. Em 1937, o Japão invadiu a China, onde ficou até 1945.

nos anos 1880, os cigarros fabricados com máquinas se tornaram mais uma inovação em uma “altamente desenvolvida cultura do fumo já acostumada a adaptar novos produtos vindos de terras distantes” (Benedict, 2011, p. 130). Em 1902, as duas fábricas de cigarros que funcionavam na China desde 1890 se fundiram e passaram a ser administradas pela recém criada British-American Tobacco (BAT)¹⁴. Em 1905 e 1906, a BAT instalou uma fábrica em Shangai e outra em Hankou (hoje Wuhan), com capacidade para produzir oito milhões de cigarros/dia. O sucesso da BAT, que até a década de 1940 praticamente monopolizava o mercado de cigarros na China e no mundo, é um exemplo notável de uma empresa que soube aproveitar as oportunidades abertas pela incorporação forçada. A empresa teve facilidades *para importar cigarros, máquinas, matérias-primas e outros insumos, trazer técnicos e administradores, montar as fábricas, que num dado momento empregavam 15 mil trabalhadores, e ainda comprar terras (em nome de chineses) para fazer experimentos com sementes de fumo da variedade americana*¹⁵ (Cochran, 1980). Um aspecto da incorporação forçada que merece ser ressaltado é a resistência da população chinesa na forma de boicote aos produtos estrangeiros, como aconteceu em 1905/06 aos produtos norte-americanos e ocidentais em geral, que levou ao fechamento de empresas, abrindo espaço para empresários chineses, como aconteceu em várias atividades (mineração, navegação, bancos, têxteis e ferrovias). Segundo Cochran (1980), na indústria de cigarros, durante esse movimento, mais vinte empresas vieram se juntar às quatro pequenas fábricas pré-existentes. Uma das empresas que se beneficiou – inclusive com menor número de greves do que a concorrente (Cochran, 1980) – foi a Nanyang Brothers Tobacco Company, criada em 1905 pelo cantonês Chien Chao-nan. Após reverses (fechou em 1907 e reabriu em 1908), a partir de 1915,

14 A BAT resultou da fusão, em 1902, da norte-americana Duke's American Tobacco Company com a britânica Imperial Tobacco Company.

15 A primeira colheita, em 1915, foi de mais ou menos duas toneladas, que representavam apenas 10% das necessidades da BAT naquele ano. Ao produzir a matéria-prima, processá-la e se encarregar da comercialização do produto, a BAT estava praticando, na China, a integração vertical, que viria a ser o padrão da grande empresa norte-americana na primeira metade do século XX.

a Nanyang conseguiu se estabilizar e crescer, a ponto de ser a única grande empresa a resistir a todas as tentativas da BAT para retirá-la do mercado.¹⁶ Embora recorresse ao nacionalismo para ganhar mercado, essa empresa foi constituída com equipamentos, assessoria técnica, o próprio tabaco e outros materiais (papel para os cigarros, corantes etc.) importados, inicialmente do Japão e depois dos EUA (Cochran, 1980). Chien Chao-nan não foi um exemplo isolado de empresário schumpeteriano. Também na indústria química, de grande importância para o futuro desenvolvimento da China, os desafios da modernização geraram respostas inovadoras e sofisticadas em termos científico-tecnológicos, de modo que “no século que findou em 1949, a China estabeleceu uma indústria química moderna” (Reardon-Anderson, 1986, p. 177). E como esse feito foi conseguido? Basicamente importando equipamento e técnicos do exterior¹⁷ e depois desenvolvendo capacidades próprias, e soluções inovadoras e relevantes. Em 1926, a empresa Yungli, pioneira na fabricação de soda pelo método Solvay, ganhou medalha de ouro na exposição internacional da Filadélfia. Outra contribuição relevante para área de química foi dada por Hou Tê-pang, empresário e pesquisador com mestrado e doutorado nos EUA e cujo livro *Manufacture of Soda with Special Reference to Ammonia Process*, publicado pela Sociedade Americana de Química em 1934, se tornou um clássico na área (Reardon-Anderson, 1986). Importante notar que essa geração de empresários-cientistas chineses estava totalmente integrada à metodologia da pesquisa científica e experimental ocidental¹⁸ e, ao mesmo tempo, profundamente comprometida com o futuro de seu país e conscientes de que a autonomia científico-tecnológica e produtiva era a condição *sine qua non* para a China resistir às invasões estrangeiras e continuar um país unificado. Iniciada em julho de 1937, em outubro de 1938, a ocupação japonesa

16 Segundo Cochran (1980), o sucesso da BAT em eliminar a concorrência certamente prejudicou o aumento do número de empresas chinesas.

17 Nos anos 1920, no arsenal de Mudken, o maior da China, trabalhavam mais de 1500 estrangeiros, a maior parte nas áreas técnicas (REARDON-ANDERSON, 1986, p. 181).

18 Reardon-Anderson menciona três instituições dedicadas à pesquisa, duas financiadas por empresas (Golden Sea Research Institute of Chemical Industry e o China Industrial Chemical Research Institute) e uma pelo governo federal, o National Bureau of Industrial Research.

cobria grande parte da China, incluindo a área mais modernizada economicamente. O governo se mudou para o interior, transferiu indústrias¹⁹ e, praticamente só com capacidades próprias, instalou novas fábricas de diversos produtos, usinas elétricas e destilarias de álcool (Reardon-Anderson, 1986). Dos vários casos descritos por este autor, queremos mencionar a produção de etanol, que no Brasil iniciou em 1979. Na China, as demandas imensas de combustível provocadas pela invasão japonesa e a insuficiência do petróleo impulsionaram pesquisas para produzir combustível a partir de óleos vegetais. Entre as várias possibilidades, o etanol foi o mais promissor. A primeira destilaria foi construída em 1938; em 1944, havia 51 delas e mais uma centena foi instalada em várias outras províncias, de modo que no fim da II Guerra Mundial a produção era de 1 milhão de galões por mês (Reardon-Anderson, 1986, p. 214).

Na avaliação de Reardon-Anderson (1986), a unificação nacional²⁰ conseguida pelo Partido Nacionalista liderado por Chiang Kaishek promoveu certa segurança, senso de direção, estabeleceu prioridades que favoreceram os setores-chave da economia e com isso foi criado um clima de confiança no futuro, que estimulou a inovação tecnológica. Na indústria química, por exemplo, na década 1927-37 foram criadas mais empresas e introduzidas mais inovações que em todo o século anterior (idem, p. 189). É lícito pensar que progresso similar deve ter acontecido em muitas outras atividades, o que significava o avanço da integração da economia chinesa com a economia-mundo capitalista. Se esse processo tivesse continuado, provavelmente o próprio Kuomitang conseguiria fortalecer a si e ao Estado, habilitando-se a implementar *uma estratégia mais coerente de integração à economia-mundo capitalista*.

19 Segundo Reardon-Anderson, entre 1930-40, 639 empresas privadas foram transferidas, o que significou transportar 117 mil toneladas de equipamentos.

20 Após ter derrotado vários senhores da guerra e em abril de 1927 ter massacrado os comunistas, seus ex-aliados, em 1928, Kaishek e os nacionalistas estabeleceram o chamado governo de Nanquim, cidade que passou a ser a capital da China. A “unidade nacional superficial” (FAIRBANK e GOLDMAN) criada pelo novo governo foi suficiente para que ele fosse reconhecido pelas potências ocidentais e criasse a organização estatal mínima necessária para a suspensão dos tratados desiguais. Também conseguiu assinar tratados com potências estrangeiras, o que significou o “reconhecimento internacional à revolução nacionalista” (FAIRBANK e GOLDMAN, 2008, p. 265).

Como sabemos, não foi o que aconteceu. Esse breve período de relativa tranquilidade política e de unidade nacional foi interrompido pela invasão japonesa de 1937, que se prologou até 1945. A partir de então, os conflitos entre o partido no governo (o Kuomintang) e o Partido Comunista Chinês (PCC) evoluíram para uma guerra civil, vencida pelo PCC, que em 1º de outubro de 1949 criou a República Popular da China. Com isso, junto com as mudanças no Estado e na sociedade, a incorporação parcial e fragmentada sofreu um retrocesso radical. De fato, ela foi interrompida e substituída por uma integração mínima, que significou um retraimento e não, como procuraremos mostrar em seguida, a saída da China da economia-mundo capitalista.

Retraimento e integração (1949-78)

Deve ficar claro que não estamos afirmando que a economia chinesa era capitalista e sim que apesar da revolução comunista de 1949, a China continuava dentro do Sistema-Mundo Capitalista (SMC). Em outras palavras, tornou-se uma dissidência, mas, ainda sim, parte do SMC, a cujas possibilidades e restrições estava sujeita, como estavam os demais estados socialistas. Não obstante,

embora a dinâmica global forneça o contexto estrutural geral para o desenvolvimento, ainda são os atores nacionais que selecionam suas próprias estratégias, fazem suas próprias escolhas e escolhem seus próprios caminhos de desenvolvimento. Como tal, é importante examinar como os atores nacionais, como classes, grupos de status, estados e partidos, responderam à dinâmica do sistema mundial para explicar a trajetória particular de um Estado (So & Chiu, 1995, p. 140).

Ora, um Estado socialista, por definição, é a negação da economia-mundo capitalista e esta não pode tolerar ser combatida por um de seus membros. Por isso, o sistema interestatal, representado pela potência hegemônica e seus aliados, tenta sufocar política, econômica

e militarmente o nascente estado socialista, que para se defender se vê forçado a romper parcialmente suas conexões com a EMC. No caso da China, as tentativas de impedir o prosseguimento do projeto socialista do PCC começaram já no final de 1950, quando EUA, seus aliados europeus e Japão impuseram embargos comerciais à China, depois que esta decidiu participar na guerra da Coreia (Maddison, 2007).²¹ Para resistir aos ataques externos e internos, o nascente Estado socialista buscou construir rapidamente capacidades militares, mobilizou apoio popular e recorreu à proteção e apoio do bloco comunistas liderado pela URSS. Em termos gerais e abstratos a fase de retirada da economia-mundo termina quando as hostilidades já não ameaçam a existência do Estado socialista, que pode “se reintegrar plenamente à economia-mundo capitalista” (So & Chiu, idem, p. 140). Para a China, a fase de retirada da economia-mundo terminou em 1972, quando a visita de Richard Nixon a reintroduziu na cena política mundial. Voltaremos a este ponto no fechamento desta seção. Por ora, é necessário registrar que as décadas de 1950 e 1960 podem ser vistas como o período da retirada. Durante a década de 1950, o PCC se apoiou fortemente na União Soviética e era através da URSS e de outros países socialistas que a China mantinha relações com a economia-mundo capitalista, até porque a URSS e os demais países socialistas mantinham relações comerciais com o sistema-mundo capitalista. Por exemplo, “em 1954, a própria URSS era importadora líquida de bens capitais” (Kirby, 2007, p. 885). Na década de 1950, os países comunistas depositavam em bancos europeus, principalmente em Londres, os dólares com que pagariam suas importações dos países capitalistas (Arrighi, 1996). Nos anos 1970, “a URSS e outras economias planejadas entraram no mercado de grãos, impactando fortemente o comércio do grão e do óleo de soja” (Turzi, 2017, p. 8).

Pelos acordos assinados entre Mao e Stalin em fevereiro de 1950, a URSS concedeu “um empréstimo de U\$ 300 milhões para financiar a compra de bens de capital, juntamente com um suprimento

21 “Os embargos foram suspensos pela Grã-Bretanha, Japão e outros em 1957, mas os EUA congelaram ativos chineses e mantiveram a proibição de qualquer transação com a China até 1971” (MADDISON, 2007, p. 84).

substancial de técnicos e plantas” (Maddison, 2007, p. 84). Ainda segundo o mesmo autor, na década de 1950, “os projetos soviéticos incluíram máquinas-ferramentas, caminhões, tratores, o desenvolvimento da indústria petroleira, equipamentos geradores de energia elétrica, construções de aviões a jato e submarinos, bem como reatores e outras tecnologias nucleares” (Maddison, 2007, p. 58). Segundo Fan (1973) ²², nos anos 1950 foram 291 acordos, totalizando U\$ 3.275 milhões. A China exportava alimentos, matérias-primas e bens de consumo. Entre 1956-63, o superávit chinês com a Rússia alcançou 5.360 milhões de rublos, valor praticamente igual aos créditos concedidos pela URSS entre 1950-60, quando o comércio externo cresceu de U\$ 350 milhões para U\$ 3 bilhões, 70% sendo com a URSS. Apesar de bem menor, o *comércio com países não comunistas* se aproximava dos 25% do comércio exterior chinês, chegando a 30% em 1959. Após o rompimento com a URSS no início dos anos 1960, as transações *com países não comunistas* passaram de U\$ 1.37 bilhão em 1960, para 2.12 bilhões em 1964. Nos mesmos anos, o comércio com a URSS caiu de U\$ 1,7 bilhão para U\$ 450 milhões.

Devido ao fracasso do Grande Salto Adiante (1958-61), como ficou conhecido o conjunto de medidas incentivadas por Mao e que fariam a China alcançar a Inglaterra, pela primeira vez, a China teve que importar grãos em grandes quantidades, principalmente do Canadá e da Austrália. E, como a agricultura se tornou a prioridade número um, também cresceu a importação de fertilizantes químicos, que vinham majoritariamente do Japão e da Europa Ocidental, de onde também eram importadas fábricas completas, além de assistência técnica e créditos. Dessa forma, a China não dependia mais da URSS e de outros países comunistas para dispor de tecnologia moderna. Ao mesmo tempo que importava trigo, a China exportava arroz, que nos anos 1960s alcançava bons preços no mercado mundial (Fan, 1973).

Após a recuperação dos estragos causados pelo Grande Salto Adiante, a China foi abalada pela Revolução Cultural, iniciada em

22 Salvo indicações em contrário, os dados do comércio exterior chinês a seguir foram retirados desse autor.

1966, ano em que o comércio exterior tinha voltado ao pico de U\$ 4,29 bilhões. Caiu cerca de 10% no auge das atividades dos guardas vermelhos em 1968, mas voltou a crescer após a restauração da ordem em 1969, chegando ao recorde de U\$ 4.5 bilhões em 1971. Os principais itens importados eram ferro, aço e metais não ferrosos, que juntos superavam os alimentos. Manufaturados de ferro e aço passam de U\$ 145 milhões em 1965 para U\$ 390 milhões em 1970. Metais não ferrosos subiram de 50 para 210 milhões. A composição das exportações mudou pouco. Em 1970, o grupo alimentos e materiais brutos e o grupo químicos e manufaturados representavam, cada um, 50% do total exportado.

Entre 1966-70 cresce continuamente o comércio com países não comunistas, chegando a mais de 80% do comércio exterior em 1970, enquanto o comércio sino-soviético caiu para apenas 1%. Com países da Europa do Leste, o comércio aumentou de 5% em 1964 para 8% em 1970, mas estava abaixo do máximo alcançado no fim da década de 1950. Com os países desenvolvidos, subiu de 39% em 1965 para 53% em 1970 (Fan, 1973).

A tabela 1 adiante mostra a participação do comércio exterior chinês no comércio mundial. Como se pode ver, os percentuais diminuíram consideravelmente após 1949, chegando nos anos 1970s a pouco mais de 1/3 do que eram em 1945. O índice dos anos 1970 (0,70) parece dar razão a Maddison (2007, p. 85), quando ele diz que a década de 1960 foi de grande isolamento para a China. Essa avaliação é baseada em alguns dados: as exportações caíram 20% entre 1959 e 1970 e as importações dos países socialistas, que eram 66% do total em 1959, baixaram para 17% em 1970. Tendo praticamente rompido com a URSS e seus aliados, as únicas fontes de crédito eram o Japão e alguns países europeus, que concediam apenas financiamentos de curto e médio prazos para a instalação de fábricas de fertilizantes, plásticos e produtos químicos, provavelmente com equipamentos adquiridos no país que concedia o crédito (Maddison, 2007). Por sorte, observa Maddison (idem), o superávit comercial com Hong Kong provia a China com moeda estrangeira e com contatos comerciais que permitiam furar os embargos a que estava submetida.

Tabela 1 | Comércio exterior da China (CEC)/Comércio exterior do mundo (CEM) – %

Período	CEX/CEM
1913	1,88
1925	2,30
1930	1,83
1938	1,98
1945	1,98
1950s	1,70
1970s	0,70

Fonte: Keller *et al.*, 2010.

Além do comércio, a China também se ligava ao exterior através de financiamentos. Contudo, a estratégia de limitar ao mínimo as conexões com a economia-mundo capitalista levou à decisão de financiar a indústria com excedente extraído do campo para não **depender de financiamento externo** o que, além de aumentara autonomia para definir políticas econômicas sem a interferência dos organismos internacionais e dos governos dos países capitalistas centrais, livrou a China da armadilha dos empréstimos externos abundantes dos anos 1970 e de ser atingida pela crise da dívida dos anos 80 (Hung, 2015). A política maoísta da autossuficiência fez com que, em 1981, a relação dívida externa/renda nacional bruta chinesa fosse 2,99. Brasil e Argentina chegavam a 52,6 e 46,6, respectivamente (Hung, 2015, p. 50). Contudo, quando as relações com o ocidente se intensificaram após 1972, o “déficit comercial se deteriorou como resultado da onda de importações de máquinas”²³ (Hung, 2015, p. 49).

O aumento da importação de máquinas denota que a redução dos laços com a economia-mundo gerou um certo atraso tecnológico. Esse atraso, em grande parte causado pela priorização da ideologia revolucionária em detrimento do crescimento econômico e do bem-estar material, ajuda a entender porque no início da década de 1980 a China era um dos países mais pobres do mundo e ao mesmo tempo igualitário, com um índice de Gini de 0,35.

23 Analisando o período 1972-76, Naughton (2007, p.77) menciona a decisão de importar máquinas no valor de US\$ 4.3 bilhões, com destaque para onze grandes fábricas de fertilizantes, compradas de um consórcio estadunidense-holandês.

Como derradeira evidência das conexões com a economia-mundo capitalista, cabe mencionar os 408 tratados e acordos econômicos bilaterais que a RPC firmou com 48 Estados entre 01/10/1949 e 31/12/1964 (Hsiao, 1968).²⁴

Como dissemos acima, a visita de Nixon em 1972 era o sinal de que as hostilidades e os embargos tinham ficado para trás e que a China podia se reintegrar plenamente ao sistema-mundo capitalista. A decisão de fazê-lo teve que esperar mais seis anos. Essa mudança e suas consequências são o assunto da próxima seção.

1978 até o presente: integração voluntária, total e irreversível

Se nas duas seções anteriores nossa principal preocupação foi buscar evidências das conexões da China com a E-MC, no período que abordaremos nesta seção, essas conexões se tornaram vastas e evidentes pela quantidade de produtos *made in China* à disposição dos consumidores em todo o mundo. De forma mais dramática, desde o início de 2020, a integração da China à E-MC revelou-se na dependência que o mundo tem daquele país como fornecedor de equipamentos de proteção individuais, de máquinas e de matérias-primas para fabricação de vacinas necessários ao combate ao Coronavírus. O processo subjacente a esse episódio é a China ter sido responsável, em 2020, por 14,7% das exportações mundiais, contra 8,15% dos EUA (Koop, 2021). Em 2016, a China era o principal parceiro comercial de 124 países, enquanto os EUA eram de 56 (Desjardins, 2016). A Nova Rota da Seda, que é um gigantesco projeto para conectar a China ao mundo por meio de estradas, ferrovias, portos, telecomunicações, comércio, finanças e relações interpessoais, foi lançado pelo presidente Xi Jinping em 2013 e o programa desde então se espalhou para o mundo.²⁵ Segundo Scissors (2019), os investimentos

24 Segundo Hsiao (1968), nesse período a RPC teria firmado 762 tratados e acordos com 53 países.

25 Segundo a página oficial desse programa, “o volume total de comércio entre a China e países e regiões envolvidas na Nova Rota da Seda ultrapassou US\$ 6 trilhões (...) A China assinou 171 documentos de cooperação com 29 organizações internacionais e 123 países, incluindo

externos chineses até o primeiro semestre de 2019 chegavam a US\$ 1.171,1 bilhões e se espalhavam por todos os continentes.

Na continuação, buscaremos refletir primeiro sobre as causas de uma mudança tão drástica de orientação a partir de 1978, em seguida, sobre suas possíveis consequências para a China e para a E-MC. A pergunta que emerge imediatamente é: por que o PCC tomou a decisão de se integrar totalmente à E-MC? Ora, para tirar proveito das possibilidades que E-MC oferecia para o aumento do bem-estar do povo e do poder, interno e externo, do Estado chinês, talvez convencido de que “no mundo capitalista, (...) a riqueza nacional, medida pela renda *per capita*, é a fonte primária do poder nacional” (Arrighi, 2008, p. 377). Por isso, deixando de lado todos os slogans e princípios ideológicos que fundamentavam as ações do Partido desde sua fundação em 1921 até 1976, ano da morte de Mao, Deng Xiaoping e a corrente mais pragmática do Partido, decidiram aderir ao método de maior sucesso para a criação da riqueza material: a acumulação sem fim de capital. Alguns poucos dados dão conta do acerto dessa decisão:

- 1) De país pobre e relativamente atrasado na década de 1970, a China é hoje a economia 2ª Economia do mundo. O Produto Nacional Bruto, que somava 149.541 bilhões de dólares em 1978, em 2019 alcançou 14.28 trilhões. No mesmo período, a renda *per capita* passou de 200 dólares a 10.390. A China é, portanto, um país de renda média, com uma população de 1.4 bilhão de pessoas. A renda *per capita*, que era 4% da renda dos EUA em 1990, subiu para 29% em 2018. A China participava com 4% do PIB mundial em 1990 e 18,7% em 2018.
- 2) O país tirou 800 milhões de pessoas da pobreza desde que começou o processo de reformas e abertura em 1978 (Banco Mundial, 2018).
- 3) A dimensão do poderio financeiro e científico-tecnológicos do Estado chinês pode ser aferida pelo sucesso de seu

países desenvolvidos e países em desenvolvimento (...) até o final de fevereiro [2019], trens de carga entre China e Europa, considerados uma parte significativa da [Nova Rota da Seda], fizeram 14.000 viagens”. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/qywyw/rdxw/81686.htm>.

programa espacial, que começou em 1970 com o lançamento do seu primeiro satélite, Dongfanghong-1; em 2003, com recursos próprios, enviou ao espaço o astronauta Yang Liwei, o que só Rússia e EUA tinham conseguido; em 2019, um robô controlado remotamente aterrissou no lado oculto da Lua; em junho de 2020, foi lançado o último satélite do sistema de navegação Beidou, concorrente do americano GPS; no dia 29/04/2021, foi lançada a primeira das três partes da estação espacial “CSS”, prevista para ser concluída com 10 missões, a serem realizadas até 2022 (UOL, 2021).

Em suma, é inegável o sucesso da estratégia de aproveitar ao máximo as vantagens da integração completa ao sistema-capitalista mundial. A consequência mais importante dessa integração é que os destinos da China e da E-MC estão de tal modo interligados que uma separação significaria o desmoronamento da parte (a China) e do todo (a E-MC). No que concerne à China, a *integração foi reafirmada e aprofundada* em vários momentos posteriores a 1978: a) em 1989, quando as divisões internas ao PCC e os protestos estudantis desafiaram a liderança de Deng Xiaoping e dos reformadores, os quais se impuseram a essas duas dissidências. b) em 2001, com a entrada na OMC; c) política de *going global*, anunciada no décimo plano quinquenal (2001-2005) e que tinha como objetivo incentivar a internacionalização das empresas; d) a Nova Roda da Seda (NRS), que mencionamos acima, ao mesmo tempo que reafirma e aprofunda a integração, almeja moldá-la segundo os interesses e valores chineses, o que significa influenciar o funcionamento da própria E-MC. O mesmo se pode dizer das instituições associadas à NRS: Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, o Novo Banco de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Importação-Exportação da China.

Acima, dissemos que a China já não pode se desconectar da economia-mundo sem sofrer um terremoto político, econômico e social. Quer isso dizer que as mudanças em curso desde 1978 estão consolidadas? Em primeiro lugar precisamos ter em mente que essas transformações estão ocorrendo apenas nas últimas quatro décadas

de uma história de 2000 anos. A esse respeito, a pergunta relevante talvez seja outra: as mudanças já se tornaram uma parte integrante da teia de relações sociais, já se tornaram estruturas²⁶, quer dizer, condicionantes – para o bem e para o mal – da vida social da China? A resposta é não. Em termos braudelianos quatro décadas configuram uma conjuntura. As relações sociais, políticas, econômicas e culturais em desenvolvimento desde 1978 precisam se estender por, no mínimo, mais uns 60 anos para serem consideradas estruturas e, nessa condição, dificilmente removíveis. E, se lembrarmos que a União Soviética desmoronou depois de existir por 80 anos, então não podemos eliminar a possibilidade de reversão do caminho adotado desde 1978 pelos chineses. Como disse Arrighi (1996), em termos de economia-mundo, 100 anos é ainda um tempo curto. Se a China pós-Mao ainda está definindo suas características econômicas, políticas e sociais, é preciso lembrar que essa definição se fará sob a influência dos vários tipos de competição mencionados na Introdução: estados x estados; estados x capitalistas; capitalistas x capitalistas: trabalhadores x capitalistas; trabalhadores x estados. Se aceitamos a tese de Wallerstein de que a E-MC está em sua crise terminal, essas várias formas de competição se agravarão e nada do que China faça evitará o colapso do sistema. Nesse caso, se o Estado chinês continuasse controlando os capitalistas, devido ao seu tamanho, a China poderia emergir do caos mundial produzido pelo colapso da E-MC como o epicentro de um sistema social mais igualitário baseado em uma **economia de mercado**. Outra possibilidade é a China revitalizar a acumulação de capital a ponto de fazer a E-MC entrar em um novo período de crescimento, semelhante aos anos dourados do capitalismo (1950-1970), beneficiando, ainda que desigualmente, a maioria dos países. Para avaliar de maneira minimamente consistente essa possibilidade, faz-se necessária uma teoria do funcionamento da E-MC. Se adotamos o modelo dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) de Arrighi (1996), para um CSA chinês, seria necessário: 1) que os capitalistas (sim, os capitalistas) chineses criassem um novo regime de acumulação, ou seja, novos produtos, novos mercados, nova organização industrial e novos setores capazes

26 Sobres os conceitos de estrutura e conjuntura, ver Vieira e Ferreira (2013).

de gerar um novo período de crescimento da economia-mundo; 2) que o Estado chinês fosse capaz de instituir uma nova ordem mundial, ou, nos termos de Arrighi (1996), exercer a hegemonia, ou seja, liderar moral, política, econômica e militarmente o sistema interestatal. Quanto à primeira exigência, o sucesso econômico da China parece ter sido conseguido através de tirar proveito das formas de acumulação do Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano e não pela criação e novas formas. Quanto à segunda condição, tanto por suas dimensões quanto por ser um país não ocidental, com concepções próprias a respeito de organização política e social, a China pode ter grande dificuldade para aceitar o liberalismo político, econômico e social que é o marco ideológico do sistema-mundo capitalista. Esta dificuldade pode tornar a atual transição hegemônica ainda mais tensa e conflituosa que as anteriores. A guerra comercial entre EUA e China e os ataques do governo dos EUA às empresas de tecnologia chinesas são as manifestações mais visíveis da estratégia estadunidense de conter e desestabilizar a China, exigindo que ela siga os padrões ocidentais-americanos de conduzir o Estado e os negócios. O mais provável é que esta estratégia, se tiver algum sucesso, além de reforçar a posição da China de não ser tutorada, como foi entre 1840 e 1949, provoque grandes conflitos e turbulências dentro da China e ao redor do globo.

A decisão tomada há 43 anos de ligar seu destino ao da economia-mundo capitalista, fez com que a China se encontre agora frente ao seguinte dilema: ter que, ao mesmo tempo, seguir as regras para continuar se beneficiando, sobretudo em termos de desenvolvimento econômico-social e científico-tecnológico, desse sistema e, por outro lado, não aceitar a imposição de qualquer limite à expansão de seu poder econômico, militar e científico-tecnológico. A história da economia-mundo capitalista ensina que essa posição leva ao conflito com a potência dominante. Para que isto não suceda, a China precisaria mudar o funcionamento da E-MC em pelo menos duas dimensões: a acumulação incessante de capital e a competição interestatal. Mas isso é pouco provável, porque, para continuar subindo na hierarquia mundial do poder e da riqueza terá que prosseguir estimulando a acumulação incessante de capital, o que por sua vez não pode dispensar a acumulação da capacidade militar. E se, a qualquer

momento, satisfeito com suas conquistas em termos de poder e riqueza, o PCC decidiu impor limites à acumulação de capital, a reação das forças capitalistas mundiais seria de tal ordem que lançaria o sistema-mundo numa era de caos. Em suma, se a integração total e voluntária da China à E-MC resolveu alguns problemas de ambos, criou outros, e não menores.

Considerações finais

Neste texto apresentamos os primeiros resultados de uma pesquisa em curso sobre as relações da China com a Economia-Mundo Capitalista desde 1840 até o presente. Na primeira fase (1840-1949), que denominamos incorporação forçada e parcial, a incorporação das atividades econômicas internas às redes mundiais de comércio, produção e tecnologia foi parcial em termos de atividades e regiões, porque a agricultura e a indústria rural, as principais atividades econômicas, foram marginalmente atingidas pelas mudanças introduzidas pelos ocidentais, cuja área de atuação até última década do século XIX estava mais concentrada nas áreas dos portos abertos pelo Tratado de Nanquim de 1842. Poucos produtos importados e antes desconhecidos foram largamente consumidos, com destaque para querosene e para os cigarros, estes últimos sendo um caso exemplar da introdução de técnicas de última geração por empresas ocidentais e que foram logo imitadas por empresários chineses. A incorporação provocou mudanças em produtos tradicionalmente exportados pela China, como foram os casos da seda, que passou a adotar métodos modernos a partir de 1860, e dos tecidos de algodão, quando os fios importados da Inglaterra substituíram o fio nacional. Não obstante, a mudança permitiu à indústria têxtil artesanal competir com os tecidos importados e mesmo continuar crescendo. Também a implantação da moderna indústria química comprovou a capacidade de resposta da China aos desafios colocados pela incorporação, nesse caso, inclusive, dando contribuições relevantes para o progresso da área. Talvez em nenhuma outra região a relação entre invasão estrangeira e incorporação à economia-mundo tenha ficado tão evidente

quanto na Manchúria, que no século XX os japoneses transformaram no maior produtor mundial da soja e seus derivados e também em produtora de minerais e aço, que eram exportados para o Japão, de onde vinham equipamentos e pessoal técnico e administrativo. Também a construção de ferrovias foi em grande parte uma imposição das empresas e seus respectivos governos. Principalmente a partir de 1895, os financiamentos externos para a construção de ferrovias e para o financiamento do governo ataram firmemente a China aos circuitos financeiros internacionais. Em termos gerais, pode-se dizer que no fim do Império (1911) e o início da República (1912) iniciou uma etapa de aceitação da incorporação, mas que deveria ser conduzida pelos chineses. No entanto, a instabilidade política interna e a conjuntura mundial impediram a criação de um Estado que pudesse conduzir essa incorporação de modo a ampliar os casos de sucesso (como na indústria química, na indústria da seda e mesmo na indústria de cigarros) para toda a economia. Em lugar disso, na década de 1930, a China entrou em uma etapa de turbulência política que culminou com a revolução comunista de 1949. E o Estado que foi criado a partir de então pretendia implantar uma sociedade socialista, o que acabou fazendo a China se retrair e reduzir ao mínimo suas relações com a economia-mundo capitalista, mas sem sair dela. Tanto devido aos embargos comerciais impostos pelos EUA e seus aliados quanto por decisões internas, na década de 1950, as relações comerciais e tecnológicas da China se concentraram na União Soviética e nos outros países socialistas que mantinham relações com a economia-mundo capitalista, como era o caso de depósitos em dólares em bancos europeus. Os intercâmbios comerciais e tecnológicos com os países capitalistas aumentaram após o rompimento com a Rússia no início dos anos 1960. Nessa década, foi necessário importar grãos (Canadá e Austrália), fertilizantes químicos, fábricas inteiras e assistências técnica, principalmente do Japão e da Europa Ocidental. Em 1970, o intercâmbio comercial com países não comunistas representava 70% do comércio exterior chinês. A partir de 1972, os laços com a economia-mundo capitalista se intensificaram, mas permaneceram controlados. A reviravolta completa começou em 1978, quando o Partido Comunista decidiu que, para aumentar

o poder e a riqueza da China, o melhor era reconciliar-se com a E-MC e integrar-se totalmente a ela. Como resultado, em 2016, a China era o principal parceiro comercial de 124 países e em 2020 foi responsável por 15% das exportações mundiais, além de ter investimentos em uma grande quantidade de países. O sucesso em termos de aumento do bem-estar da população e do poder do Estado chinês foi espetacular. Por tudo isso, pode-se afirmar com bastante segurança que um retraimento tal como praticado em 1949 provocaria o colapso do sistema político e econômico chinês e turbulências consideráveis em toda a economia-mundo capitalista. Daí a irreversibilidade do atual processo de integração. Mas essa integração implica que a China está subordinada ao funcionamento da E-MC, a qual atravessa um período de instabilidade, por dois motivos principais: 1) desde 1980, grande parte do mundo perdeu a esperança no desenvolvimento econômico e vê aumentar a distância dos países ricos e 2) a recusa dos EUA de aceitarem a nova realidade do poder mundial configurada na relevância econômica e política da China pode levá-los a adotar a estratégia de tentar desestabilizar o país asiático explorando suas contradições internas. E, para se defender, a China pode reagir de uma maneira capaz de provocar ainda mais instabilidade em toda a economia-mundo capitalista. Em síntese, as próximas décadas da China e do sistema-mundo capitalista não serão de calmaria.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, G. **Peripheralization of Southern Africa**. I: Changes in Production Processes. Review, III, 2, Fall 1979, p. 161-191.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G.; AHAMAD, I.; SHI, M. As hegemonias ocidentais em perspectiva histórica mundial. In: ARRIGHI, G. e SILVER, B. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001, p. 227-279.

- BENEDICT, C. **Golden-Silk Smoke: a history of tobacco in China, 1550-2010.** University of California Press, 2011.
- BROWN, S.R. **The Ewo Filature: A Study in the Transfer of Technology to China in the 19th Century.** *Technology and Culture*, XX, 3, July, 550-68, 1979.
- BRUSSI, A.J.E. **Do pequi à soja: expansão da agricultura e incorporação do Brasil central.** *Antropolítica*, Niterói, n. 8, p. 77-104, 1. sem. 2000
- COCHRAN, S. **Big Business in China: Sino-Foreign Rivalry in the Cigarette Industry, 1890-1930.** Harvard University Press, 1980.
- DAVIS, C.B. *Railway Imperialism in China, 1895-1939.* In: DAVIS, C.B; WILBURN, Jr. K.E.; ROBINSON, R.E. (Org.) **Railway Imperialism.** Greenwood Press, 1991, p. 155-173.
- DESJARDINS, J. **Four Maps Showing China's Rising Dominance in Trade, 2016.** Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/four-maps-showing-chinas-rising-dominance-trade/>. Acessado em: 17 jun. 2021.
- ESHERICK, J. **Harvard on China: The Apologetics of Imperialism.** *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, 4, 4: 9-16, 1972.
- FAN, Liang-Ching. "The economy and foreign trade of China". **Law and Contemporary Problems**, v. 38, n. 2, Trade with China (Summer – Autumn, 1973), pp. 249-259.
- FAIRBANK, J.F. & GODMAN, M. **China: uma nova história.** Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.
- FENBY, Jonhathan. **The Penguin History of Modern China: The Fall and Rise of a Great Power, 1850-2009.** Penguin Books, 2008.
- GREENBERG, Michael (1951). **British Trade and the Opening of China, 1800-42.** Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- HAMILTON, G.G. e CHANG, W. "The importance of commerce in the organization of China's late imperial economy". In: ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDOM, M. (Ed). **The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 Year Perspectives.** Routledge, 2003. p. 173-213.
- HSIAO, G.T. *Communist China's Trade Treaties and Agreements (1949-1964).* In: **Vanderbilt Law Review**, Volume 21, Issue 5, october 1968, pp. 623-658.
- HOU, Chi-ming. **Foreign Investment and Economic Development in China, 1840-1937.** Harvard University Press, 1965.
- HUNG, Ho-Fung. **The China boom.** Columbia University Press, 2015.
- KELLER, W.; LI, Ben; SHIUE, C.H. "China's Foreign Trade: Perspective from the past 150 Years". **NBER Working Paper.** No. 16550, 2010. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w16550>. Acessado em: 5 mar. 2021.

- KIRBY, W.C. **China's Internationalization in the early People's Republic: Dreams of a Socialist World Economy.** The China Quarterly, pp. 870-90, 2006.
- KOOP, A. **China's Economy: 40 Years of Soaring Exports.** Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/chinas-economy-40-years-of-soaring-exports/>. Acesso em: 17 jun. 2021.
- KUO, Ni-sheng (1956). "Lun hsin-hsing shih-min chieh-chi tsai T'ai-p'ing t'ien-kuo ke-ming chung ti tso-yung"[A treatise on the role played by the new urban mass on the Taiping Rebellion]. **U-shih yen-chiu**, Vol. III, 1-27.
- MADDISON, A. **Chinese Economic Performance in the Long Run: 960-2030 AD.** Second edition revised and updated. OECD, 2007.
- MOULDER, Frances W. Japan. **China and the world economy.** Cambridge University Press, 1977.
- NATHAN, Andrew J. (1972). Imperialism's effects on China. **Bulletin of Concerned Asian Scholars**, 4:4, 3-8, DOI: 10.1080/14672715.1972.10406304.
- NAUGHTON, B. **The Chinese Economy: Transitions and Growth.** MIT Press, 2007.
- PRODÖLD, I. Versatile and cheap: a global history of soy in the first half of the twentieth century. **Journal of Global History** / Volume 8 / Issue 03 / November 2013, pp. 461-482.
- SCISSORS, D. **China's Global Business Footprint Shrinks.** Disponível em: <https://www.aei.org/research-products/report/chinas-global-business-footprint-shrinks/>. Acesso em: 17 jun. 2021.
- SO, A.Y. **The Process of Incorporation into the Capitalist World-System: The Case of China in the Nineteenth Century.** Review, VIII, 1, Summer 1984, 91-116.
- SO, A.Y. **The South China Silk District: Local Historical Transformation and World System Theory.** State University of New York Press, 1986.
- SO, Alvin Y.; CHIU, Stephen, W.K. **East Asia and the world economy.** Sage Publications, 1995.
- SPENCE, J.D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- TURZI, M. **The Political Economy of Agricultural Booms.** Palgrave, Macmillan, 2017.
- UOL (2021). **A conquista espacial da China, uma "Longa Marcha".** Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/afp/2021/04/29/a-conquista-espacial-da-china-uma-longa-marcha.htm>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- VIEIRA, P.A.; FERREIRA, L.M. O Brasil na Conjuntura científico-tecnológica da economia-mundo capitalista. In: VIEIRA, R.L. (Org.). **O Brasil, a China e**

os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, pp. 247-278.

WALLERSTEIN, I. & MARTIN, W.G. **Peripheralization of Southern Africa, II:** Changes in Household Structure and Labor-Force Formation. Review, III, 2, Fall 1979, pp. 193-207.

WALLERSTEIN, I. **El Moderno Sistema Mundial III:** La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850. Siglo XXI, 1998.

Este livro foi produzido nas fontes
Minion Pro e *Swis721 Cn BT*,
em setembro de 2021.

AUTORES/A:

- **Carlos Eduardo Martins**
- **Jales Dantas da Costa**
- **Rosângela de Lima Vieira**
- **Fábio Pádua dos Santos**
- **Helton Ricardo Ouriques**
- **Pedro Vieira**

Esta obra é resultado do XIII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, ocorrido em Florianópolis em 2019, que teve como temática os *Desafios do Brasil e da América Latina na atual Conjuntura da Economia-Mundo*. Os artigos aqui reunidos tratam da teoria, do Brasil, da África e da China, discutindo o desenvolvimento, a geocultura e a desigualdade no capitalismo contemporâneo. O GPEPSM (Grupo de Pesquisas em Economia Política dos Sistemas-Mundo), nesse sentido, traz mais uma contribuição acadêmica à reflexão crítica acerca dos processos de ascensão e rebaixamento dos países e regiões na hierarquia mundial do poder e riqueza do capitalismo histórico.

ISBN: 978-85-524-0190-2



9 788552 401902